

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MÁRCIA KELLY FONSECA DA COSTA

**TRABALHO PEDAGÓGICO E LAZER DE MULHERES PROFESSORAS
DURANTE E PÓS-CICLO PANDÊMICO**

MACAPÁ-AP

2025

MÁRCIA KELLY FONSECA DA COSTA

**TRABALHO PEDAGÓGICO E LAZER DE MULHERES PROFESSORAS
DURANTE E PÓS-CICLO PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Diversidade.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Maneschy Montenegro

MACAPÁ-AP

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborada por Maria do Carmo Lima Marques – CRB-2 / 989

C837t Costa, Márcia Kelly Fonseca da.
Trabalho Pedagógico e Lazer de Mulheres Professoras Durante e Pós-ciclo
Pandêmico / Márcia Kelly Fonseca da Costa. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico. 165 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Macapá- AP, 2025.
Orientador: Gustavo Maneschy Montenegro .

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Lazer. 2. Professoras. 3. Pandemia. I. Montenegro , Gustavo Maneschy , orientador. II.
Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 371.7

COSTA, Márcia Kelly Fonseca da. **Trabalho Pedagógico e Lazer de Mulheres Professoras Durante e Pós-ciclo Pandêmico.** Orientador: Gustavo Maneschy Montenegro. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amapá, Macapá- AP, 2025.

MÁRCIA KELLY FONSECA DA COSTA

**TRABALHO PEDAGÓGICO E LAZER DE MULHERES PROFESSORAS
DURANTE E PÓS-CICLO PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Maneschy Montenegro

Dissertação defendida e aprovada em:

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Gustavo Maneschy Montenegro
Orientador- Presidente da Banca – PPGED/UNIFAP

Profa. Dra. Cássia Hack
Avaliadora Titular Interno – PPGED/UNIFAP

Profa. Dra. Mirleide Char Bahia
Avaliadora Titular Externo – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Alexandre Adalberto Pereira
Avaliador Suplente Interno – PPGED/UNIFAP

Prof. Dr. Demilto Yamaguchi da Pureza
Avaliador Suplente Externo /UNIFAP

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho com toda certeza está marcando um momento muito especial na minha vida, é certamente será lembrando como uma das melhores experiências que já passei. Desta forma não posso deixar de agradecer a todos que participaram deste processo.

A **Deus**, e a nossa **Senhora de Fátima** toda minha gratidão por me fazer ter sabedoria e fé de esperar o momento certo para a realização deste sonho, sei que o tempo todo estiveram ao meu lado me fazendo forte nas dificuldades.

A instituição de ensino **UNIFAP** e a todo corpo docente e administrativo do **Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UNIFAP)**, em especial aos docentes da linha de educação, cultura e diversidade, o qual fiz parte muito obrigado por todos os conhecimentos compartilhados e construídos em cada disciplina, e sem falar dos momentos descontraídos que iam desde um café da manhã coletivo, confraternizações e comemorações de aniversários, com toda certeza esses momentos ficaram para sempre no meu coração.

Ao meu professor orientador **Dr. Gustavo Maneschy Montenegro** pela sua enorme paciência, dedicação, suporte e orientação para a construção desta dissertação, gratidão por acreditar em mim até aqui.

Aos amigos da linha de pesquisa Educação, cultura e diversidade, da turma de 2022, em especial as amigas **Ediléia Moraes, Marina de Almeida e Rosa Dias** que desde o primeiro contato dentro da pós-graduação nunca saíram do meu lado, gratidão pela troca de conhecimentos e experiências, pela amizade que com certeza irei levar para o resto da vida, pelas conversas, pelos cafés, pelos sorrisos que me fizeram dar e tornaram essa caminhada mais leve e feliz.

Aos meus pais, **Raimundo Nonato Gomes da Costa e Maria Elza da Paixão Fonseca da Costa** e meus irmãos **Marcio Costa, Marcelo Costa e Dhéssica Rodrigues**, agradeço pelo carinho, suporte emocional e toda força que sempre me deram em tudo que me proponho a fazer. Obrigada por vocês se fazerem sempre presentes em minha vida.

Ao meu esposo, **Danylo José Simões Costa** meu amor e melhor amigo, gratidão por não me deixar desistir nos momentos de dificuldade, por sua força incondicional, pelos seus comentários e sugestões.

A minha filha, **Júlia Beatriz** razão da minha vida, que mesmo tão pequena teve paciência de compreender a minha ausência nos momentos que precisava estudar, e ficava

por ali de prontidão me fazendo companhia com seu caderninho de desenho e brinquedos esperando-me terminar a escrita desta dissertação. Te amo filha isso tudo é por você também.

Aos demais familiares que me ajudaram direta ou indiretamente, em especial meus sogros **Álvaro Costa e Islene Simões**, que foram minha rede de apoio sempre que precisei, gratidão!

As professoras **Dra. Cássia Hack e Dra. Mirleide Chaar** que aceitaram o convite para estarem como avaliadoras na banca de defesa desta dissertação.

Finalizo com agradecimento a todas as **professoras** que aceitaram participar deste estudo e disponibilizam tempo para me receber e contribuíram com a construção desta pesquisa.

*“Não sou livre enquanto outra mulher
for prisioneira, mesmo que as correntes
dela sejam diferentes das minhas”*

Audre Lorde

RESUMO

Na primeira fase da pandemia, com o isolamento social, as pessoas precisaram se readaptar a uma nova realidade buscando alternativas de lazer dentro de seu ambiente domiciliar. Assim, as obrigações sociais, como o trabalho educacional realizado por professoras e as atividades de lazer, passaram a ser realizadas em um mesmo ambiente. Dessa forma, em uma disputa de tempo e espaço, o lar passou a ser visto como um ambiente de múltiplas dimensões sociais. Em razão disso, esta pesquisa parte do seguinte problema: de que forma o lazer vem sendo realizado por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e após o ciclo pandêmico da COVID-19? O objetivo geral é compreender as atividades de lazer que vêm sendo realizadas por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e após o ciclo pandêmico. Como metodologia, esta pesquisa conta com uma abordagem qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva. O local da pesquisa foi a Escola Estadual Mário Quirino da Silva, tendo como participantes 37 professoras. A coleta de dados foi feita em duas fases: a primeira contou com a aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas; a segunda fase foi realizada uma entrevista semiestruturada com um grupo composto de sete professoras, que foram escolhidas por meio de uma amostragem via acessibilidade ou conveniência. A análise de dados ocorreu por meio de análise de conteúdo. Vale ressaltar que, para as perguntas objetivas do questionário, foi feita uma análise estatística descritiva, a partir do programa de pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS 20. Entre os principais resultados estão: a pandemia trouxe impactos significativos às atividades de lazer das professoras, principalmente os ligados ao lazer turístico, físico-esportivo, artístico e social. Porém, houve um aumento da vivência do lazer intelectual; as professoras passavam grande parte do seu tempo dedicada as atividades obrigatórias, o que ocasionou uma sobrecarga e limitou o tempo de lazer destas mulheres. Entre as estratégias utilizadas pelas professoras para a vivência das atividades de lazer, estão a organização do trabalho docente e das tarefas domésticas; elas declararam que a pandemia as fez dar mais importância as atividades de lazer atualmente. Assim, conclui-se que os resultados desta pesquisa revelam a importância em discutir as vulnerabilidades provocadas por discursos velados patriarcais e segregadores, que naturalizam a sobrecarga das mulheres, impactando diretamente sua vida e seu tempo destinado as atividades de lazer. Isso nos alerta, pois mesmo com todas as conquistas feministas dentro da sociedade, as desigualdades de gênero persistem ao longo do tempo, daí a importância de dar visibilidade a essa temática perante a sociedade.

PALAVRAS- CHAVE: Lazer; Professoras; Pandemia

ABSTRACT

In the first phase of the pandemic, with social isolation, people had to readapt to a new reality by looking for leisure alternatives within their home environment. Thus, social obligations, such as educational work carried out by teachers and leisure activities, began to be carried out in the same environment. Thus, in a dispute over time and space, the home has come to be seen as an environment with multiple social dimensions. As a result, this research is based on the following problem: how has leisure been practiced by female teachers at a public school in Macapá during and after the COVID-19 pandemic? The general objective is to understand the leisure activities that have been carried out by female teachers at a public school in Macapá during and after the pandemic cycle. The methodology of this research is qualitative and quantitative, and descriptive. The research site was the Mário Quirino da Silva State School, with 37 female teachers taking part. Data was collected in two phases: the first involved a questionnaire with open and closed questions, and the second was a semi-structured interview with a group of seven teachers, who were chosen through accessibility or convenience sampling. The data was analyzed using content analysis. It is worth noting that for the objective questions in the questionnaire, a descriptive statistical analysis was carried out using the Statistical Package for the Social Sciences - SPSS 20. The main results include: the pandemic has had a significant impact on the leisure activities of female teachers, especially those linked to tourist, physical-sports, artistic and social leisure, but there has been an increase in the experience of intellectual leisure; female teachers spent a large part of their time dedicated to compulsory activities, which caused an overload and limited their leisure time; among the strategies used by female teachers to experience leisure activities are the organization of teaching work and domestic tasks; they stated that the pandemic has made them give more importance to leisure activities today. Thus, we conclude that the results of this research open our eyes to discussing the vulnerabilities caused by veiled patriarchal and segregating discourses that naturalize women's overload and directly impact their lives and their time for leisure activities and alert us that even with all the feminist achievements within society, gender inequalities persist over time, hence the importance of giving visibility to this issue before society.

KEYWORDS: Leisure; Teachers; Pandemic

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	20
Quadro 2 - Pesquisas Portal de Periódicos da CAPES	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade, Cor da Pele, Estado Civil e Filhos.....	92
Tabela 2 - Renda, Vínculo Empregatício e Moradia.....	95
Tabela 3 - Formação, Tempo de Magistério e Carga Horária de trabalho.....	96
Tabela 4 – Atividades Realizadas no Cotidiano Durante a Pandemia.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Rede de apoio para o cuidado com os filhos.....	94
Gráfico 2 – Atividades de lazer: Turístico (passeios, viagens nacionais e internacionais, etc.)	100
Gráfico 3 – Atividade de lazer: Físico-esportivo (academia, caminhada, corrida, ginástica, dança, esportes, etc.)	101
Gráfico 4 – Atividade de Lazer: Artístico (Show, cinema, teatro, ouvir música, televisão, etc.)	102
Gráfico 5 – Atividade de lazer: Intelectual (cursos de aperfeiçoamento, leituras informais, jogos cognitivos e de salão, internet, redes sociais etc.)	103
Gráfico 6 – Atividade de lazer: Social (festas, sair com amigos, namorar, ir ao shopping, fazer compras, ir à igreja etc.)	104
Gráfico 7 – Atividade de lazer: Manual (pintura, bordados, artesanatos, bricolagem, culinária, jardinagem, etc.)	105
Gráfico 8 – Atividade de lazer: Ócio (descansar, dormir, não fazer nada etc.)	106
Gráfico 9 – Frequência de participação em atividades de lazer durante a segunda fase da pandemia	108
Gráfico 10 – Motivos que dificultaram a prática do lazer durante a pandemia da Covid-19	109
Gráfico 11 – Lugares em que praticam as atividades de lazer.....	111
Gráfico 12 – Objetivos ao realizarem as práticas de atividade de lazer	112
Gráfico 13 - Frequência de realização de atividade de lazer atualmente	113

LISTA DE FIGURA

Figura 1 -Escola Estadual Mario Quirino da Silva	29
Figura 2 - Kit com questionário entregue as participantes da pesquisa	31
Figura 3 - Nuvem de palavras referente as atividades de lazer realizadas no tempo livre	110
Figura 4 - Categorias Referente a temática Lazer	114
Figura 5 - Categorias referente a temática Importância do Lazer Pós Pandemia ...	117
Figura 6 - Categorias referentes ao Tempo de trabalho das mulheres	121
Figura 7 - Categoria referente ao lazer durante a pandemia	126
Figura 8 – O Lazer no pós pandemia	130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
COVID 19	Coronavirus Disease 2019
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
HCAL	Hospital de clínicas Dr. Alberto Lima
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RBEL	Revista Brasileira de Estudos do Lazer
SESC	Serviço Social do Comércio
SNPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SPSS 20	Statistical Package for the Social Sciences
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
1.2 Problema de Pesquisa.....	17
1.3 Objetivo Geral	18
1.3.1 Objetivos específicos.....	18
1.4 Organização da Pesquisa	25
2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	28
2.1 Natureza da Pesquisa, Abordagem e Bases Epistemológicas.....	28
2.2 Local e Participantes da Pesquisa	29
2.3 Instrumentos de Coletas de Dados	30
2.4 Critérios Éticos.....	32
2.5 Análise de Dados	33
3 AS MULHERES E A BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS E DE LAZER	35
3.1 As Mulheres e os Movimentos Sociais	35
3.2 O Lazer e o Debate Sobre Gênero.....	47
3.3 O Lazer no Contexto das Políticas Públicas para Mulheres.....	58
3.3.1 O esporte e o lazer no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). 66	
4 TEMPO DE LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES E A PANDEMIA DA COVID-19.....	73
4.1 Tempo de Lazer e As Mulheres Trabalhadoras	73
4.2 Implicações Sociais da Pandemia da Covid-19 para as Mulheres	83
4.3 O Perfil das Mulheres Professoras Participantes da Pesquisa	92
5 O LAZER DE MULHERES PROFESSORAS DE ESCOLA PÚBLICA DE MACAPÁ.....	99
5.1 Os Impactos nas Atividades de Lazer de Mulheres Professoras nas Diferentes Fases Durante e Pós Pandemia.	99
5.2 Estratégias e Possibilidades quanto à Prática do Lazer de Mulheres Professoras e a Covid-19	119
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE 1- Questionário.....	154
APÊNDICE 2 - Entrevista	159
ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	160
ANEXO 2 – Parecer consubstanciado do CEP.....	162

1 INTRODUÇÃO

O lazer pode ser compreendido como uma dimensão histórica e cultural presente nas relações humanas em diferentes contextos, sejam eles educacionais, culturais e sociais. Para Gomes (2014), o lazer representa a necessidade de adir ludicamente e pode ser realizado de múltiplas formas, de acordo com os valores e os interesses dos sujeitos, grupos e instituições. Sendo assim, o lazer deve ser tratado como um fenômeno social, político, histórico e cultural.

Mesmo com toda importância que o lazer representa na vida e nas relações sociais e culturais, durante a pandemia da covid-19, principalmente o lazer vivenciado fora do ambiente domiciliar, passou a ser praticado em segundo plano, principalmente na primeira fase da pandemia, quando se impôs a necessidade de se manter o distanciamento e o isolamento social, com o intuito de desacelerar o contágio da doença.

Assim, a rotina educacional, de trabalho, lazer, as atividades e os comportamentos das pessoas passaram por mudanças significativas, entre elas, a suspensão de atividades presenciais nos ambientes escolares, o fechamento temporário de espaços públicos e privados de esporte e lazer, a proibição de encontros de qualquer natureza que causassem aglomeração de pessoas.

Como consequência dessas ações, tivemos um aumento de doenças ligadas à saúde mental, dificuldade financeira, diminuição das opções de lazer, principalmente daquele realizado em ambientes públicos e privados. Para Melo e Alves Jr. (2003), o lazer está diretamente ligado à saúde, à educação, à qualidade de vida, não podendo ser negligenciado. Porém, mesmo com toda essa importância, as práticas de lazer acabaram sendo deixadas em segundo plano durante a primeira fase da pandemia.

Segundo Gonçalves e Vitelli (2021), a pandemia modificou consideravelmente o tempo e o espaço das vivências lúdicas e de organização da cultura, o que ocasionou um aprofundamento das tensões entre capital e trabalho, diminuindo, com isso, as possibilidades de práticas de lazer, principalmente daquelas pessoas que não têm acesso a bens culturais e tecnológicos, como no caso da internet.

Diante desse contexto, as pessoas precisaram, na primeira fase da pandemia, readaptar-se à nova realidade, buscando alternativas de lazer dentro de seu ambiente domiciliar. De acordo com Pessoa, Moura e Farias (2021, p. 163), “as políticas de isolamento social mudaram a organização do trabalho docente, alterando as práticas

cotidianas de viver fenômenos como trabalho e lazer”. Nesse contexto, as obrigações sociais, como o trabalho educacional realizado por professoras e as atividades de lazer, passaram a ser realizadas em um mesmo ambiente, em uma disputa de tempo e espaço, passando o lar a ser visto como um ambiente de múltiplas dimensões sociais.

Vale ressaltar que, no Brasil, por ser um país patriarcal, com origem escravagista e com uma desigualdade de gênero evidente, durante o primeiro período pandêmico, as mulheres, especificamente, tiveram a sua carga de responsabilidade, de cuidado com a família e de trabalho doméstico, profissional dobrada. Tiburi (2019) afirma que o ambiente doméstico, para a mulher, é um espaço em que tudo está de antemão programado no campo dos serviços, tais como lavar e cozinhar, cuidar das crianças, dos homens, dos idosos e, se der tempo, cuidar de si mesma.

Já para Macêdo (2020), o trabalho doméstico é marcado muitas vezes pela dor, opressão e adoecimento, principalmente quando há uma naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional. Portanto, todos esses fatores contribuem com a exaustão das atividades cotidianas vivenciadas pelas mulheres, as quais, em alguns casos, afastaram-nas das atividades de lazer e do cuidado de si mesmas.

Para Pessoa, Moura e Farias (2021), no primeiro ciclo da pandemia, com o intuito de se manter a produtividade, o tempo de trabalho se impôs ao ambiente do lar, o que se tornou realidade em diferentes profissões e, mais particularmente, no contexto vivido pela profissão docente. Ainda para as autoras, o trabalho docente apresenta características de organização e relações sociais específicas que demandam constantes interações humanas e, conseqüentemente, ultrapassam o ambiente laboral. Assim, em alguns casos, o acúmulo dessas atividades e interações adentra as rotinas pessoais das docentes.

Eu, enquanto mulher, professora de Educação Física de escola pública, mãe e esposa, senti-me muitas vezes sobrecarregada durante o período de isolamento social, sem poder contar com minha rede de apoio efetivamente, tendo que assumir os cuidados da casa, de minha filha e dos meus trabalhos enquanto professora, os quais exigiram muito mais dedicação e planejamento para enfrentar as dificuldades do ensino remoto. Os poucos momentos de lazer, na maioria das vezes, foram voltados para o divertimento de minha filha, para quem fiz tudo para que ela sentisse o menos possível os impactos sociais e psicológicos provocados pela pandemia da covid-19. Diante de todo esse contexto, senti a necessidade de compreender de que forma outras mulheres também trabalhadoras e, no

caso desta pesquisa, professoras, estavam enfrentando esses desafios, que já estavam em nosso cotidiano, tendo sido, porém, mais evidenciados no período pandêmico.

Vale ressaltar que a vivência acadêmica que tive com o lazer, no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá, também contribuiu com meu interesse de pesquisa pela área. Desde a graduação, participei, como estagiária, de um projeto voltado ao esporte e lazer com crianças e adolescentes. Esse projeto acontecia com alunos da Escola Estadual Igarapé da Fortaleza, localizada em Fazendinha, distrito do Município de Macapá. Algo que me chamou atenção, desde a época, foi a adesão das crianças e adolescentes ser somente composta por meninos. Mesmo com o convite estendido às meninas, elas não apareciam para as atividades. Enquanto acadêmica do curso de Educação Física, ainda tive oportunidade de atuar como estagiária no Serviço Social do Comércio - SESC Amapá, quando também participei de diferentes projetos voltados ao lazer de crianças, adolescentes e até idosos.

Já formada como professora de Educação Física, no ano de 2014, participei da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Amapá, na área de concentração Saúde Mental, tendo trabalhado com pacientes institucionalizados que se encontravam internados na clínica psiquiátrica do hospital de clínicas Dr. Alberto Lima (HCAL) em Macapá. Nesse contexto, desenvolvi projetos relacionados ao lazer e à saúde mental, que tinham como objetivo realizar diferentes atividades de lazer com os pacientes que iam desde passeios turísticos, sessões de cinema, atividades recreativas a jogos, dança, atividade manuais, esportivas, entre outros.

Atualmente, como professora de Educação Física em uma escola pública, continuo a trabalhar o tema do lazer em minhas aulas. Porém, a pandemia de covid-19, que provocou diferentes mudanças em nosso cotidiano, fez-me refletir e olhar o lazer a partir de outras vertentes, como relacioná-lo às questões de gênero, neste caso mais especificamente, ao lazer de mulheres trabalhadoras que tiveram suas rotinas ainda mais sobrecarregadas durante as diferentes fases da pandemia.

1.2 Problema de Pesquisa

As reflexões feitas acerca do tema desta investigação levaram-me à seguinte questão: **De que forma o lazer vem sendo realizado por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e após o ciclo pandêmico da covid-19?**

No Brasil, o cenário da pandemia só pôde ser modificado após a aprovação da vacina contra a covid-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando se possibilitou a vacinação de grande parte da população e, conseqüentemente, uma diminuição no número de mortes e casos positivos da doença.

Partindo desse contexto, governadores e prefeitos possibilitaram a reabertura de diferentes espaços públicos e privados destinados à educação, cultura, esporte e lazer, facultando o uso de máscaras, porém, mantendo e incentivando o protocolo de higienização pessoal que evitaria a propagação da covid-19. Assim, esta pesquisa apresenta os objetivos elencados na seqüência.

1.3 Objetivo Geral

Compreender as atividades de lazer que vêm sendo realizadas por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e após o ciclo pandêmico.

1.3.1 Objetivos específicos

- Discutir a participação das mulheres na busca por direitos sociais e de lazer;
- Identificar as atividades de lazer mais vivenciadas pelas professoras de escolas públicas de Macapá durante e após o ciclo pandêmico;
- Descrever os impactos ocasionados ao lazer das professoras nas diferentes fases da pandemia;
- Analisar as estratégias utilizadas pelas professoras para manter em seu cotidiano as atividades de lazer.

Vale ressaltar que espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, estão ligados a diferentes manifestações sociais, culturais, esportivas e de lazer, mesmo considerando que, para as atividades de lazer, não exista um lugar e hora específicos para sua prática, mas também das condições de classe, de gênero e étnico-raciais de cada indivíduo. Para Montenegro e Dias (2020), o lazer pode ser vivido em diferentes manifestações culturais, como cinema, fotografia, brincadeira, esportes, festas, virtualidade, o que confirma uma diversidade de possibilidades para a sua prática.

Outro ponto que vale ressaltar é que o lazer não necessariamente deve ser relacionado somente a uma atividade que proporcione prazer às pessoas, mas sim a algo que não cause uma obrigatoriedade. Pimentel (2006) entende que o lazer é um meio de desenvolvimento de diferentes aspectos do ser humano e que, por meio da educação e das práticas corporais, diferentes possibilidades de atividades de lazer se delineiam.

Vale ressaltar que compartilhamos do pensamento de Gomes (2014), que o lazer advém de uma necessidade humana e da dimensão da cultura, constituindo o campo das práticas sociais que são vivenciadas de forma lúdica pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana dos indivíduos em todos os tempos, lugares e contextos.

Marcellino (2012) afirma que, para o lazer realmente acontecer, devem-se considerar dois aspectos, quais sejam: atitude e tempo. Para o autor, o lazer considerado como atitude está ligado ao tipo de relação estabelecida entre o sujeito e experiência vivida, enquanto o lazer como aspecto tempo leva em conta as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho ou tempo livre.

Já para Bonalume e Isayama (2018), os estudos científicos caracterizam o lazer em três grupos: lazer como sinônimo de tempo livre; lazer como atividade que se direciona ao trabalho e lazer como um estado de espírito.

Sendo assim, podemos considerar que o lazer possui relações diretas e dialógicas com diferentes campos, como educação, política, economia, esporte, saúde, com a arte e com toda a dimensão que constitui a vida em sociedade, reafirmando, assim, sua importância e necessidade de ser uma atividade essencial a todos e todas. Nesse contexto, é importante refletir sobre as diversas implicações impostas durante o primeiro ciclo epidêmico à vivência das atividades de lazer para as mulheres.

Na presente investigação, a motivação da pesquisa surgiu da necessidade de compreender o lazer vivenciado pelas mulheres professoras. Para isso, foi realizado um recorte histórico temporal nas diferentes fases da pandemia: a primeira fase, com o isolamento social, no ano de 2020; a segunda fase, com a abertura parcial das atividades e espaços públicos e privados de lazer, em 2021; os dias atuais, pós-pandemia, com abertura total e o retorno das todas as atividades sem restrição.

Para compreender a relevância científica desta pesquisa, foi realizada uma busca por meio dos descritores: lazer; pandemia; professoras no Portal de Periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, com o intuito de compreender o que se tem de trabalhos anteriores publicados. O resultado pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 1. Pesquisa Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD

Nível/ Instituição	Ano	Autor	Título	Objetivo
Dissertação/ UFMG	2022	ABREU, Fernanda Santos de	Lazer, Gênero e Pandemia: Percepções e Experiências de Professores e Professoras de Educação Física da Rede Pública de Ensino de Sete Lagoas/MG	Analisar as relações entre gênero e as experiências de lazer de professores e professoras de Educação Física (EF) das escolas públicas de Sete Lagoas durante a pandemia
Dissertação/ PUC SP	2022	BUCK, Fernanda Marine Craveiro	Entre úteros e pandemônios: mulheres mães educadoras e suas significações durante o processo de isolamento social no ano de 2020	Explicitar e analisar as significações de mulheres mães educadoras sobre suas vivências durante o trabalho remoto em isolamento social, imputado pela pandemia de Covid - 19 no ano de 2020 no Brasil.
Dissertação/ UNIFOR	2022	DIAS, Lívia Morel	Trabalho Docente durante a Pandemia da Covid-19: um estudo sobre a vivência do tempo de professores de ensino superior	Investigar a vivência do tempo de professores de instituições de ensino superior particulares antes e durante a virtualização do ensino na pandemia da COVID-19

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 1 (um), que apresenta as pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, de 13 trabalhos encontrados, somente três apresentaram proximidade com o objeto desta pesquisa. Vale ressaltar que as pesquisas de Abreu (2022) e Dias (2022) foram incluídas pelo fato de estas apresentarem resultados de acordo com os gêneros, sendo possível extrair os dados referentes as professoras.

Dentre esses trabalhos, está a pesquisa de Abreu (2022), realizada com professores e professoras de Educação Física. De acordo com a autora, os resultados apontaram que o gênero se configurou enquanto um elemento de diferença de oportunidade e usufruto do tempo, espaço e experiências de lazer. Outro fato apontado na pesquisa é que, com a

inserção do ensino *online*, a carga horária de trabalho dos professores ampliou-se expressivamente, impactando diretamente a organização do tempo para a vivência do lazer.

Já a pesquisa de Buck (2022), realizada com mulheres que exerciam a docência e que também são mães, mostrou indicadores referentes à dicotomia do ser mulher e mãe e a inexistência de pausas e do descanso de qualidade relacionado ao lazer devido à sobrecarga vivenciada por essas mulheres.

Dias (2022), ao investigar a vivência do tempo dos professores durante a pandemia, constatou que aconteceram mudanças significativas na vivência do tempo dos professores antes e durante o ensino *online* na pandemia, além de uma invasão do tempo de trabalho no tempo de não-trabalho, o que inclui tempo com a família, descanso e lazer. Todavia, vale ressaltar que os professores participantes da pesquisa relataram vivências de cansaço antes mesmo da pandemia, decorrente de uma sobrecarga já existente. No entanto, com a virtualização do ensino, houve uma intensificação da sobrecarga, assim como o seu cansaço.

Como podemos observar, há um número bem reduzido de trabalhos relacionados à temática do lazer de professoras e a pandemia, dentre os quais somente um tem como participantes mulheres professoras, porém, estas deviam ser mães. As outras duas pesquisas, direcionadas tanto para professores quanto para professoras, eram dissertações, não tendo sido encontrada nenhuma tese que abordasse a temática aqui debatida.

No Portal de Periódicos da CAPES exposto no Quadro 2 (dois), foram encontrados 22 trabalhos, porém, somente oito apresentam uma relação com o objeto de pesquisa desta dissertação. Destaca-se a inclusão da pesquisa de Abreu (2022), Testa et (2023), D’Onofre e Martins (2023), Silva et (2023), Conceição (2021) por estes autores trazerem em suas pesquisas resultados direcionados as professoras.

Quadro 2. Pesquisas Portal de Periódicos da CAPES

Periódico	Ano	Autor	Título	Objetivo
Licere	2021	PESSOA, Amanda Raquel Rodrigues; MOURA, Marla Maria Moraes; FARIAS, Isabel Maria Sabino de	A Composição do Tempo Social de Mulheres Professoras Durante a Pandemia	Discutir a composição do tempo social de mulheres professoras diante do período de distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19
Licere	2022	ABREU, Fernanda Santos de	Lazer, Gênero e Pandemia: Percepções e Experiências de Professores e Professoras de	Analisar as relações entre gênero e as experiências de lazer

			Educação Física da Rede Pública de Ensino de Sete Lagoas/MG.	de professores e professoras de Educação Física (EF) das escolas públicas de Sete Lagoas durante a pandemia.
Revista do NUFEN	2020	MACÊDO, Shirley	Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid-19: tecendo sentidos.	Analisar fenomenologicamente, recortes trechos de narrativa pessoal que remetessem aos sentidos dessa experiência, interpretando-os com base na literatura sobre COVID-19, trabalho, gênero, mulher, maternidade e docência
Licere	2020	MAYOR, Sarah Teixeira Soutto, SILVA, Marcília de Sousa; LOPES, Carolina Gontijo	Perspectivas sobre o Lazer das Mulheres com a Pandemia do Novo Coronavírus: Reflexões a Partir dos Dados da Pesquisa “O Lazer no Brasil – Representações e Concretizações das Vivências Cotidianas”.	Investigar as possibilidades de vivência do lazer da população brasileira. Objetivo específico, analisa as diferenças percebidas entre mulheres e homens, filtrando-se os dados pela condição empregatícia e pelo estado civil.
Revista Educere Et Educare	2023	TESTA, Saulo <i>et al.</i>	Saúde e Estilo de Vida de Docentes considerando a Atividade Física no Lazer na Pandemia de Covid-19	Relacionar o nível de Atividade Física no Lazer considerando o Estilo de Vida e Saúde dos profissionais da educação no contexto da pandemia de COVID-19.
Revista Brasileira de Estudo do Lazer	2023	D'ONOFRE, Dan Gabriel; MARTINS, Bruna Santiago	O Lugar do Lazer no Fazer Docente: precarização das relações de trabalho	Buscar aprimorar o processo de análise sobre a precarização das relações de trabalho da categoria docente, entendido aqui como o fazer docente, com o acesso ao lazer enquanto direito social.
Licere	2023	SILVA, Nayara Suze Souza <i>et al.</i>	Pandemia da Covid-19: prática de lazer entre professores brasileiros	Examinar as atividades de lazer entre os professores durante a COVID-19, avaliando questões relacionadas ao perfil sociodemográfico e às condições de trabalho.

Licere	2021	CONCEIÇÃO, Vagner Miranda	Impactos da Pandemia de Covid-19 no Lazer e no Trabalho do Professor Universitário em Home Office	Analisar os impactos da pandemia de COVID-19 no lazer e no trabalho <i>home office</i> do professor universitário
--------	------	------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora

Entre as pesquisas encontradas no portal de periódicos da CAPES, estão estudos como os de Pessoa, Moura e Farias (2021) que, durante o primeiro ciclo pandêmico, desenvolveram uma pesquisa a fim de compreender a composição do tempo social de mulheres professoras durante a pandemia. As autoras constataram que o isolamento social, o trabalho remoto, os afazeres domésticos e o cuidado com a família afetaram o tempo social das professoras pesquisadas que tiveram seu tempo dedicado ao lazer comprometido. Assim, as autoras concluíram que o tempo social na pandemia intensificou a sensação de sobrecarga vivenciada pelas professoras, evidenciando a divisão desigual dos papéis sociais entre os gêneros.

Já no estudo sobre lazer, gênero e pandemia, desenvolvido por Abreu (2022), com professoras e professores de escolas públicas de Sete Lagoas/MG, a autora constatou que as atividades de lazer mais evidenciadas pelos docentes durante o período pandêmico estavam relacionadas a interesses virtuais, como o uso de redes sociais e plataformas digitais. A autora destacou também que a maioria dos participantes ressignificou a importância do lazer em suas vidas, e que, com o ensino remoto, houve intensificação de sua carga de trabalho. Esse fato impactou diretamente o tempo para a vivência do lazer.

Macêdo (2020), em sua pesquisa sobre ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia de covid-19, fez uma análise fenomenológica recortando trechos de sua narrativa pessoal como mulher, mãe e docente. Para a autora, a pandemia afetou a qualidade de vida, pois não houve a opção de realizar suas funções enquanto docente em seu local de trabalho, tendo uma sobrecarga de afazeres além da sua profissão e dificuldade de administrar seu tempo para outras atividades.

Mayor, Silva e Lopes (2020), em seu estudo sobre a perspectiva do lazer das mulheres com a pandemia do novo coronavírus, concluíram que a crise instaurada pela covid-19 tendeu a agravar, de forma preocupante, as condições sociais para a vivência do lazer, principalmente de grupos com vulnerabilidade, como as mulheres.

Na pesquisa de Testa *et al.* (2023), realizada com 201 professores, sendo 69,1% mulheres, os autores constataram que a maioria dos docentes apresentavam níveis insuficientes de atividade física e lazer. A maioria dos docentes também apresentavam

esgotamento, o qual pode ter sido intensificado devido às demandas de trabalho provocadas pela pandemia de covid-19.

D'Onofre e Martins (2023) chegaram à conclusão de que houve uma desestabilização do trabalho docente que vem aumentando a cada ano. Assim, mesmo com as leis que regulamentam o lazer como direito social, os professores têm uma sobrecarga implícita, pois seu trabalho não se restringe apenas à sala de aula. Durante a pandemia, o trabalho remoto diminuiu o tempo livre dos docentes. Os autores alertam sobre a dificuldade de encontrar pesquisas relacionadas ao seu objeto de pesquisa.

Ressaltam-se as dificuldades de pesquisa com o acervo que retrate a questão do trabalho docente, do trabalho em contextos de pandemia e a escassez do enfoque ao lazer a esta categoria de trabalhadores, evidenciando a negligência com esses profissionais que se dedicam tanto ao bem-estar da sociedade. (D'Onofre; Martins, 2023, p. 114)

Já na pesquisa de Silva *et al.* (2023), realizada com 15.641 professores da educação básica pública de Minas Gerais, concluiu-se que 43% dos professores não estavam tendo práticas de lazer durante a pandemia. Houve maior prevalência de ausência de lazer entre as professoras mulheres, entre os idosos, professores pardos e pretos.

No estudo realizado por Conceição (2021), com 44 professores universitários, sendo 28 mulheres e 16 homens, 75% dos professores afirmaram que seu tempo dedicado ao lazer diminuiu com a pandemia, estando 60,9% insatisfeitos com seu tempo de lazer. As demandas laborais concomitantes às obrigações domésticas e familiares comprometeram o lazer dos professores. O lazer vivenciado pelos professores durante a pandemia sofreu limitações e barreiras. Quando se consideram gênero e escolaridade, é possível perceber que alguns complicadores ainda se fazem presentes, tal como o acúmulo de tarefas pelas mulheres e a possibilidade de acesso e informação ao lazer.

Em todas as pesquisas apresentadas até aqui, concluíram que os lazers foram cerceados em função da pandemia da covid-19, a qual impôs isolamento social e diminuição de sociabilidades. Nesse contexto, as professoras, enquanto mulheres, tiveram sua carga diária de trabalho sobrecarregada, fato este que comprometeu seu tempo dedicado ao lazer. Vale ressaltar que as restrições das mulheres para praticar lazer não é uma problemática recente, porém, só se agravou com a pandemia.

De acordo com Borsoi e Pereira (2011), professores e professoras lidam de forma diferente com suas atribuições, sendo as mulheres as que apresentam maior jornada de trabalho, pois estas se dividem em atribuições domésticas, profissionais e familiares, flexibilizando, assim, o uso do tempo privado. Conseqüentemente, segundo os autores,

estas apresentam mais sintomas de sofrimento e adoecimento. Nesse cenário, é possível observar que a pandemia agravou ainda mais a desigualdade social em relação ao gênero, mesmo com as conquistas de direitos sociais, políticos e culturais das mulheres.

Diante dos estudos colhidos na BDTD no Portal de Periódicos da CAPES, que debatem o tema sobre o lazer de professoras e a pandemia de covid-19, o diferencial desta pesquisa está na possibilidade de analisar o lazer nas diferentes fases da pandemia até o contexto atual, além de ser um estudo inédito realizado com professoras da Educação Básica, pertencentes à escola pública do estado do Amapá.

Como são poucos os trabalhos relacionados a esse tema, é mister ressaltar que nenhuma das pesquisas traz dados referentes às professoras da região Norte, vez que a maioria delas pertencem a instituições localizadas na região Sul e Sudeste do país. Daí, destaca-se a importância de haver dados concretos da realidade do lazer das mulheres viventes na Amazônia, uma vez que, se compararmos, cada região apresenta uma realidade diferente, seja cultural, social, econômica e até política a ser considerada.

Dessa forma, esta pesquisa apresenta uma relevância científica e social significativa, pois, a partir de seus resultados, será possível conhecer a realidade a respeito do lazer e o acesso a essa atividade pelas mulheres professoras de Macapá durante e após a pandemia, o que dará base para reflexão e debate sobre o assunto no meio científico e social, com o intuito de instigar a criação e a garantia do acesso às políticas públicas de lazer para as mulheres.

1.4 Organização da Pesquisa

Esta pesquisa foi sistematizada a partir de 5 principais seções os quais foram elaborados, seguindo o que foi proposto nos objetivos desta pesquisa. A primeira seção versa sobre a introdução, com apresentação dos objetivos, justificativa, problema e relevância da pesquisa.

Na segunda seção disserta-se sobre o “**Percurso Metodológico**” da pesquisa, em que é exposto a abordagem e bases epistemológicas da pesquisa, o local da pesquisa e suas colaboradoras, além dos instrumentos de coletas de dados, critérios éticos e análise dos dados.

Na terceira seção, intitulada “**As mulheres e a busca por direitos sociais e de lazer**”, é apresentada três seções teóricas e uma subseção. A primeira seção foi construída com base teórica dos seguintes autores: Gohn (1997), Teles (1999), Fraser (2016), Lusa (2017), Moura (2018), Almeida (2020), hooks (2022), entre outros. A seção disserta sobre

as mulheres e os movimentos sociais, sendo feito um regate histórico sobre a temática, dando destaque aos principais movimentos sociais liderados por mulheres, como o movimento feminista, o movimento das mulheres rurais, o movimento de mulheres voltado às lutas sindicais e a contribuição que cada movimento teve na luta ligada às questões de gênero, à busca de igualdade de direito e emancipação feminina.

A segunda seção, que apresenta a temática do lazer e o debate sobre gênero, tem a base teórica fundamentada em Scott (1995), Marcelino (1998), Leiro (2002), Butter (2003), Gomes (2004), Bourdieu (2010), Betti (2011), Saffioti (2016), Bonalume e Isayama (2018), Pereira (2019), Goellner *et al.* (2023), entre outros autores. Nessa seção, foi necessário compreender as conceituações sobre gênero e as imposições expostas pela sociedade em relação a este, que vão desde as escolhas, a divisão de trabalho e papéis, as posturas e as vivências culturais de homens e mulheres em sociedade que interferem na vida cotidiana das mulheres em diferentes aspectos, até mesmo nas escolhas das vivências relacionadas ao lazer.

A terceira seção, que aborda a compreensão sobre o lazer no contexto das políticas públicas para as mulheres, teve como autores-base: Souza (2006), Bonalume (2009), Goellner (2011), Werle (2011), Bertollo e Schwengber (2017), Alberto, Guimarães e Montenegro (2020), entre outros. Essa seção versa sobre a visibilidade e o reconhecimento por parte do governo e sociedade ao direito e ao combate das desigualdades de gênero por meio das políticas públicas para as mulheres.

Na sequência, buscando-se, uma melhor compreensão da temática, foi necessária a elaboração de uma subseção com base nos autores Goellner (2006), Bertollo e Schwengber (2016), Mendonça e Santos (2018), Sousa, Tavares e Rocha (2019), Bonalume e Isayama (2020), Pacheco e Dias (2023). Essa subseção deu destaque ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), com ênfase às ações, objetivos, metas e estratégias voltados às pautas femininas, que vão desde a valorização das mulheres por meio de sua inserção em diferentes campos ao seu processo de desenvolvimento social, econômico, cultural, político e de participação em programas ligados ao esporte e ao lazer.

Na quarta seção desta dissertação, denominado “**Tempo de lazer no cotidiano das mulheres e a pandemia da covid-19**”, teve um marco teórico pautado nas seguintes seções: na primeira, “Tempo de Lazer e as Mulheres Trabalhadoras”, foi debatido o lazer no cotidiano das mulheres e suas relações com o trabalho, enfatizando o trabalho docente; na segunda seção, “Implicações Sociais da Pandemia da Covid-19 para as Mulheres”, o

debate foi em torno dos diferentes problemas sociais enfrentados pelas mulheres e que afetaram seu lazer durante as diferentes fases da pandemia. Na terceira seção, intitulada “O Perfil das Mulheres Professoras participantes da Pesquisa”, foram apresentados e debatidos os resultados das informações socioeconômicas, colhidas no questionário aplicado junto as partícipes do estudo.

Na quinta e última seção desta dissertação, intitulado “**O lazer de mulheres professoras de escola pública de Macapá**”, são apresentados os resultados e a discussão do questionário e das entrevistas realizadas com as professoras da Escola Mario Quirino da Silva. Na primeira seção estão debatidos os impactos nas atividades culturais de lazer de mulheres professoras nas diferentes fases da pandemia de covid-19; na segunda seção são analisadas as estratégias e possibilidades quanto à prática do lazer de mulheres professoras e a covid-19.

2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 Natureza da Pesquisa, Abordagem e Bases Epistemológicas

A natureza deste estudo é de propriedade básica, que, segundo Appolinário (2011, p. 146), tem como objetivo “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Quanto à abordagem da pesquisa esta é mista, de caráter qualitativo-quantitativo. Para Creswell e Clark (2013), esse tipo de pesquisa aborda tanto valor filosófico quanto métodos de investigação objetivos.

Já para Minayo (1993), os tratamentos qualitativos e quantitativos dos resultados podem ser utilizados de forma complementar. Ainda segundo a autora, os estudos quantitativos podem gerar questões as quais podem ser aprofundadas de forma qualitativa. Vale ressaltar que, nesse contexto, a pesquisa qualitativa e a quantitativa não são vistas como antagônicas e, sim, como complementares, oportunizando entender e conhecer melhor o fenômeno investigado.

De acordo com Flick (2004), a convergência da abordagem qualitativa e quantitativa possibilita ainda mais credibilidade aos resultados, em razão de que, além de apresentar um vasto embasamento teórico descritivo, os dados estatísticos irão validar as observações, ao mesmo tempo em que fundamentarão o conhecimento científico e as informações adquiridas. Portanto, partindo desses princípios, optou-se por utilizar nesta pesquisa a abordagem quali-quantitativa, pois será possível juntar um número maior de informações e dados sobre o lazer das mulheres professoras.

Quanto ao objetivo de pesquisa, esta é do tipo descritiva. De acordo com Gil (2012, p. 28), alguns tipos de pesquisas descritivas “[...] vão além da identificação da existência de relações entre as variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”. A pesquisa descritiva visa analisar e reunir muitas informações sobre o assunto estudado.

Segundo Trivinos (2009), esse tipo de pesquisa pretende descrever os fatos e os fenômenos de uma determinada realidade. Assim, a pesquisa descritiva busca conhecer um grupo, uma comunidade, suas características, problemas relacionados à sua cultura e até ao lazer, como é o caso desta investigação.

É importante destacar que foi realizada também uma pesquisa bibliográfica que deu base à construção das seções teóricas do trabalho. Esta pesquisa foi realizada em diferentes fontes, como capítulos de livros, banco de dados de teses e dissertações, portal

de periódicos da CAPES de revistas científicas que tratam sobre o tema do lazer, como a revista Licere e a Revista Brasileira de Estudos sobre Lazer, Anais de Congressos, entre outros, a partir dos seguintes descritores: lazer, pandemia, professoras.

De acordo com Padua (2012), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade aproximar o pesquisador com a literatura do que já foi produzido a respeito de seu tema de pesquisa. Já para Boccato (2006, p. 266), “a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipóteses) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica trouxe subsídios fundamentais na escrita, discussão e levantamentos de dados deste trabalho.

2.2 Local e Participantes da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Mário Quirino da Silva, que é uma escola de periferia situada na zona sul do município de Macapá, no Estado do Amapá. A escola atende a alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Figura 1- Escola Estadual Mario Quirino da Silva



Fonte: portal.ap.gov.br

Vale destacar que a escola apresenta projetos voltados às mulheres, entre os quais se destaca o projeto “Sala das Marias”, que tem como finalidade a qualificação

profissional por meio de oficinas de artesanato e costura. O projeto tem como público-alvo mulheres da comunidade em situação de vulnerabilidade social. Outro projeto já realizado pela escola foi em comemoração ao outubro Rosa, que é o mês de conscientização da saúde da mulher. Por meio de parcerias, a escola desenvolveu ações de saúde e lazer para as professoras e a comunidade escolar como um todo, contando com apresentações musicais, teatrais, oficinas de dança, orientações sobre o câncer de mama, limpeza de pele e oficina de maquiagem.

Um projeto que também merece ser destacado é o que tem como tema “Dignidade Menstrual”, em que os funcionários e a direção da escola se organizam na produção de kits de higiene pessoal e absorventes femininos para serem distribuídos e disponibilizados na escola, com o intuito de atender às alunas mais necessitadas, para que estas não falem às aulas durante seu período menstrual.

Portanto, partindo desse contexto, a escolha do local para a pesquisa se deu pelo fato de ser uma escola que já desenvolve projetos voltados para as mulheres tanto da comunidade em geral quanto da comunidade escolar, em que as professoras estão inclusas, e pelo fato de ser uma escola de grande porte com alunos nos diferentes níveis de ensino. Além disso, a escola conta com 78 docentes no total, dos quais 51 são mulheres (Censo Escolar, 2022).

A pesquisa teve como público-alvo 37 professoras de diferentes disciplinas atuantes em sala de aula. Justifica-se o fato da escolha de professoras atuantes em sala de aulas, pois estas apresentam uma demanda de trabalho bem mais complexa e extensa em comparação com outras funções dentro da escola.

2.3 Instrumentos de Coletas de Dados

A coleta de dados foi dividida em duas fases. Na primeira fase com o número de 37 professoras, foi aplicado um questionário (**Apêndice I**) com perguntas abertas e fechadas a fim de traçar o perfil socioeconômico, além de questões sobre os hábitos relacionados ao lazer durante as diferentes fases da pandemia.

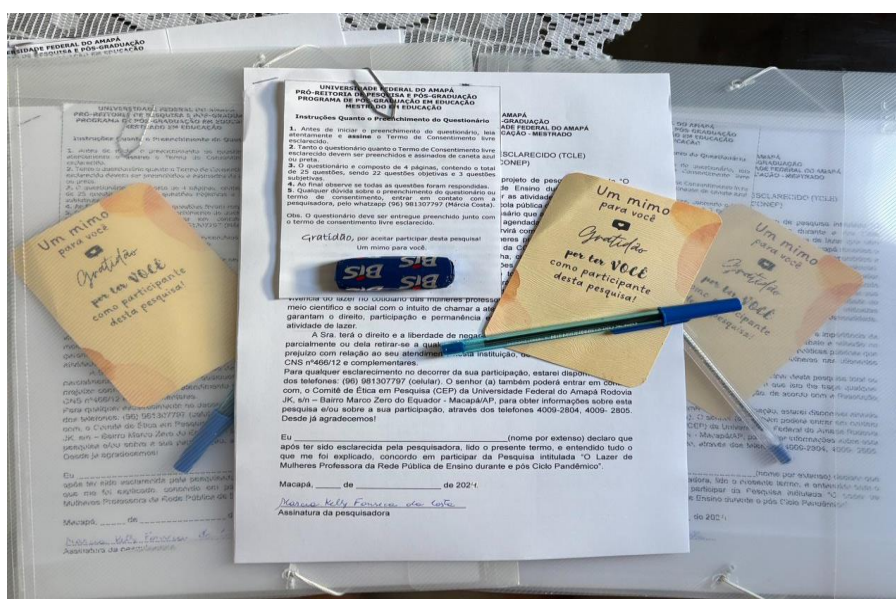
Para Gil (2012), o questionário é uma técnica de investigação composta por um número diversificado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas, interesses etc.

Optou-se, nessa primeira fase, pela escolha do questionário, pois este é um instrumento acessível de grande alcance que possibilitaria a participação do universo total de participantes da pesquisa, pela sua facilidade de aplicação. Segundo Bastos *et al.* (2023, p. 04), “os questionários podem ser aplicados pelo entrevistador ou serem de autoaplicação - o próprio entrevistado responde sem auxílio direto do entrevistador”. Vale ressaltar que pode ser um instrumento capaz de obter respostas precisas.

Para Marconi e Lakatos (2003), entre as vantagens do questionário, estão a economia de tempo; a obtenção de grandes números de dados; o alcance maior de pessoas; a maior liberdade nas respostas em função do anonimato; um tempo maior para responder e em hora mais acessível.

A aplicação dos questionários aconteceu *in loco* em diferentes dias da semana, durante os meses de fevereiro a abril de 2024, em que visitei a escola nos diferentes turnos. Das 39 professoras abordadas, somente duas se recusaram a participar da pesquisa, alegando falta de tempo. Para manter o anonimato das participantes, nesta fase, elas foram sendo identificadas por numeração, que foram do 1 ao 37. Cada professora recebia um kit, contendo um classificador, uma caneta, um guia de orientação quanto o preenchimento do questionário, um termo de conhecimento livre esclarecido e o questionário da pesquisa, conforme exposto a figura 2.

Figura 2- Kit com questionário entregue as participantes da pesquisa



Fonte: Registro feito pela própria pesquisadora

Na segunda fase, foi realizada uma entrevista semiestruturada (**Apêndice II**) com um grupo de sete professoras, por meio de uma amostragem por acessibilidade ou conveniência. Segundo Gil (2012), esse tipo de amostragem é destituído de qualquer rigor estatístico. A pesquisadora seleciona os elementos de forma subjetiva a quem tem acesso, admitindo que estes possam representar o universo da investigação.

As entrevistas ocorreram nos meses de abril e maio de 2024, em horários previamente agendados de acordo com a disponibilidade das professoras e tiveram duração de 10 a 20 minutos. Para a coleta da entrevista foi utilizado o aplicativo de gravador de voz do Iphone 15, posteriormente as entrevistas foram transcritas para o Microsoft Word. Optou-se em identificar as participantes da pesquisa nesta fase por pseudônimo com nomes de flores, foram elas: Rosa, Margarida, Begônia, Girassol, Gardênia, Jasmim e Frésia.

A entrevista abordou, a princípio, questões relacionadas à pandemia e os impactos nas atividades de lazer das professoras, além das estratégias que estas utilizam para manter o lazer em seu cotidiano e sobre seu entendimento a respeito dessa atividade. Conforme Laville e Dionne (1999, p. 188), a entrevista semiestruturada conta com roteiro constituído por “uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista”. A entrevista oportuniza ao pesquisador ter um diálogo com os participantes da investigação, com o intuito de descrever, relatar e apresentar dados particulares de um determinado grupo em um contexto específico.

Entre as maiores dificuldades nesta fase da pesquisa foi encontrar professoras que aceitassem participar, algumas davam a desculpa de falta de tempo ou até mesmo vergonha, mesmo ressaltando a elas que seria mantido o anonimato das participantes da pesquisa.

2.4 Critérios Éticos

Vale ressaltar que foi entregue as participantes um Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Além disso, o presente projeto foi submetido e registrado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da plataforma Brasil, tendo sido aprovado pelo parecer nº 6.262.047, conforme exposto no anexo 2.

Sobre os critérios de inclusão, considerou-se para a participação na pesquisa: professoras efetivas do quadro estadual que estejam atuando em sala de aula e que não estejam impedidas por nenhum problema de saúde a participar de atividades de lazer.

Quanto aos critérios de exclusão: professoras que não estejam em sala de aula; demais funcionários dos setores das escolas; professoras de licença especial ou médica.

Entre os riscos que podem ocorrer com as professoras participantes da pesquisa no momento da aplicação dos instrumentos desta pesquisa estão desconforto, vergonha, cansaço, disponibilidade de tempo para responder. Como medidas minimizadoras a esses riscos, serão propostos às participantes a garantia do sigilo de suas respostas e o uso destas somente para fins científicos, a possibilidade de interromper o processo quando desejado a qualquer momento, sem danos ou prejuízos à pesquisa ou a si próprios, a garantia de informações necessárias para que respondam às questões tanto do questionário quanto na entrevista, a garantia de um acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta, além de um tratamento humanizado, a escuta atenta e a atenção a sinais verbais e não verbais de desconforto. A coleta de dados se adequará com os horários disponíveis das participantes.

Entre os benefícios desta pesquisa está a possibilidade de compreender a importância da vivência do lazer no cotidiano das mulheres professoras e de propor debate e reflexão no meio científico e social com o intuito de chamar a atenção para as políticas públicas que garantam o direito, a participação e a permanência efetiva das mulheres nas diferentes atividades de lazer.

2.5 Análise de Dados

Por se tratar de um estudo qualitativo e quantitativo, a análise dos dados coletados no questionário e na entrevista se deu por meio de análise de conteúdo, com categorização das respostas e/ou manutenção íntegra dos relatos das professoras, a partir da resposta dada, neste caso na entrevista, e nas perguntas abertas do questionário. De acordo com Moraes (1999, p. 2),

a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análises das comunicações com intuito de obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens, seja ele qualitativo ou quantitativo (Bardin, 2011).

Já para Câmara (2013), na análise de conteúdo, o pesquisador busca entender as características, as estruturas ou os modelos que estão presentes nos fragmentos de mensagem.

De acordo com Bardin (2011), as etapas para análise de dados se dão da seguinte forma: pré-análise, que seria a fase de organização e leitura flutuante e a escolha dos documentos; exploração do material, que é a fase de análise propriamente dita e a última fase que seria o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A definição das categorias se deu pela análise das respostas das participantes da pesquisa e seguindo o que foi descrito nos objetivos desta dissertação. Para a sistematização das categorias elaborei um quadro, em que foi sendo descrito os resultados obtidos na entrevista e nas perguntas abertas do questionário.

Assim, por meio das categorias, foram inseridas as unidades de análises as quais tiveram como finalidade identificar as atividades de lazer mais vivenciadas pelas professoras de escolas públicas de Macapá durante e após o ciclo pandêmico; com também descrever os impactos ocasionados ao lazer das professoras nas diferentes fases da pandemia; e analisar as estratégias utilizadas pelas professoras para manter em seu cotidiano as atividades de lazer.

Vale reiterar que, para as perguntas objetivas do questionário, foi feita uma análise estatística descritiva a partir do programa de pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS 20. Para isso, foi criado primeiramente um banco de dados no Excel e somente depois importando os resultados para serem gerados no SPSS 20.

O SPSS 20 é uma ferramenta para análise de dados das ciências para ciências sociais que apresenta uma análise estatística e gráfica com uma amplitude dos dados. Segundo Meirelles (2012), pode ser utilizada com o intuito de trabalhar dados quantitativos com vistas ao estabelecimento de padrões e tendências de comportamentos amostral que estão relacionados a uma população específica, como é o caso desta pesquisa com mulheres professoras.

3 AS MULHERES E A BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS E DE LAZER

Ao debater sobre o direito social e de lazer para as mulheres, não há como não relacionar essas pautas aos diferentes movimentos de resistência e luta por igualdade de direitos que as mulheres enfrentaram durante séculos.

Dentre esses movimentos, estão os liderados, em sua maioria, por mulheres ligadas aos movimentos feministas. Para Oliveira e Silvino (2018), o feminismo, enquanto movimento social, tem por finalidade a busca por liberdade, igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, além de romper com papéis e padrões sociais construídos e enraizados em nossa sociedade ao longo da história, pela existência do patriarcado, sexismo e capitalismo em suas vidas. Todos esses aspectos tiveram influência na vida e nas escolhas das mulheres em diferentes campos.

Contudo, neste capítulo, para a compreensão de todo esse processo, dedico-me a debater o papel das mulheres dentro dos movimentos sociais que resultaram na conquista de direitos sociais e políticos, além da criação de políticas públicas em diferentes esferas sociais, como educação, cultura, saúde, política, esporte e, em especial, ao lazer, objeto central de debate desta pesquisa.

3.1 As Mulheres e os Movimentos Sociais

Durante o período colonial, as mulheres eram vistas como submissas. Em uma sociedade dominada pelo patriarcado, não podiam participar das decisões políticas e sociais, viviam uma realidade marcada pela discriminação às minorias. Como relatam Nariel *et al* (2015), no passado, as mulheres eram submissas aos maridos, pais e até aos irmãos, não possuíam liberdade de escolha. Eram educadas para serem boas esposas e donas de casa apenas, embora o protagonismo e a resistência das mulheres nas lutas sociais tenham sido fundamentais em diferentes contextos na história brasileira.

De acordo com Lusa (2017), a despeito de a presença das mulheres nas lutas sociais ser histórica, a forma que a participação das mulheres está registrada nas crônicas e jornais geralmente as criminaliza, quando considera que, de acordo com a moral e os bons costumes, as mulheres deveriam se restringir ao mundo privado e, no mundo público, cabia-lhe apenas a prática da caridade religiosa. Ainda para a autora, nesses mesmos registros, é possível observar a descrição das mulheres com características de

criminosas, fanáticas ou revolucionárias, como é o caso de Maria Bonita¹ e Olga Benário². Há também a presença das mulheres descritas nas lutas sindicais e por direitos, sejam elas trabalhistas, políticos, culturais, sociais, entre outros.

O fato é que as mulheres, em distintos momentos históricos, estavam presentes em diferentes ações coletivas, como os movimentos sociais. Banalume e Isayama (2020) relatam que os movimentos sociais atuam como alavancas de mudanças, advindo suas raízes das injustiças presentes na sociedade. Sobre os movimentos sociais, Gohn (1997) os classifica como

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. (Gohn, 1997, p. 252)

Sendo assim, compreende-se que os movimentos sociais emergem da sociedade civil e buscam alcançar objetivos coletivos em diferentes campos, sendo responsáveis por mudanças sociais no decorrer da história. Melucci (1980 *apud* Namuholopa, 2021) define os movimentos sociais a partir de três dimensões: solidariedade; desenvolvimento de um conflito; rompimento dos limites de um sistema. A partir dessas dimensões, é possível distinguir os movimentos sociais de outros fenômenos coletivos.

Para Gohn (2007), as mulheres estão presentes nas redes associativas, em organizações não governamentais, em associações de bairro e comunitárias, em organizações instituídas por empresas, em organizações populares, nos movimentos sociais e nos diversos conselhos de gestão públicas. Ainda segundo a autora, as mulheres se apresentam em maioria nos movimentos feministas e nos movimentos populares de luta, os quais buscam melhores condições de vida e trabalho.

Gohn (2007) afirma ainda que o conjunto dessas ações liga as categorias sociais, criando-se os sujeitos que produzem os movimentos sociais. Conquanto exista a presença

¹ Foi a primeira figura feminina a ingressar no principal bando de cangaceiros do Nordeste, em meados de 1930 (Frazão, 2020). Disponível em: https://www.ebiografia.com/maria_bonita/. Acesso em: 17 nov. 2023.

² Militante, comunista alemã, Olga Benário tornou-se uma revolucionária, lutava para ver o fim das desigualdades e das injustiças sociais. (Frazão, 2020). Disponível em: https://www.ebiografia.com/maria_bonita/. Acesso em: 17 nov. 2023.

das mulheres nesses movimentos, é possível observar uma invisibilidade da sua atuação em diferentes contextos.

Sobre isso, Lusa (2017) relata que, na abordagem dos movimentos sociais, constantemente se ignora que as mulheres são uma das principais agentes políticas presentes nos movimentos sociais. Assim, invisibilizam a sua participação e só reconhecem o protagonismo das mulheres dentro dos movimentos de caráter feministas. Chehab (2019) descreve a participação das mulheres em diferentes movimentos no decorrer da história no Brasil. Em suas palavras:

Para sanar qualquer dúvida, basta rememorarmos a participação das mulheres nos movimentos abolicionistas (Maria Tomásia Figueira Lima, Augusta Generoso Estrella, Maria Amélia de Queiroz e Inês Sabino), nos movimentos pela independência do Brasil (Maria Felipa, Maria Quitéria e Joana Angélica), na inconfidência mineira (Bárbara Heliodora e Hipólita Jacinta Teixeira de Melo), na literatura nacional (Maria Firmina dos Reis, Rachel de Queiroz, Carolina Maria de Jesus e Lygia Fagundes Telles) e nos movimentos sufragistas (Leolinda de Figueiredo Daltro, Gilka Machado, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz). (Chehab, 2019, p. 02)

Portanto, as mulheres, mesmo com toda invisibilidade e submissão às quais eram submetidas dentro da sociedade, não desistiram de buscar seus direitos. Um exemplo de luta pelas mulheres foi o direito ao voto, que foi conquistado após 50 anos de mobilização e com apoio incondicional do movimento feminista. Para Monteiro e Grubba (2017), as mulheres, durante todo o processo histórico até os dias atuais, continuam sendo expostas à desigualdade e inferiorizadas em relação ao sexo e ao gênero masculino. Entretanto, estas, em meados do século XIX, uniram-se por meio de diferentes manifestações populares com intuito de ter a garantia do direito civil e político ao voto. Ainda de acordo com Monteiro e Grubba (2017),

muitos movimentos marcaram a reivindicação das mulheres pelo direito ao voto, em especial e como um dos mais marcantes, o movimento Sufragista. As Sufragistas, primeiras ativistas do feminismo no século XIX, passaram a ser conhecidas pela sociedade da época devido as suas fortes manifestações públicas em prol dos direitos políticos, com ênfase no direito ao voto. (Monteiro; Grubba, 2017, p. 261)

Nesse sentido, podemos compreender a importância do movimento feminista na luta e manifestações sociais em busca de direitos civis pelas mulheres até os dias atuais. Nariel *et al* (2015, p. 4) afirmam que “o movimento feminista proporcionou às mulheres a luta por seus próprios direitos, a vontade de pensar por si mesmas, e a necessidade de se desprender das ‘amarras’ da sociedade que as consideravam pouco inferiores”. Assim

sendo, o movimento feminista, desde a sua criação, buscou lutar por pautas sociais que priorizem as mulheres, na luta por direitos sociais, políticos, culturais e a igualdade de gênero.

Para Duarte (2003), o movimento feminista deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como gestos e ações que resultem em protesto contra a opressão e a discriminação das mulheres ou os que exijam a ampliação dos direitos civis, políticos, entre outros, sejam por iniciativa individual ou coletiva. Assim, será possível valorizar os momentos iniciais dessas lutas contra os preconceitos primários, além de considerar as mulheres que inicialmente expuseram a incompreensão e a crítica, as primeiras e legítimas feministas.

Segundo Silva, Carmo e Ramos (2021), o movimento feminista teve origem a partir das reivindicações pelos direitos de liberdade e igualdade, direitos estes assegurados aos homens no século XIX, e advindos da Revolução Francesa a partir da Declaração de direitos do homem e do cidadão, os quais garantiam a esses vários direitos. Como aponta Moura (2018),

ainda que a igualdade fosse clamada para todos, o conceito na prática ficou limitado apenas às classes dominantes e, como bem estabeleceu a ‘Declaração dos Direitos do Homem’, só entre os homens. Porém, o rompimento com o isolamento doméstico trazido pela Revolução Industrial e os trabalhos femininos fabris, juntamente com os ideais de igualdade circulantes no período, levaram as mulheres a perceberem a exploração e a opressão em que viviam. (Moura, 2018, p. 66)

Portanto, a partir desse momento, começaram os questionamentos das mulheres quanto à igualdade de seus direitos. Ainda vale ressaltar que o movimento feminista não é unificado, pois existem diferentes grupos, todos, porém, lutando pelo direito das mulheres.

Brah (2016) aponta que o principal objetivo do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder ligadas ao gênero. Ressalta como as desigualdades de gênero penetram exatamente em todas as esferas da vida. Dessa forma, as estratégias feministas buscam um enfrentamento da posição de subordinação das mulheres tanto dentro das instituições do estado, como também na sociedade civil.

No decorrer da história, o feminismo foi dividido em três ondas. Na primeira onda³, buscou-se a garantia do reconhecimento de direitos políticos, econômicos e sociais

³ A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome (Pinto, 2010, p. 15).

das mulheres. Monteiro (2017, p. 264) relata que “a primeira onda, que perdurou em todo o mundo, especialmente em países como Reino Unido, Estados Unidos e França, destacou a luta pelo direito civil e político ao voto”. No Brasil, o movimento feminista foi propagado por Nísia Floresta⁴. A bandeira de luta na primeira onda ficou concentrada ao direito da garantia do voto pelas mulheres e teve como precursora a bióloga Bertha Luz⁵.

Pinto (2010) destaca que, na primeira onda do feminismo no Brasil, é importante chamar atenção para o movimento das operárias de ideologia anarquista, as quais estavam reunidas na União das costureiras e chapeleiras e classes anexas, as quais proclamavam sobre a dolorida situação das mulheres nas fábricas e oficinas. Teles (1999) relata que as mulheres operárias eram duplamente exploradas, pois tinham que trabalhar na fábrica e no lar, com salários mais baixos em relação aos dos homens, além de jornada de trabalho maior.

Gohn (2007) destaca que o feminismo na primeira onda se alimentou também de ideias socialistas, o movimento comunitarista do século XIX do Estados Unidos. Esses movimentos reivindicavam os direitos das mulheres no casamento, educação e emprego.

No Brasil, de acordo com Moura (2018), a imprensa desempenhou um papel importantíssimo na divulgação das ideias feministas na primeira fase. A autora destaca a diferença da imprensa feminina a qual abordava assuntos como moda, culinária, jardinagem, comportamento feminino. Já a imprensa feminista dedicava suas publicações a respeito da condição social da mulher e a luta por seus direitos e emancipação.

Para Teles (1999), o Brasil foi o país da América Latina que teve o maior empenho das jornalistas feministas. Entre os jornais com destaque nessa época, estavam o semanário “O sexo feminino”, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, a qual se reportava diretamente às mulheres, para que estas tomassem consciência de suas identidades e direitos.

Como vimos, a primeira onda do feminismo veio de fora, de além do mar, não foi algo que surgiu entre nós. Duarte (2003) faz uma análise do momento histórico no Brasil, em que este empunhava não o clamor por revoluções, mas por pequenas e necessárias mudanças, como no comportamento masculino em relação às mulheres. Ainda chamava

⁴ Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nordestina, educadora, escritora e poetisa, viveu em diferentes estados brasileiros e na Europa. É considerada a primeira feminista brasileira, tendo participado ativamente das campanhas abolicionistas e republicanas (Matuoka, 2017).

⁵ Ativista pelo feminismo, responsável pela articulação que resultou nas leis que deram o direito ao voto das mulheres, além de igualdade de direitos políticos, lutou também como deputada federal pela igualdade salarial e licença maternidade (Mendes, 2020).

a atenção a defasagem cultural, social e política existente entre o Brasil e a Europa, pois, enquanto lá, as reivindicações estavam pautadas sob a forma de crítica a uma educação já existente, aqui, no Brasil, as solicitações ainda eram primárias, vez que a alfabetização ainda era superficial e coberta de preconceitos. Assim, nossas mulheres precisavam, primeiro, ser consideradas seres pensantes, para, então, conseguir pleitear a emancipação política.

Nesse contexto, Pedro (2005) resume que o feminismo, como movimento social, dedicou-se, na primeira onda, às reivindicações dos direitos políticos, direitos sociais e econômicos. Já o feminismo chamado de segunda onda surgiu após a Segunda Guerra Mundial e teve como prioridade as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado.

É importante ressaltar que, segundo Siqueira e Bussinger (2020), na primeira onda, o grupo social abarcado por esses movimentos sociais no Brasil, assim como na Europa, atingia mais fortemente as mulheres que eram provenientes das classes mais favorecidas socialmente, tendo, assim, portanto, pouco reflexo na vida das mulheres operárias.

Portanto, para que as mulheres de outras classes sociais tivessem seu direito ao voto garantido, seria necessário bem mais do que aprovação jurídica. Para isso, era imprescindível a conquista de um conjunto de direitos que garantisse efetivamente o exercício real da cidadania. Para Almeida (2020), na primeira onda do feminismo,

o movimento nasceu baseado em uma lógica universalista e na busca pela efetivação da igualdade, essa, no entanto, foi uma igualdade meramente formal, recortada por critérios de classe e raça, que não contemplavam a mulher em sua diversidade e não reconhecia a mulher negra como destinatária da cidadania plena (Almeida, 2020, p. 24).

Contudo, em meados de 1960, a segunda onda do feminismo chega ao Brasil, com objetivos diferentes dos quais lutavam as militantes do movimento no passado e, assim, o movimento vai ganhando outras bandeiras. De acordo com Pedro (2012), mesmo com o movimento fortemente influenciado por questões abordadas no exterior, no Brasil, o movimento feminista na segunda onda teve sua especificidade em razão do processo histórico ligado à ditadura militar que o país passava na época.

Vale ressaltar que, durante a ditadura militar, havia censura à liberdade de expressão. Logo, as mulheres que se colocavam como oposição ao governo também estavam ligadas aos movimentos de mulheres e na militância feminista. Assim, as

questões de trabalho e os problemas das mulheres trabalhadoras tiveram inicialmente prioridade dentro das pautas na segunda onda. Pautas como sexualidade, corpo e violência foram inclusas posteriormente (Pedro, 2012).

De acordo com Fraser (2016), nessa segunda fase, o movimento feminista ultrapassou o conceito relacionado à injustiça e desigualdade social, passando a desvendar subalternidades localizadas em outros lugares, como a família, as tradições culturais na sociedade ou na vida cotidiana.

É importante salientar ainda que, nessa segunda fase, percebeu-se que a injustiça social não estaria ligada apenas às questões de classe, mas que questões de gênero e raça também estavam inseridas no processo de opressão. Portanto, para Siqueira e Bussinguer (2020), este foi um período importante que ficou marcado pelo aparecimento das reivindicações das mulheres negras, pobres, ou seja, dos grupos que não estavam tão assemelhados com os grupos ligados à primeira onda e que precisavam buscar acessos distintos para que pudessem garantir igualdade.

Segundo Almeida (2020), o feminismo negro é fruto do choque entre as lutas lideradas pelo movimento negro e o movimento feminista sufragista, originando-se, da confluência e tensão entre os dois movimentos. Siqueira e Bussinguer (2020) pontuam, como exemplo, que as reivindicações trabalhistas das feministas brancas não cabiam às feministas negras. Em suas palavras:

De fato, há um grande abismo entre as opressões desses grupos sociais com relação ao movimento feminista, porque a reivindicação pelo direito ao trabalho da mulher branca não se prestava a solucionar os problemas da mulher negra, já que está sempre esteve no mercado de trabalho e atuava em cargos não valorizados na sociedade, portanto, sem reconhecimento financeiro expressivo. (Siqueira; Bussinguer, 2020, p. 152)

Portanto, precisava-se ampliar o debate acerca dos direitos que estivessem verdadeiramente em consonância com a realidade vivenciada por mulheres pobres e negras. hooks (2022) afirma que somente as mulheres brancas privilegiadas acreditavam que trabalhar fora de casa iria permitir a elas um ganho suficiente que lhes possibilitasse que fossem economicamente autossuficientes. Conquanto as mulheres negras da classe trabalhadora já soubessem que o salário recebido por elas não iria libertá-las, os esforços reformistas de grupos de mulheres privilegiadas com o intuito de mudar o mercado de trabalho de modo que as trabalhadoras fossem mais bem remuneradas e encarassem

menos discriminação de gênero e assédio no trabalho despertaram um impacto positivo em todas as mulheres, o que se configurou como ganhos importantíssimos.

Fraser (2016) pontua que, na segunda onda do feminismo, o movimento aderiu a um projeto político transformador que se baseou no entendimento de expandir as injustiças na crítica sistêmica da sociedade capitalista. Assim, as correntes mais avançadas do movimento viram as suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, hierarquia de status e também sujeição política. Ainda segundo a autora, o feminismo de segunda onda ressurgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, pelo fato de que as lutas contra injustiças de gênero estavam essencialmente ligadas às lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes, haja vista que todas exigiam uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista (Fraser, 2016).

Vale pontuar também que, nesse período, o debate vai se modificando, passando de igualdade de sexo para equidade de gênero, questionando, assim, posturas e modelos masculinos e resgatando os valores femininos. Segundo Brabo (2015), as teorias feministas consolidam o conceito de gênero (masculino/feminino) como uma construção social e cultural, diferente da condição biológica de sexo. Ainda de acordo com a autora, as relações de desigualdade de gênero são construções sociais que se justificam com base na diferença sexual as quais são vistas ideologicamente como naturais. Isso desvela que as diferenças de gênero estruturam todos os aspectos da vida social e também fazem parte de um complexo sistema de dominação masculina, o qual está fortemente institucionalizado e internalizado na sociedade.

De acordo com Almeida (2020), a segunda onda do feminismo pode ser dividida em duas fases: a primeira ligada à visibilidade acerca da dicotomia entre o público e o privado e suas influências nas reações entre homens e mulheres e, na segunda fase, a busca pelo reconhecimento das diferentes identidades das mulheres. Ainda segundo Almeida (2020), o debate sobre gênero e sua conceituação passa a ser estudado pelo movimento feminista com o intuito de afastar a ideia do determinismo biológico.

Rejeitando as teorias deterministas que impunham e naturalizavam às mulheres uma série de características distintivas do sexo masculino, a palavra gênero permitiu que se desvinculassem os aspectos biológicos das características adquiridas e socialmente construídas pelo patriarcado para manter e justificar a divisão hierárquica dos papéis sociais. (Almeida, 2020, p. 26)

Em vista disso, o debate sobre gênero passa a integrar um conjunto de atributos diferentes, construídos culturalmente a partir de diferentes vivências e interações sociais e distintos da definição sobre sexo ligada a características biológicas dos indivíduos.

Almeida (2020) considera que o estudo sobre gênero, as questões sobre patriarcado e a dicotomia entre o campo público e privado foram fundamentais na abertura do movimento feminista a uma compreensão mutável, dinâmica e plural das mulheres, além da percepção da existência de formas diversas de opressão sociais, como as injúrias raciais. Portanto, essa abertura epistemológica contribuiu na luta por reconhecimento das mulheres negras.

Nos anos 1980, a crítica pós-modernista da ciência ocidental introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida, passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo. (Narvaz; Koller, 2006, p. 649)

Diante disso, nessa conjuntura, tem início a terceira onda do feminismo cuja proposta é centrada na análise das diferenças, na diversidade e na alteridade. Para Alimena (2010, p. 21), “a terceira onda se caracteriza pelo estudo da diversidade compreendendo o gênero como um dos fatores que, aliado às questões de raça, classe e sexualidade, funcionam como instrumentos de opressão social”. Nesse sentido, as bandeiras de lutas das mulheres se ampliam ainda mais, tendo, como exemplo, a necessidade de desconstrução da identidade coletiva das mulheres. Assim, para Almeida (2020),

O “ser mulher” deixa de ser visto em seu caráter unívoco e monolítico, passível de opressões comuns e passa a ser compreendido em sua diversidade e multiplicidade de realidades, com opressões e injustiças próprias dessas diferenças. O reconhecimento passa a ser uma importante bandeira de luta, na qual as mulheres visam se estabelecer enquanto ser social, reconhecida em suas diferenças, a partir da efetivação de uma dinâmica de dignidade e cidadania (Almeida, 2020, p. 34).

Contudo, segundo Narvaz e Koller (2006), um dos maiores desafios do feminismo nesse momento é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Assim, na terceira onda do feminismo, chama-se a atenção intensamente para a intersecção pertencente entre o movimento político de luta

das mulheres e a academia, em razão de se começar a criar nas universidades, entre elas, algumas brasileiras, centros de estudo sobre a mulher, estudos de gênero e feminismo. Cadwuel (2000) pontua que

a terceira fase do feminismo, nas décadas de 80 e 90, desafiou os paradigmas unitários de gênero desenvolvidos por feministas brancas de classe média nos anos 60 e 70. O afastamento em relação ao feminismo mais tradicional encorajou as feministas não brancas a refletir mais sobre as diferenças do que sobre as pretensas similaridades entre as mulheres, ou sobre aspectos que estas supostamente têm em comum (Cadwuel, 2000, p. 92).

Assim, é possível observar que, nesse contexto, as bandeiras de luta do feminismo passaram por uma ampliação quanto aos diferentes debates. Tais lutas estavam diretamente influenciadas pela classe social, etnia e raça, o que ocasionou distintas reivindicações ligadas diretamente à realidade social de cada uma daquelas mulheres. Para hooks (2022), o movimento feminista conseguiu se fortalecer quando encontrou o caminho da academia onde, nas salas de aula, mentes jovens eram capazes de refletir e aprender sobre o pensamento feminista, ou seja, ler a teoria e usá-la na prática em pesquisas acadêmicas.

No contexto atual, Moura (2018) considera que o feminismo, em suas diferentes épocas, culturas, adotava diversas estratégias de militância, bem como segmentos teóricos e sociais. Contudo, foram importantes para as lutas em favor a igualdade de gênero e a emancipação feminina.

Nesse sentido, Duarte (2003) ainda afirma que,

se lembrarmos que feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas, e que transformou as relações entre homens e mulheres, torna-se (quase) inexplicável o porquê de sua desconsideração pelos formadores de opinião pública. Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista [da época] é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão [...], candidatar-se ao que quiser... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente (Duarte, 2003, p. 81).

Portanto, o feminismo é um dos movimentos sociais mais importantes protagonizado por mulheres que, com suas diversas bandeiras de luta, buscou a garantia dos direitos das mulheres em seus diferentes contextos, sejam eles sociais, políticos, econômicos e culturais. Todavia, é mister destacar que os objetivos desse movimento foram se modificando e seguindo a dinâmica da sociedade. É importante ressaltar que

existem diferentes movimentos sociais no Brasil paralelos aos movimentos feministas, os quais tiveram a participação das mulheres, que também contribuíram diretamente com a conquista dos direitos sociais, bem como com a criação de políticas públicas na sociedade atual.

Entre esses movimentos sociais, destacam-se os Movimentos de Mulheres Rurais, os quais tiveram conexões em alguns momentos com o movimento feminista, mesmo que cada movimento lutasse por pautas distintas. Lozano e Lago (2017, p. 5) ressaltam que

é interessante observar que desde o final dos anos 1970, ocorreram importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, no que se refere à questão da abertura política e da democratização do país. É com a reabertura política nos anos 1980 que se encerram os anos de ditadura no país e se intensificam as manifestações populares reivindicando por políticas públicas. Surgem nesse momento diversos movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Portanto, nesse momento, as mulheres ligadas ao movimento das trabalhadoras rurais passaram a inserir suas pautas e necessidades nos sindicatos, estimulando, assim, a participação de muitas mulheres e influenciando no surgimento das primeiras lideranças femininas no meio rural.

De acordo com Lozano e Lago (2017), os sindicatos passaram a denunciar a precariedade vivida pelas mulheres do campo, principalmente as relacionadas com a saúde e educação, motivando a emergência dos abaixo-assinados de manifestações públicas e de reuniões. Assim, começaram a aparecer as reivindicações das mulheres, tanto urbanas como rurais, nas questões sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de poder dentro das famílias.

Banalume e Isayama (2020) argumentam que, no Brasil, aproximadamente em 1980, as estudantes lutavam pela ampliação do direito ao ensino superior. Nessa época, as mulheres camponesas lutavam para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e terem seus direitos básicos garantidos, enquanto as moradoras das cidades estavam focadas nas manifestações de luta por questões políticas ligadas ao regime ditatorial.

Segundo Zarzar (2017), o movimento de mulheres rurais pode ser dividido em três fases. A primeira, em meados de 1970 a 1990, período marcado pela redemocratização do país e aprovação da Constituição Federal, além das lutas que deveriam garantir a verdadeira efetivação dos direitos conquistados, que se constituiu

como a primeira reivindicação feita pelo movimento no país. Já a segunda fase foi marcada pelas reformas neoliberais, pela intensificação tanto do movimento em rede quanto da transnacionalização, bem como da proposição do novo modelo de agricultura. Essa fase prolongou-se até aproximadamente o início dos anos 2000. Já a terceira fase destaca-se pelo caráter antineoliberal, um momento de reorganização do Estado, de lutas antissistêmicas e de presunção de um novo modelo de agricultura, agora com maior densidade e a partir do feminismo.

Entre as principais pautas de discussão no movimento das mulheres rurais, na primeira fase se destacam também temas ligados à violência sexista, à luta pelo acesso a serviços básicos de educação e saúde, além do reconhecimento social de trabalhadoras. Outro ponto importante a comentar é que outros movimentos sociais de mulheres, voltados às lutas sindicais, políticas, entre outras que não se consideravam feministas, aproximaram-se, em alguns momentos, das ONGs feministas, com o intuito de buscar o fortalecimento da defesa do direito das mulheres (Pinto, 2003).

Sobre a participação das mulheres em movimentos sindicais, Bonalume e Isayama (2020) comentam que a participação delas passou a ter mais visibilidade nos anos 1970 a 1980. Conquanto as mulheres fossem serem ativas no apoio às mobilizações e greves, elas tinham pouca participação nas direções do movimento sindical, o que se dava devido às obrigações cumpridas pelas mulheres em relação às tarefas domésticas e ao cuidado com a família. Além disso, os espaços sindicais eram espaços de dominação masculina, havendo também a preocupação com a visão segundo a qual se acreditava que organizar as mulheres representaria dividir a classe trabalhadora.

Outro momento importante dos anos 1980 que contou com a participação de diferentes movimentos com a participação das mulheres de segmentos diversos foi a elaboração da nova Constituição Federal pela Assembleia Constituinte. Com sua aprovação em 1988, culminou com conquistas como a inclusão, no artigo 5º: “I: Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” e no parágrafo 5 do artigo 226: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (Brasil, 1988).

Assim, legalmente, em relação às questões sobre equidade de gênero, bem como direitos e deveres, as mulheres e homens estavam equiparados. Desse modo, Bonalume e Isayama (2020, p. 10) ressaltam que

a igualdade jurídica entre homens e mulheres; a igualdade de direitos e responsabilidades na família; a não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia; a proibição à discriminação das mulheres no mercado do trabalho; os direitos reprodutivos; a licença maternidade ampliada para 120 dias e a coibição da violência doméstica foram os avanços mais celebrados.

Portanto, foram vários os movimentos e conquistas importantes na garantia de direitos da cidadania para as mulheres, dentre estes, a criação de programas específicos de assistência à saúde das mulheres; a criação de delegacias especializadas ao atendimento as mulheres; a criação e a inclusão das mulheres em programas educacionais no âmbito universitário e ampliação do debate a respeito das questões de gênero; a criação de políticas públicas em diferentes esferas voltadas às mulheres, sejam elas educacionais, políticas, culturais, sociais, esporte e lazer. Mesmo que os aspectos ligados ao lazer ainda sejam postos em segundo plano dentro dos movimentos sociais, é importante compreender as atividades culturais de lazer como um direito social, o que não pode ser pensado fora da sociedade. É fundamental garantir às mulheres acesso ao lazer nos diferentes contextos em sua vida social. Para isso, é importante a compreensão a respeito do lazer e gênero, como vamos debater na próxima seção.

2.2 O Lazer e o Debate Sobre Gênero

Podemos considerar que o lazer está presente em nossas vidas em vários contextos sociais em momentos distintos, seja na leitura de um livro, num passeio turístico, no ato de assistir a um filme, em uma roda de conversa, em uma caminhada matinal, na prática esportiva, até em um momento de descanso e distração, enfim são inúmeras possibilidades de lazer que se fazem presentes em nosso cotidiano. Para Pereira (2019), o lazer se dá em meio social, a partir de condicionantes como idade, condição financeira e gênero, os quais influenciam diretamente as opções de escolha do lazer.

Desde o nascimento, já somos condicionados a vivências e expectativas postas pela sociedade. Ainda enquanto crianças, somos ensinados sobre crenças, regras e visão de mundo sobre aquilo que é permitido e o que não é pela sociedade. A diferença entre gênero masculino e feminino nos é imposta, fatos este que reflete até mesmo nas brincadeiras infantis que são consideradas atividades de lazer, quando se é posto que menina deve brincar de boneca, enquanto menino brinca de carrinho; menina faz balé e menino joga futebol.

Vale ressaltar que um dos fatores importantes que influencia essas escolhas e atitudes está ligada ao sexo biológico. Segundo Bourdieu (2010), a divisão entre os sexos parece estar na ordem natural das coisas a ponto de ser inevitável, ou seja, é estabelecida de forma social e adquire todo o conhecimento e legitimidade. Para Pereira (2019, p. 12), “com isso são construídos socialmente papéis e expectativas para os corpos, dependendo de seu sexo; do corpo biologicamente masculino são esperadas certas atitudes, como a virilidade e agressividade, e do corpo feminino, a passividade e a maternidade”.

Assim, podemos afirmar que essas expectativas postas aos corpos influenciam seus papéis e ações perante a sociedade, na forma de enxergar uns aos outros, nas escolhas de trabalho e até mesmo nas atividades de lazer.

Ainda de acordo com Bourdieu (2010), a ordem social imposta pela divisão do masculino e feminino não se trata de uma representação, de uma fantasia ou até mesmo uma ideologia. Essa ordem social corresponde a um sistema de estruturas reproduzidas subjetiva e objetivamente, já que essas estruturas estão presentes nas escolhas, nas ações, nas vivências, nos corpos, nas posições sociais e até mesmo nas mentes.

Sendo assim, essas estruturas são incorporadas na forma de *habitus*⁶ e de violência simbólica. Segundo Bourdieu (2010), isso corresponde à maneira pela qual os sujeitos julgam, percebem e valorizam o mundo, conforme sua forma de agir, corporal e materialmente, sendo fruto das experiências históricas individuais e coletivas.

Para Betti (2011), a reprodução dessas estruturas se dá por vias simbólicas não se tratando de uma coerção direta, mas de uma imposição e coerção simbólica, ou melhor, violência simbólica de dominação do masculino sobre o feminino, a qual surge a partir de uma violência suave e invisível, que se manifesta de forma sutil, por meio do reconhecimento dos dominados. Assim, Betti (2011, p. 2) ressalta que

esta dominação é reconhecida e reproduzida tanto pelos homens quanto pelas mulheres, dado que as estruturas históricas da ordem masculina são incorporadas sob a forma de *habitus*, ou seja, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação que determinam quais comportamentos e posturas são adequados a homens e mulheres. Estas estruturas correspondem às próprias categorias de pensamento que os indivíduos utilizam para entender o mundo.

⁶ “Sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 2007, p. 191).

Dessa forma, se essa dominação masculina é reproduzida na sociedade tanto pelos homens quanto pelas mulheres, é porque ela é fruto de uma representação de poder simbólico. Vale ressaltar que a ordem social apoiada nessa dominação masculina histórica faz tudo parecer inevitável e inabalável, fazendo essa reprodução parte de um trabalho coletivo realizado por diferentes instituições sociais, entre elas, os meios de comunicação, a igreja, a escola, a família e o Estado. Nas palavras de Betti (2011, p. 3):

A família seria a protagonista da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres estariam confinadas aos afazeres domésticos e à maternidade, a um trabalho de “reprodução”. A Igreja pregaria um antifeminismo, disseminando valores patriarcais e o dogma da inferioridade “natural” das mulheres. O Estado colocaria a família patriarcal como o princípio da ordem social e moral, reforçando em suas leis a visão androcêntrica. Já a escola continuaria a transmitir estruturas hierárquicas “sexualizadas”, reforçando os destinos sociais de meninos e meninas ao influenciarem a maneira como estes veem a si próprios e a maneira como entendem suas aptidões e inclinações intelectuais.

Portanto, se essa dominação masculina predomina na sociedade, ela é apoiada nas instituições sociais, que as justificam como naturais e inevitáveis. Essa dominação ultrapassa contextos históricos de resistência, porque as próprias categorias de pensamento a reproduzem. Para Betti (2011, p. 4), “as mulheres acabam por incorporar o *habitus* dominado, o preconceito desfavorável contra o feminino, reconhecendo a dominação como poder e contribuindo para sua reprodução”.

Assim, muitas mulheres ainda não conseguem romper com o ciclo de dominação, sendo desestimuladas e desencorajadas a lutar por seus objetivos, vontades, por ocupação de carreiras acadêmicas, profissionais ou esportivas tradicionalmente masculinas. Dessa maneira, são colocadas a ocupar espaços inferiores em relação aos homens, incitando ainda mais a desigualdade de gênero que perpetua em diferentes setores de nossa sociedade.

Dessa forma, é possível compreender que essa determinação que é posta a partir do sexo biológico por meio de uma construção social influencia os corpos, as formas que as pessoas percebem umas às outras e até mesmo suas escolhas sociais, fatores estes que estão ligados às questões referentes ao gênero.

De acordo com Pereira (2019, p. 12), “o conceito de gênero propicia entender que as diferenças estabelecidas entre mulheres e homens vão além desse caráter biológico, e abarcam as construções sociais sobre o que se entende ser do âmbito feminino ou masculino”. Para a autora, a discussão sobre gênero busca debater as categorias a partir da construção social em que se encontram homens e mulheres.

Já Scott (1995) pressupõe que gênero é um elemento característico de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, além de ser uma forma primeira de significar as relações de poder. Vale ressaltar que o termo gênero pressupõe indicações de construções culturais de dominação ligadas às interações sociais, ideias, papéis e identidades subjetivas de homens e mulheres. É a partir desse contexto que Butler (2003) propõe uma desmontagem das características estabelecidas ao gênero e à identidade. Para a autora, o feminismo marca a luta das mulheres e também a desconstrução do que teoricamente chamamos de homens e mulheres.

É importante destacar que o debate acerca do gênero ganhou espaço durante a segunda onda dos movimentos sociais feministas que lutavam para superar as desigualdades de gênero. O debate sobre gênero, proposto pelo movimento feminista, foi fundamental e provocou implicações culturais, políticas e sociais. Veiga e Pedro (2019, p. 330) argumentam que

o conceito gênero, no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos.

Nesse sentido, as questões de gênero foram ganhando representatividade a partir dos debates sociopolíticos provocados pelos movimentos sociais feministas. Para Meira (2014), a relação construída entre gênero e o feminismo foi marcada por duas categorias: a primeira relacionada ao aspecto normatizador do gênero, ao estabelecer papéis sociais a partir do sexo. Assim, a sociedade atribuía papéis sociais e comportamentos a partir do sexo biológico. Já a segunda categoria corresponde à questão relacional, que naturaliza discursos de dominação social e política. Em consonância a isso, Veiga e Pedro (2019, p. 331) apontam as visões de Scott e Butler acerca das questões de gênero.

Enquanto para Scott o gênero seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder, dentro de uma disputa que é política, para Butler ele seria um meio discursivo, um conjunto de atos reiterados no sentido de regular a sexualidade, seguindo padrões heterossexuais construídos para simularem uma aparência de natureza.

Vale destacar que Butler (2003, p. 10) comenta que, “como um fenômeno contextual e mutável, o gênero não denota um ser substantivo, mas um relativo ponto de convergência entre configurações de relações culturais e historicamente específicas”.

Nesse contexto, gênero é posto como uma relação entre sujeitos que é construída socialmente, sendo, assim, fruto de um contexto histórico que os constrói.

Já Meira (2014, p. 215) aponta que “talvez a maior importância dos estudos de gênero resida no fato de entender as diferenças entre as pessoas como parte da complexa construção cultural de uma sociedade”. Entretanto, para Saffioti (2016), entender gênero como uma relação historicamente situada é importante para delimitar o campo de batalha e identificar o adversário. Adversário este que não é o homem, nem enquanto indivíduo, nem como categoria social. Todavia, mesmo sendo personificado por ele, nessa concepção, o alvo a atacar passa ser o padrão dominante de relações de gênero.

A construção histórica que versa sobre as questões de gênero está presente nas escolhas cotidianas feitas por homens e mulheres, seja na escolha de um trabalho, nas atividades esportivas, de lazer e até mesmo no trabalho não remunerado, como as atividades domésticas. Na maioria dos casos, tais atividades recaem somente sobre as mulheres, o que reflete um modelo de sociedade ainda machista, patriarcal e com desigualdade de gênero evidente. Um exemplo claro está relacionado às escolhas e vivências do lazer por homens e mulheres, em que a desigualdade na divisão das tarefas entre os gêneros sobrecarrega bem mais as mulheres, fato este que influencia diretamente em seu tempo destinado ao lazer.

Para Goellner *et al* (2023), é importante considerar o desequilíbrio existente entre os sexos, pois, desde a infância, a maioria das mulheres dispõem de um menor tempo para usufruir das atividades de lazer quando comparadas aos homens, o que acontece pelo fato de que, na maioria das vezes, essas mulheres ficam com a responsabilidade do cuidado da casa, da criação dos filhos, entre outros.

Segundo dados do Retratos das desigualdades de gênero e raça⁷ (2009) no Brasil, as mulheres dedicam 25 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens gastam em média somente 10 horas. Portanto, além de trabalharem fora, as mulheres ocupam parte de seu tempo no trabalho doméstico, além de outras atividades, fato este que reflete diretamente em seu tempo dedicado às atividades de lazer.

Vale ressaltar que as atividades de lazer são essenciais e consideradas até mesmo como uma necessidade humana e uma dimensão da cultura (Gomes, 2014). Porém,

⁷ O **Retrato das desigualdades de gênero e raça** tem por objetivo disponibilizar informações sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos em nosso país. Para tanto, apresenta indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos_uso_tempo.html Acesso em: 18 jul. 2013

observa-se que as mulheres, devido às multitarefas no seu cotidiano, acabam por ter uma vivência de lazer desigual em relação aos homens.

Para Gomes (2004), o lazer corresponde a uma das dimensões da cultura tão importante como o trabalho, a educação, a família, entre outros. Ainda segundo Gomes (2004, p. 124),

o lazer compreende, dessa maneira, a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), dentre várias outras possibilidades. Inclui, ainda, o ócio, uma vez que esta e outras manifestações culturais podem constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de lazer

Portanto, o lazer pode ser considerado como uma prática cultural construída socialmente. De acordo com Marcelino (1998), o lazer pode ser compreendido como cultura em seu sentido mais amplo, entretanto, pode ser entendido também como uma das esferas das ações humanas historicamente construídas.

Bonalume (2022) destaca que o lazer está presente na vida das pessoas em distintos momentos ao longo da história. Durante a Revolução Industrial, o lazer passou a ser comparado em relação ao trabalho, como contraponto ou complementariedade do tempo e vivências das pessoas. Porém, nos últimos anos, as vivências no campo do lazer passaram a ser consideradas e analisadas incluindo distintos pontos do mundo contemporâneo, com questões que vão do poder à desigualdade, sejam estas políticas, econômicas, de construção de identidade, subjetividade e até corporeidades. Assim, a abertura para essas novas temáticas possibilitou a incorporação da perspectiva de gênero ao debate sobre lazer.

Leiro (2002) entende o lazer como um direito social, tanto do cidadão quanto da cidadã, em um lugar de organização popular e de interação e produção de conhecimento. O autor ainda argumenta que lazer e gênero se cruzam bem antes de entrar na escola ou no parque, por exemplo. No campo educacional, as questões de gênero se cruzam na educação familiar que reproduz ou ressignifica estereótipos e valores. Assim, as visões de mundo se traçam gradativamente a partir de diferentes experiências, sejam estas pedagógicas, da cultura corporal, vivências ambientais, até de conhecimentos lógico-matemáticos que resultam de experiências no campo formal e não formal da educação. Como exemplo, os livros didáticos que ainda hoje fazem associações das tarefas domésticas e do cuidado do lar e das crianças somente às mulheres.

Para Souza, Nicolosi e Silva (2017), as meninas são educadas e orientadas a ficar em espaços privados, enquanto os meninos são incentivados a sair para a rua. Assim, o fato de os meninos saírem para a rua, seja para trabalho ou lazer, reflete nas escolhas e na forma que o lazer é desenvolvido de acordo com cada gênero. Corroborando com esse pensamento, Leiro (2002) afirma que os papéis e os comportamentos sexuais são traçados na sociedade nos contextos históricos e nas relações de gênero, influenciando a prática do lazer.

Essas influências culturais são propagadas em diferentes concepções e ambientes desde os familiares, quanto os educacionais e sociais, interferindo nas relações de gênero e no acesso ao lazer. Sobre as influências culturais no lazer, Sampaio (2008) assevera que,

para que seja possível uma democratização cultural, isto é um amplo acesso ao Lazer, é preciso que vários fatores contribuam para a superação das práticas conformistas, alienadas e manipuladas por um conjunto social no qual as relações de poder inferiorizam as pessoas impedindo-as de vivenciarem seus direitos fundamentais para sua constituição de ser no mundo. Uma experiência de Lazer em níveis críticos e criativos pode oportunizar a homens e mulheres caminhos de transformação e re-significação cultural das representações sociais esperadas para ambos os sexos (Sampaio, 2008, p. 140).

Assim, ainda segundo Sampaio (2011), o lazer, como uma manifestação humana e direito inalienável das pessoas, traz como possibilidades de contestação e de mudança de valores, os quais podem até mesmo possibilitar a transformação do estilo de vida. Porém, para que isso aconteça, é necessário olhar para o lazer não como um instrumento de dominação e alienação que impede a visão crítica das pessoas e camufla a realidade, mas percebê-lo como algo capaz de guiar vivências modificadoras de valores e atitudes.

Entretanto, é necessário ampliar as possibilidades de práticas de lazer de forma democrática e desnaturalizar práticas evidentes em nossa sociedade construídas historicamente e que discriminam, limitam e subordinam as mulheres. Sampaio (2011) ressalta que, independentemente da vivência das atividades culturais de lazer, o uso do tempo de lazer é diferente quando comparado entre homens e mulheres, haja vista que os fatores culturais e sociais, observados desde a infância, quando adultos impõem atividades do tipo competitivas e agressivas, para os meninos, e atividades leves e delicadas, para as meninas.

Sampaio (2011) chama atenção para o fato de que muitas pessoas não se percebem preconceituosas, pois aceitam pacificamente as desigualdades entre gênero nas vivências em diversas esferas da vida e até mesmo no lazer. Para Tejera, Sousa e Sampaio (2013),

acredita-se que a busca pela equidade entre gêneros é muito mais do que reconhecer o valor e o espaço das mulheres na sociedade em condições de igualdade ao dos homens, mas buscar a equidade implica ampliar a cultura humana vivenciando diversas experiências sem carregar o peso do preconceito e desconstruindo as amarras das masculinidades e feminilidades fixas e rígidas agarradas às inúmeras possibilidades de vivenciar o lazer. (Tejera; Sousa; Sampaio, 2013, p. 13)

A questão principal não é acabar com as diferenças, mas, sim, possibilitar as vivências, neste caso, do lazer a todos, de forma respeitosa e sem preconceitos, independentemente do gênero, que todos tenham acesso e direitos iguais. De acordo com Barbosa, Liechty e Perdecini (2013, p. 09), “mulheres têm menos oportunidades de se envolverem em atividades recreativas, e vivenciam predominantemente lazer doméstico com atividades não estruturadas”. Esse fato é decorrente do pensamento cultural de que as mulheres estão sempre associadas ao cuidado da casa, da família e à criação dos filhos, logo estas apresentam um tempo menor para se dedicar às atividades de lazer em comparação aos homens.

Como comentam Mayor e Isayama (2017), ainda existe outro fator que influencia o tempo de lazer das mulheres que está ligado à dupla jornada de trabalho a que muitas são submetidas, alternando afazeres profissionais e domésticos, o que contribui substancialmente com o tempo dedicado ao lazer.

Para Marcellino (2007), as mulheres, em comparação aos homens, são desfavorecidas das atividades de lazer, pela sua rotina de trabalho doméstico, jornada de trabalho ou pelas obrigações decorrentes do casamento, resquícios de uma sociedade que, apesar do avanço, ainda continua machista. Pesquisa realizada por Bonalume e Isayama (2018) mostrou que um dos motivos pelos quais as mulheres não conseguem realizar as atividades que querem em seu tempo livre é devido à falta de tempo.

Já no trabalho realizado por Goellner *et al.* (2011), constatada a preferência das mulheres sobre as atividades de lazer, foi possível perceber que as escolhas das mulheres estavam marcadas pela realização de atividades no espaço doméstico, como ficar deitadas, não fazer nada e ficar tranquilas. Já as atividades de lazer desenvolvidas pelos homens pautavam-se mais pela diversão vivenciada em espaços fora da residência.

Paim e Strey (2006), ao pesquisarem sobre o que as mulheres e homens fazem em suas horas de lazer, observaram que, no lazer ligado à categoria físico-esportiva, a prática do futebol era a atividade mais realizada pelos homens, enquanto as mulheres, em seu tempo de lazer, dedicavam-se a caminhadas. Tal contexto era justificado pelo fato de o futebol exercer grande influência no desenvolvimento social e cultural dos homens,

enquanto a caminhada tem uma adesão maior pelas mulheres por ser uma atividade de lazer de fácil acesso.

A pesquisa realizada por Mayor e Isayama (2017), ao buscar conhecer a preferência nas atividades de lazer, observou que homens e mulheres tiveram uma diferença significativa nas escolhas, principalmente em se tratando do interesse físico-esportivo. Os resultados mostraram que o interesse por essas atividades estava ligado prioritariamente ao universo de interesse masculino. Isso remete a pensar que a própria história dos esportes e de outras atividades físicas no país relegou, por anos, a participação e a vivência das mulheres.

Como comentam Sousa e Alterman (1999), mesmo com a introdução do esporte moderno como conteúdo escolar no Brasil, em meados dos anos 1930, a mulher manteve-se perdedora, vista como um corpo frágil perante o homem. Entretanto, tinha sua vivência ligada às danças e às artes. Isso porque se acreditava que o corpo da mulher estava dotado de docilidade e sentimento, qualidades que foram negadas ao homem, a quem só era permitido jogar futebol, basquete e judô que são esportes que exigem um maior esforço e movimentos mais violentos. Já para as mulheres eram garantidas a suavidade dos movimentos e a distância entre os corpos, proporcionadas pela prática da ginástica e do voleibol. Ainda de acordo com as autoras, os homens que viessem a praticar esses esportes eram vistos como afeminados pela sociedade. Portanto, o futebol era considerado de dominação masculina e poderia masculinizar as mulheres e lesionar seus órgãos reprodutores, caso estas o praticassem. Nessa circunstância, evidencia-se que as desigualdades entre os gêneros eram reforçadas pelo governo quando este limitava a participação das mulheres a práticas esportivas como uma opção de lazer.

Em um estudo com 3.740 funcionários de uma universidade do Rio de Janeiro, realizado por Salles-Costa *et al.* (2003), os resultados mostraram uma dominação masculina nas atividades física e de lazer em detrimento das realizadas pelas mulheres. O mesmo estudo aponta que os homens se engajam em seu tempo livre as atividades físicas coletivas de caráter competitivas, já as mulheres, atividades individuais.

O trabalho desenvolvido por Tejera, Sousa e Sampaio (2013) sobre a diferenciação do tempo destinado ao lazer de homens e mulheres atuantes em quatro cooperativas mostrou que o trabalhar fora, cuidar dos filhos e os afazeres domésticos tiravam o tempo livre para as atividades de lazer principalmente das mulheres. As mulheres, quando realizam o lazer, este se limita ao lazer dedicado aos filhos, diferente das atividades escolhidas pelos homens que estão entre sair para dançar e jogar futebol.

Assim, é possível perceber que os homens se dedicam a atividades destinadas ao seu próprio lazer, enquanto as mulheres priorizam o lazer dos filhos.

Já na pesquisa desenvolvida por Gonzáles, Schwengber e Pinheiro (2015) com mulheres rurais sobre suas experiências de lazer, os autores constataram que as vivências e experiências de algumas delas se concentravam entre tradição e mudança, com a maioria apontando as experiências religiosas como uma das principais atividades de lazer e reconhecendo também a tecnologia como um espaço de expressão dessa atividade.

Outro dado importante para o debate sobre lazer e gênero é apresentado na pesquisa realizada por Silvestre, Ferreira e Amaral (2016), em que os autores tiveram como objetivo analisar as diferenças existentes no tempo de não trabalho e nas práticas de lazer, entre os trabalhadores terceirizados da vigilância que atuam na Universidade Estadual de Campinas. Foi constatado que houve uma discrepância no tempo de não trabalho e nas vivências de lazer entre os gêneros, de modo que as mulheres trabalhadoras apresentavam um menor tempo de não trabalho e de práticas e vivências de atividades de lazer. Além disso, as manifestações do lazer pelas trabalhadoras foram caracterizadas por menor heterogeneidade em relação ao gênero masculino, pois, na maioria delas, estas atividades se restringiam à esfera doméstica.

Já na pesquisa de Bonalume e Isayama (2018), as mulheres definem o lazer, em primeiro lugar, como divertimento e, em segundo lugar, como descanso, ou seja, elas associam o lazer ao descanso deve-se ao fato de as mulheres terem que conciliar carreira, afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Os autores também apontam uma diferença nas atividades de tempo livre e a escolaridade das mulheres. Nos fins de semana, por exemplo, as mulheres com escolarização menor tendem a escolher um interesse ligado ao lazer social e a categoria “outros”, seguidas do lazer turístico e do físico-esportivo. Já as mulheres com nível superior ou pós-graduação indicam o lazer social e o turístico como o que mais fazem e apontam a categoria “outros” como terceira posição.

Batinga e Pinto (2019) constataram em seus estudos que mulheres com ou sem os filhos sentem dificuldades em desassociar o lazer delas e dos filhos, haja vista que a maioria das escolhas de lazer estão direcionadas a atividades que contemplem os desejos dos filhos, como idas ao parque, ao cinema e ao zoológico, entre outros. Nas raras ocasiões que conseguem desfrutar de um lazer direcionado para elas, culpam-se ou são culpadas por isso.

Vale ressaltar que, quando os homens escolhem vivências de lazer sem os filhos, recebem menos julgamentos sociais do que as mulheres quando fazem as mesmas escolhas. Matos (2021, p. 17) afirma que “ser mulher em uma sociedade ordenada pelos princípios capitalistas e patriarcais, não é uma tarefa fácil, representando, ao contrário, uma luta cotidiana em busca dos rompimentos das desigualdades de classe e de gênero”. Assim, podemos considerar que a desigualdade de gênero afeta também o direito ao lazer das mulheres.

O estudo realizado por Vicente (2018), no qual participaram mulheres de São Paulo e Barcelona, concluiu que o tempo de lazer das mulheres em ambos os lugares está reduzido durante o cuidado com os filhos pequenos. Essa diminuição não responde apenas à falta de tempo em si, mas também à falta de estímulo e disposição ocasionada por uma rotina de cansaço provocada pela dificuldade de se priorizar sobre o tempo conjunto com as crianças e o parceiro.

Assim, podemos compreender que o lazer é visto em diferentes perspectivas por homens e mulheres. O contexto histórico e social pelo qual passou a sociedade influencia até os dias atuais a vivência do lazer nas questões de gênero. Em grande parte das ocasiões, as mulheres têm suas atividades de lazer deixadas em segundo plano, em detrimento de outras atividades ocupacionais do dia a dia. Até mesmo a escolha pelas atividades de lazer sofre influências sociais e culturais, pois homens e mulheres apresentam papéis já estabelecidos pela sociedade, o que reforça ainda mais as desigualdades de gênero no contexto do lazer.

Partindo desse princípio, Goellner *et al* (2010) discutem o desafio em torno da necessidade de pensar em políticas públicas que aproximem interesses de homens e mulheres e a criação de estratégias para aumentar a participação das mulheres em atividades de lazer. Apesar do fato de o lazer ser um direito social, há um paradoxo em torno da atividade, principalmente quando as questões de gênero estão relacionadas. Assim, a garantia do lazer depende de um conjunto de ações sociais e culturais, tanto individuais quanto coletivas, sendo necessário debater sobre a implementação de políticas públicas de lazer que garantam, de forma igualitária, o lazer para homens e mulheres, para a conquista desse direito. Assim, nesta próxima seção, será analisado o lazer no contexto das políticas públicas para as mulheres no Brasil.

3.3 O Lazer no Contexto das Políticas Públicas para Mulheres

Para compreendermos o contexto do lazer e as políticas públicas, faz-se necessário um aporte teórico que ajude a entender o papel do estado e da política nas desigualdades de gênero e na busca por visibilidade e reconhecimento de direitos pelas mulheres dentro das políticas públicas de esporte e lazer nos diferentes espaços.

Para Souza (2006), a política pública, como área de conhecimento, teve sua origem em debates realizados nos Estados Unidos e se concentrava em discutir sobre o estado e suas instituições, buscando compreender as ações do governo. Já na Europa, o debate sobre políticas públicas parte de um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e das suas instituições, neste caso, o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas.

Ainda segundo Souza (2006), para o governo, a introdução das políticas públicas como um meio de decisões de governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências.

Do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006, p. 6).

Atualmente, o debate em torno das políticas públicas é objeto de estudo de diferentes áreas, entre elas, o campo do lazer, relacionando-se ao debate sobre gênero. Esses estudos partilham interesses em comum, contribuindo significativamente nos avanços teóricos. É importante ressaltar que políticas públicas podem ser entendidas como “o conjunto de práticas de governo, estratégias e intervenções do Estado com e para a população, com ou cuja finalidade é de alcançar determinados resultados que deveriam abarcar a afirmação da cidadania de todos permitindo a igualdade de gênero” (Werle, 2011, p. 22).

Padilha (2004) cita que a ideia de pública que consta na expressão de política pública pode ser compreendida como algo público, que é de todos. Assim, política pública é política sobre as coisas públicas, porém, o termo não se refere a apenas o Estado como

sendo responsável pelas políticas públicas, mas também um conjunto de decisões que são voltadas a todos.

Já Souza (2006) define políticas públicas como algo que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Não se limitando às leis e regras, elas envolvem vários atores e níveis de decisão, sendo, porém, concretizadas pelo governo que estabelece objetivos a serem alcançados.

Cunha e Pureza (2020) ressaltam que, para compreender como o campo das políticas públicas se aplica, é necessário entender modelos de discussão, como os de Theodor Lowi o qual divide as políticas públicas em quatro formatos, quais sejam:

políticas distributivas, onde decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo; o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesses; o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento e por fim, o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. (Cunha; Pureza, 2020, p. 61-62)

Alberto, Guimarães e Montenegro (2020) afirmam que as políticas públicas extrapolam a dimensão do estado, pois são destinadas a todos os espaços e formas de organização social e buscam meios de concretização dos direitos humanos. Portanto, na esfera estatal, as políticas públicas e sociais devem ser garantidas por leis para atender a direitos, como educação, saúde, habitação, lazer, entre outros.

Como foi discutido na seção anterior, conforme afirma Werle (2011), os papéis sociais entre homens e mulheres são preestabelecidos pela sociedade. Assim, as construções sociais os colocam constantemente em situações, espaços, características e interesses notadamente opostos, de maneira que aqueles definidos como sendo de domínio feminino são elaborados pelas contradições sobre os aspectos considerados masculinos. Ainda segundo Werle (2011, p. 29),

estas diferenciações linguísticas são incorporadas de forma que os espaços e as “coisas” atribuídas aos homens, como a esfera pública, o trabalho “fora”, a política, a racionalidade e a tomada de decisões, estejam numa posição superior dentro de uma escala hierárquica. No caso das mulheres, as questões que historicamente lhes foram atribuídas, como os papéis e espaços privados, a maternidade, a educação dos filhos, os trabalhos domésticos e, inclusive, as emoções, assumiram o sentido de inferioridade, sendo menos valorizadas que as ditas masculinas.

Esses padrões de definições estabelecidas a partir do sexo biológico reforçavam ainda mais as desigualdades de gênero e submissão e opressão das mulheres ao domínio masculino. Pacheco e Dias (2023) afirmam que a sociedade é composta por uma complexa relação social de dominação e manifestações de opressão. Contudo, vale ressaltar que essa opressão recai mais sobre as mulheres e a população negra, o que quer dizer que o sistema capitalista possui a opressão de gênero e raça como um de seus pilares.

Para Werle (2011, p. 31), “as concepções consolidadas nas leis, mas também na opinião e nas políticas de Estado, negaram ao longo da história, o reconhecimento das mulheres como sujeito, como cidadãs possuidoras de direitos e deveres políticos e sociais.” Um exemplo claro dessa situação foi a não aceitação do Estado ao divórcio, pois este possibilitaria a autonomia e o direito de as mulheres serem vistas como chefe de família, papel este exercido somente pelos homens. Dessa forma, observa-se o quanto o governo reforçou a desigualdade de gêneros, principalmente em relação às políticas. Como afirma Foucault (2008, p. 9), “[...] é o correlato de uma maneira de governar”.

Portanto, essa, entre outras pautas, foi objeto de luta pelas mulheres, com intuito de garantir seu acesso a direitos sociais e às políticas no decorrer da história. Assim, as mulheres foram rompendo com as imposições sociais que as restringiam a seguir papéis preestabelecidos, além de saírem de espaços privados e passarem a ocupar também espaços públicos.

Para Bertollo e Schwengber (2017), essa compreensão do modo de agir das instituições estatais, sobre a complexidade dos processos entre homens e mulheres e seus pares, mostra os conflitos e as fragilidades das negociações produzidas ao longo da história.

Historicamente, é possível mencionar dois eventos internacionais considerados como “divisores de águas” sobre as políticas de gênero no século XX. Um deles foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), em 1994. O outro foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Conferência de Beijing), em 1995. Esses eventos ajudaram a tencionar e a produzir um certo alargamento do foco de políticas e ações para mulheres, para as políticas das desigualdades de gênero, levando em consideração que as relações entre homens e mulheres deveriam ser reavaliadas. O Brasil é signatário desses dois eventos. (Bertollo; Schwengber, 2017, p.784)

Por conseguinte, é importante ressaltar que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no decorrer da história, não se pode deixar de mencionar os avanços em relação às questões de desigualdade e ampliação da cidadania não só das mulheres, mas

também de diferentes grupos minoritários, que só foram possíveis de acontecer após um redirecionamento do olhar do governo e a elaboração e aplicação de políticas públicas voltadas a esses públicos com o intuito de diminuir as desigualdades de gênero e a discriminação, assegurando sua participação nas atividades políticas, econômicas, culturais, entre outras.

Entre as ações, podemos destacar a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres em 1985; a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, órgão federal criado em meados de 2003; as delegacias especializadas no atendimento à mulher e a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, entre outras. Além dessas ações, Werle (2011, p. 2) cita ainda:

Reformulação de livros didáticos objetivando eliminar referências discriminatórias e também a inclusão da sexualidade como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a lei de cotas eleitorais, visando maior participação política das mulheres e mais recentemente a equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores.

Vale destacar também a inclusão do direito ao lazer na Constituição Federal, no Art. 6, no Art. 7, e no Art. 217 no qual se fala do desporto reforçando que o poder público incentivará o lazer como forma de promoção da saúde. No art. 227, assegura-se que é dever da família, da sociedade e do Estado a garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, entre outros.

É importante ressaltar que, segundo Alberto, Guimarães e Montenegro (2020), o lazer e o esporte só foram contemplados como um direito social a partir da Constituição de 1988. Ainda de acordo com os autores, a elaboração das políticas públicas para o esporte e lazer não devem ser realizadas sem antes serem consideradas as questões sociais, junto com demais setores, como educação, moradia, cultura, trabalho. Nesse contexto, ainda se acrescentam as questões referentes ao gênero.

Outro ponto importante a comentar é que o lazer se vincula a diferentes práticas, podendo este estar ligado a atividades manuais, turísticas, artísticas, intelectuais, sociais, físico-esportivas e até mesmo não fazer nada. Como podemos observar no art. 217, o lazer é relacionado ao esporte, porém, se analisarmos a partir das questões de gênero, é possível constatar que em diferentes momentos da história a participação das mulheres nas práticas esportivas foram proibidas e até invisibilizadas. Para Werle (2011, p. 20),

com a inclusão do esporte e do lazer como direitos sociais na Constituição brasileira de 1988, teoricamente as desigualdades produzidas deveriam ser minimizadas, se não eliminadas, pois a dimensão social representa um caráter

universal e democrático, sendo que tais direitos deveriam ser de todas, o que nem sempre acontece.

As restrições impostas às mulheres, quanto à prática esportiva e às atividades de lazer, apoiadas na ideologia patriarcal, no decorrer da história, por mais que hoje estas não sejam evidenciadas, ainda influenciam nas escolhas e nos espaços de ocupação de homens e mulheres. Sobre a restrição das mulheres à prática esportiva, Oliveira, Cherem e Tubino (2008, p.123) relatam que

o Decreto Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, é a primeira legislação esportiva no país que organiza o esporte nacional, proporciona sua burocratização ou cartorialização e no seu artigo 20 cria o Conselho Nacional de Desportos – CND. Este decreto restringe (artigo 54) a prática esportiva feminina, de acordo com a sua (pretensa) incompatibilidade.

Esse decreto justificou a restrição das mulheres às práticas esportivas, pois considerou que o esporte influenciaria nas formas femininas e na maternidade. Ainda segundo Oliveira, Cherem e Tubino (2008), somente em 1965, por meio da Deliberação nº 7/65, o Conselho Nacional de Desporto normalizou as entidades esportivas para que estas liberassem a prática de esportes femininos, mantendo, entretanto, algumas restrições, como lutas, futebol de campo, futebol de salão, futebol de praia, polo, rugby, halterofilismo e baseball.

O impedimento da prática esportiva pelas mulheres foi revogado somente em 1979. Esse processo de inserção das mulheres no esporte e nas competições olímpicas foi marcado por muita luta, o que provocou episódios de reivindicação por direitos iguais, assim como deu evidência a líderes que fizeram história no esporte e nas lutas femininas nos séculos XIX e XX (Oliveira; Cherem; Tubino, 2008).

As políticas públicas voltadas para o esporte e lazer, juntamente com setores como saúde, assistência, cultura entre outras, tiveram sua ascensão após a Segunda Guerra com a expansão do capital. Nesse contexto, além dos interesses capitalistas, as políticas públicas exerceram sua função social, em razão de estas buscarem suprir as necessidades de grupos minoritários, entre os quais o das mulheres, seguida pela lógica da refilantropização e remercantilização. De acordo com Adelman (2003, p. 448),

Na atualidade, o mundo esportivo tem, em parte, incorporado a luta das mulheres para se apropriarem de espaços existentes e/ou para criar novos. A literatura internacional sobre as mulheres e as relações de gênero no esporte assinalam tanto os avanços quanto os pontos de conflitos, antigos e novos. Por exemplo, os esportes continuam sendo avaliados em termos de gênero,

incluindo tanto os que se tornaram ‘unisex’, quanto os que são vistos como potencialmente ‘masculinizantes’ para as mulheres.

Para Alberto, Guimarães e Montenegro (2020), o lazer, o esporte e a cultura, como elementos das políticas públicas, devem ser direcionados para todos os sujeitos, sejam eles homens, mulheres, negros, indígenas, quilombolas, crianças, pessoas com deficiência e idosos. Ainda de acordo com os autores, as políticas públicas que incluem as práticas culturais no lazer devem estar ligadas a possibilidades de criação e participação democrática da sociedade civil nas ações de lazer.

No Brasil, ao longo das duas últimas décadas, ampliou-se, o entendimento de que a vivência de atividades que possibilitem as práticas corporais, a socialização e a fruição de atividades lúdicas contribuem para o bem-estar coletivo e, portanto, constituem-se como direitos dos cidadãos. Frente a isto, o Estado brasileiro incorporou o esporte e o lazer como direitos sociais, tendo como eixo norteador a democratização do acesso a essas vivências. (Alberto; Guimarães; Montenegro, 2020, p. 28)

Nesse contexto, as políticas públicas de esporte e lazer são vistas pelo Estado como uma ferramenta que possibilita o desenvolvimento social, cultural e até mesmo intelectual por meio das quais os sujeitos podem ter sua realidade transformada. Alberto, Guimarães e Montenegro (2020) ainda ressaltam que é importante lembrar que o esporte e lazer são fenômenos sociais distintos, porém, confluentes, haja vista que constituem um direito social. Assim, estes não devem ser considerados unicamente como um instrumento capaz de solucionar, atenuar ou desviar os problemas sociais. Apesar de o Estado efetivar, por meio das políticas públicas, o acesso às atividades de esporte e lazer pela população, estas não são uma realidade comum a todos.

Essa dificuldade de acesso esbarra em questões sociais e também em questões de gênero. Para Goellner (2011), as políticas públicas que têm suas perspectivas voltadas para a inclusão social precisam atentar para a desigualdade de acesso e permanência entre homens e mulheres, meninos e meninas no que se refere às atividades de esporte e lazer.

Segundo Adelman (2003), o esporte e o lazer são espaços de lutas e conflitos intensos em torno do que corpos masculinos e femininos podem ou não fazer, uma vez que as representações de masculinidade e feminilidade inscritas nesses corpos marcam o modo de viver de homens e mulheres. De acordo com Goellner (2011), essas marcas são utilizadas para justificar a inserção, a adesão e a permanência de homens e mulheres nas distintas práticas corporais, esportivas e de lazer. Essas marcas podem, portanto, excluir,

proibir ou silenciar mulheres e também os homens, os quais desejam investir em práticas esportivas e de lazer que historicamente não lhe foram indicadas.

Podemos considerar que, na atual conjuntura, muitos obstáculos ligados ao acesso das mulheres ao esporte como atividade de lazer foram sendo superados, porém, ainda não extintos. Para Werle (2011), a superação de diferentes formas de preconceitos e estereótipos tem contribuído com a maior participação das mulheres no âmbito esportivo, sem, no entanto, que estas estejam livres de representações que circulam entre a masculinização e a especulação dos seus corpos. Apesar dos avanços, é possível observar as dificuldades e as desigualdades relacionadas à participação das mulheres nas atividades esportivas e de lazer em comparação com os homens.

De acordo com Bonalume (2009), o esporte e o lazer são direitos sociais que devem ser garantidos pelas políticas públicas universais. Contudo, o acesso a esses direitos chega de forma desigual à população, o que acarreta pensar de acordo com as necessidades diferenciadas que justificam as ações voltadas a segmentos e demandas específicas.

Montenegro e Isayama (2019) destacam que nem toda a população tem igual acesso aos espaços e equipamentos de lazer, por motivos diversos, como por falta de condições econômicas, ausências de políticas públicas de lazer, por deficiência no planejamento das cidades. Portanto, todos esses fatores influenciam na desigualdade de acesso ao esporte e lazer.

Goellner *et al.* (2010), ao debaterem gênero dentro dos programas de esporte e lazer no contexto das políticas públicas, afirmam que as questões de gênero se sobressaem, dentro dos projetos sociais, pelo fato de interferirem tanto na adesão quanto na permanência de homens e mulheres nas atividades de lazer, além dos desafios e demandas que provocam.

Ainda segundo Goellner *et al.* (2010), as mulheres e homens raramente frequentam as mesmas atividades de esporte e lazer dentro dos programas sociais. Mesmo na conjuntura atual em que já presenciamos uma igualdade entre os sexos em diversas atividades, ainda é comum encontrarmos homens e mulheres em mundos separados.

No curso da história, homens e mulheres foram educados praticando exercícios diferentes, o que era aconselhado para os homens não correspondia ao que as mulheres deveriam realizar. Essa separação, baseada na biologia dos corpos, terminou por engendrar-se na cultura brasileira determinando o que é masculino e o que é feminino [...] observamos, ainda, quando a identidade de

gênero acaba por ser atravessada pela identidade sexual (Goellner *et al.*, 2010, p. 13-16).

Portanto, as escolhas distintas das atividades esportivas e de lazer entre homens e mulheres são resquícios desse contexto histórico de determinação do que é uma prática feminina e masculina. Para Goellner *et al* (2010, p.18), nas “políticas públicas há um desafio de aproximar interesses de homens e mulheres nas atividades de lazer ativo, bem como de criação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres em atividades de lazer”. Vale ressaltar que não há uma regulamentação ou mecanismo normativo para as políticas públicas de esporte e lazer, o que torna sua aplicação frágil.

Outro ponto a considerar é que a escassez de vivências práticas pelas mulheres nas atividades de lazer influencia o seu desinteresse pelas atividades físico-esportivas. Bonalume (2020) acrescenta que as restrições que foram impostas às mulheres e até aos homens, na vivência de práticas de lazer, desenvolveram nestas habilidades para competir em alguns jogos. Porém, há um interesse na manutenção das diferenças de gênero, motivo pelo qual elas são descritas como naturais e tendem a ser mantidas, se não houver resistência.

Pacheco e Dias (2023) afirmam que o Estado, por meio das políticas sociais e públicas, pode acelerar ou diminuir as desigualdades de gênero. Os movimentos sociais organizados ajudam a cobrar do Estado alternativas e políticas públicas que ajudem na melhoria de vida da população. Ainda segundo as autoras, as questões de gênero presentes nas agendas de políticas públicas fazem parte das vitórias conquistadas pelos movimentos feministas internacionais e brasileiros. Em razão disso, estes foram fundamentais para a construção de políticas e diálogos com a gestão pública e os movimentos feministas dentro das conferências de direitos que buscam a participação, a construção nos quais os avanços são operados. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) é um exemplo de conquistas após longo diálogo e pressão posto pelo movimento feminista ao Estado. Portanto, justifica-se a importância de seu debate. Assim, nesta subseção, iremos aprofundar o diálogo a respeito do PNPM, dando ênfase às estratégias políticas de esporte e lazer para as mulheres.

3.3.1 O esporte e o lazer no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)

No Brasil, o movimento feminista tem seu maior destaque a partir de 1970 com a criação das organizações sindicais, com ênfase a duas bandeiras, a incorporação das mulheres no mundo do trabalho e a liberdade política no país. Sendo assim, nesse período, consolidou-se no país a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas (Pontes; Damasceno, 2017).

Com a criação e a aprovação no Congresso Nacional do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), por meio da Lei nº 27.353, vinculado ao Ministério da Justiça, o CNDM buscava promover políticas que contribuíssem com o combate da discriminação contra mulher e assegurassem sua participação nas diversas atividades políticas, econômicas, sociais, educacionais e culturais. Assim, o CNDM “teve um papel importante no processo de democratização do país, garantindo que grande parte das reivindicações do movimento de mulheres fosse incluída na Constituição de 1988” (Pontes; Damasceno, 2017, p. 3).

Porém, durante o governo Sarney, algumas mudanças afetaram diretamente o CNDM, principalmente na sua autonomia e orçamentos. Importante destacar que a não aceitação das representantes dos movimentos feministas para o conselho, por parte do governo, provocou a renúncia das Conselheiras. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, o CNDM se mantém, agora, entretanto, sem autonomia política e financeira e desvinculado dos movimentos feministas. Nesse momento, vários outros grupos de lutas pelas mulheres são criados. Com o processo de democratização, as questões de gênero e as políticas para as mulheres são incluídas novamente no diálogo com o governo Lula e Dilma Rousseff. Assim, em 2004, o CNDM e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SNPM) convoca a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM). Pacheco e Dias (2023, p.271) ressaltam que

ao todo, foram quatro CNPM: duas durante o governo Lula, em 2004 e 2007, e duas durante o governo Dilma, em 2011 e 2016, das quais participaram mulheres de todos os estados do país. Em 18 de janeiro de 2021, em plena pandemia, o governo Bolsonaro convocou a V Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Diversos movimentos feministas se mobilizaram contrariamente, devido ao número de mortes de brasileiras(os) e à dificuldade de acesso à internet que muitas mulheres vivenciam. Essa mobilização conseguiu em 23 de fevereiro de 2021 o cancelamento dessa convocação. A primeira e a segunda CNPM tiveram como resultado os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Portanto, os discursos dentro do CNPM têm como resultado a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que foi revisitado novamente nos anos de 2007 e 2013. De acordo com Mendonça e Santos (2018, p. 2),

este plano foi promovido pelo governo brasileiro através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SNPM), a qual foi criada no ano de 2003, com o fim de estruturar ações voltadas à valorização da mulher por meio da sua inserção no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade brasileira. Para tanto, estes valores são viabilizados e materializados através de políticas públicas que objetivam a construção da mulher enquanto ser social pleno, e que promovem ações de combate a todas as formas de preconceito, subjugação e discriminação que a sociedade patriarcal dedicou historicamente a condição social da mulher.

Dessa forma, estados e municípios no Brasil, com base nas diretrizes traçadas no PNPM, criaram programas voltados a políticas públicas para as mulheres. Segundo Mendonça e Santos (2018), o Plano Nacional de Políticas para as mulheres é um documento que visa orientar o desenvolvimento e a criação de políticas públicas para as mulheres, considerando que a questão perpassa as noções de cidadania e as questões de gênero.

Cabe ressaltar que falar de políticas públicas que visam à igualdade de gênero demanda pensar no reconhecimento da alteridade, é entender que homens e mulheres são diferentes em sua forma de ser. Logo, precisa-se de estratégias políticas que englobam as necessidades específicas de cada um, vez que “[...] homens e mulheres não possuem os mesmos problemas e necessidades, mas possuem os mesmos direitos” (Brasil, 2011, p. 6).

Para que o PNPM se concretize, foi necessário contar com o envolvimento dos diferentes agentes sociais e dos governos, tanto municipais, estaduais e do distrito federal, para que as políticas cheguem às mulheres e modifiquem suas vidas, estabelecendo relações mais igualitárias entre mulheres e homens e entre as próprias mulheres (Brasil, 2004).

Desse modo, o PNPM é um dos planos mais importantes que objetivam a melhoria dos direitos das mulheres, sob a forma de política pública de combate à desigualdade de gênero. Para Sousa, Tavares e Rocha (2019), o PNPM compreende as mulheres como um grupo composto por diversidades étnicas, sociais, econômicas, orientação sexual, faixa etária e em condições de necessidades e degradações distintas. Assim, o plano traça estratégias para a melhoria das condições de vida e realidade das mulheres, que incluem

diferentes necessidades cotidianas, como moradia, saúde, trabalho, educação, segurança, entre outros, além de propor, segundo Sousa, Tavares e Rocha (2019, p. 11),

políticas públicas articuladas com conhecimentos e âmbitos que estão além dos setores da saúde, mediante estratégias e ações específicas para os seguintes eixos: mundo do trabalho e autonomia econômica; educação; saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de violências, discriminações e desigualdades; participação nos espaços de poder; desenvolvimento sustentável; cultura, esporte, comunicação e mídia.

Alguns desses eixos foram incorporados no PNPM a partir da sua reelaboração na segunda e terceira versão, como é o caso dos eixos sobre: espaço de poder e decisão; desenvolvimento sustentável; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano; cultura, esporte, comunicação e mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais. Aqui iremos dar ênfase ao III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que é a versão mais recente de 2013, especificamente no eixo sobre cultura, esporte, comunicação e mídia e entender de que forma o esporte e lazer é contemplado dentro do PNPM.

Conforme Bertollo e Schwengber (2016), o III PNPM inovou e tornou-se o primeiro documento a apresentar metas, objetivos e planos de ação que teve a preocupação de trazer propostas relacionadas ao esporte para as mulheres. Nesse sentido, entende-se que do desdobramento desse plano emergem sinais de ruptura, pois considera que as mulheres são sujeitos de direitos também no campo das atividades esportivas.

Nessa conjuntura, o capítulo oito do PNPM disserta sobre as ações nos eixos de cultura, esporte, comunicação e mídia, para a construção de uma cultura de igualdade, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero (Brasil, 2013).

Sendo assim, o esporte e o lazer no III PNPM se apresenta como uma proposta de política pública voltada para toda a população e, em especial, para as mulheres, sejam elas mulheres negras, brancas, indígenas, ribeirinhas, deficientes, de diferentes idades e orientações sexuais. Podemos dizer que o III PNPM busca promover uma igualdade de gênero e se destaca, em seu capítulo 8, como o primeiro documento que busca popularizar o esporte e o lazer, de modo particular para as mulheres (Bertollo; Schwengber, 2017).

Nesse sentido, entende-se que o esporte e o lazer se constituem como dimensões da vida sociocultural e são elementos essenciais à promoção da qualidade de vida, da inclusão social, da cidadania e do desenvolvimento humano (Brasil, 2013). O PNPM salienta ainda que

a resistência ao longo de anos e no transcorrer da história a que as mulheres participassem plenamente dos esportes exprime a realidade de que o mundo do esporte foi, durante muito tempo, considerado um espaço masculino. No Brasil, até o ano de 1979, as mulheres estavam proibidas de praticar lutas e jogar futebol, considerados incompatíveis com o que se considerava adequado às mulheres. Já com relação ao direito ao lazer, associado ao tempo livre das obrigações sociais, as mulheres também vivenciam limitações significativas, em grande parte resultantes da influência da divisão sexual do trabalho. Para as mulheres, principais responsáveis pelo trabalho usualmente referido como reprodutivo, o lazer é visto como relacionado a atividades em família, ao lado das crianças e quase sempre restrito ao espaço doméstico, pouco ou nada se diferenciando da rotina. Aos homens, por outro lado, o lazer é relacionado a atividades destinadas à diversão e em locais públicos (Brasil, 2013, p. 75).

Isso quer dizer que é dever do estado, por meio das políticas públicas, transformar esse cenário e promover a vivência tanto do esporte quanto do lazer de forma igualitária também às mulheres que tiveram seu direito negligenciado em determinados momentos históricos no Brasil, fato este que influencia até os dias atuais nas suas escolhas e práticas de esporte e lazer.

Goellner (2011) afirma que, mesmo passando mais de um século da inserção das mulheres nas práticas e atividades esportivas e de lazer, é importante lembrar que, apesar de hoje a presença feminina nessas esferas sociais ser constante, devemos avaliar essa situação com cautela, pois, se, no início do XX, a participação das mulheres se restringia quase que exclusivamente à assistência e ao acompanhamento de seus maridos e familiares, na atual conjuntura, ela é infinitamente mais ampla e diversificada. Nesse sentido, as mulheres deixam de ocupar apenas o espaço de telespectadoras para serem também praticantes, atletas, técnicas, gestoras, árbitras, jornalistas. Porém, isso não quer dizer que os homens e as mulheres apresentem as mesmas oportunidades nesse campo ou que os preconceitos não existam mais, haja vista que o esporte e lazer se apresentam na sociedade como espaços de lutas e conflitos.

Portanto, a inclusão dessa problemática nas políticas públicas é de suma importância. Sobre o PNPM, vale ressaltar que este traz como um dos seus objetivos gerais “promover maior participação e assegurar a inserção igualitária das mulheres no esporte e lazer, considerando as dimensões étnicas, raciais, de classe social, orientação sexual, identidade de gênero, geracionais e mulheres com deficiência” (Brasil, 2013, p. 75).

Entre os objetivos específicos presentes no PNPM, três tratam sobre o esporte e lazer, sendo eles:

Valorizar e promover a participação das mulheres no esporte e no lazer, favorecendo maior divulgação. Estimular, ampliar e qualificar o acesso de meninas, adolescentes, mulheres adultas, idosas e mulheres com deficiência ao esporte e ao lazer, promovendo a qualidade de vida, a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento humano. Promover a participação das mulheres na preparação e realização dos grandes eventos esportivos (Brasil, 2013, p. 75).

Em relação às metas, Moura *et al.* (2012) resumem que o PNPM apresenta como metas a ampliação e a qualificação do acesso das mulheres ao esporte e lazer; a participação destas em eventos esportivos e nas transmissões de jogos das modalidades femininas; a implementação de projetos recreativos e de lazer e a inclusão da equidade de gênero nas diretrizes dos projetos de esporte e lazer.

Mediante o exposto, é possível compreender que o PNPM aposta no esporte e no lazer como estratégias de promover a igualdade de gêneros e acesso a direitos sociais por meio das políticas públicas, sendo necessário, para isso, superar diferentes obstáculos. Dessa forma, o PNPM traça algumas linhas e planos de ação, entre os quais estão: promoção de acesso igualitário ao esporte; estímulo à prática esportiva e à participação de projetos voltados ao esporte e lazer; promoção do esporte e apoio às atletas profissionais; participação das mulheres na organização e serviços esportivos e grandes eventos; parcerias com instituições esportivas para o enfrentamento a violência contra as mulheres (Brasil, 2013).

Nesse sentido, Bertollo e Schwengber (2017) acreditam que o esporte é considerado como uma prática social que irá contribuir com a formação integral dos indivíduos, como prática social e cultural, neste caso, correlacionada a um significado mais amplo, de qualidade social de vida no campo, tanto individual como em comunidade.

Para Goellner (2006), o esporte se apresenta como um importante elemento para a promoção de uma maior visibilidade das mulheres no espaço público. Ao longo da história nacional do esporte, vários talentos femininos tiveram destaque, porém, suas vitórias vieram de esforços individuais e de pequenos grupos de mulheres, nem sempre resultando de uma efetiva política nacional de inclusão no âmbito do esporte e lazer. No entanto, com a implementação efetiva das políticas públicas de esporte e lazer para as mulheres, esse cenário tem uma probabilidade de mudança significativa, em que espaços públicos voltados ao esporte e as atividades de lazer, até então ocupados e dominados somente por homens, podem, assim, ser também espaços frequentados cotidianamente pelas mulheres.

Bonalume e Isayama (2020) afirmam que as metas e os objetivos indicados no PNPM ocorrem no sentido de superar o olhar androcêntrico⁸ que alimenta o perfil patriarcal no tocante ao lazer e ao esporte. Isso porque, aliados a outros marcadores indenitários, como raça e classe, o patriarcalismo e o androcentrismo provocam desigualdades entre os gêneros. Logo, além do esporte e lazer, as desigualdades estão presentes também no trabalho, na utilização de espaços, nas responsabilidades, nos salários, na ocupação de cargos públicos e privados e em outros campos.

Ainda é válido ressaltar, entre as desigualdades, também as relacionadas à restrição e à disponibilidade do tempo pelas mulheres, uma vez que estas, ao longo da história, sofreram diferentes limitações no esporte e no lazer provocadas pela divisão desigual do trabalho entre homens e mulheres, principalmente quando se trata do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos e família.

Para as mulheres, principais responsáveis pelo trabalho usualmente referido como reprodutivo, o lazer é visto como relacionado a atividades em família, ao lado das crianças e quase sempre restrito ao espaço doméstico, pouco ou nada se diferenciando da rotina. Aos homens, por outro lado, o lazer é relacionado a atividades destinadas à diversão e em locais públicos (Brasil, 2013, p. 75).

Para Mendonça e Santos (2018), no Brasil, a luta das mulheres por reconhecimento de seus direitos vai no sentido de que suas necessidades sejam transformadas em políticas públicas e que estas atuem no combate às desigualdades de gênero. Com a elaboração do PNPM, podemos considerar que o Brasil tem dado um passo importante quando se fala da criação de políticas públicas para as mulheres. Porém, algumas problemáticas ainda precisam ser resolvidas. Para que isso aconteça, é necessária uma força tarefa por parte do governo federal, estados e municípios em direcionar recursos que possam ser empregados nas políticas públicas para as mulheres, além da criação de estratégias que facilitem o acesso e a permanência das mulheres nos projetos e programas ligados às políticas públicas.

De acordo com Mendonça e Santos (2018, p. 17), um dos desafios a serem enfrentados é “a necessidade de superar o que ainda encontra-se expresso nos projetos

⁸ Prática consciente ou não de privilegiar a supervalorização dos comportamentos e experiências masculinas, assim não assumindo os seres humanos igualitários e desvalorizando as experiências das mulheres ou a busca por seus direitos. (Ribeiro, 2023). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/androcentrico/#:~:text=Significado%20de%20Androc%3%AAntrico&text=%5BPopular%5D%20Refere%2Dse%20%3%A0,a%20busca%20pelos%20seus%20direitos>. Acesso em: 29 jan. 2023.

vigentes, em termos de visão machista e patriarcal ligada à condição da mulher como ser frágil, inferior e não merecedor de investimentos pelas ações governamentais”.

Portanto, importante é que as mulheres possam ocupar cada vez mais cargos na política institucional, pois a ausência delas nesses espaços dificulta o diálogo e a criação de políticas públicas voltadas às demandas específicas das mulheres, fazendo com que essas pautas sejam discutidas por pessoas que não têm o conhecimento da realidade que elas passam em diferentes aspectos na sociedade.

É mister considerar ainda que, com a pandemia da covid-19, as políticas públicas voltadas ao esporte e lazer foram diretamente afetadas e sofreram diferentes desafios. Segundo Athayde (2022), o primeiro diz respeito à promoção de ações governamentais que concretizem o direito ao lazer, o segundo está ligado ao reconhecimento subjetivo desse direito e o terceiro remete às mudanças ocorridas no trabalho provocadas pela conjuntura pandêmica. Assim, pode-se considerar que se, durante a pandemia, áreas institucionais e de legitimidade política, como saúde e educação, sofreram consequências, o que dizer do lazer o qual, historicamente já foi menosprezado e posto em segundo plano nas agendas governamentais.

Nesse sentido, no próximo capítulo desta dissertação nos debruçamos a discutir o tempo de lazer e as mulheres trabalhadoras, bem como o lazer no contexto da pandemia da covid-19.

4 TEMPO DE LAZER NO COTIDIANO DAS MULHERES E A PANDEMIA DA COVID-19

Neste capítulo realiza-se um debate entorno do tempo de trabalho e tempo de lazer destinado as mulheres. E como as ideologias hegemônicas e as mudanças sociais, econômicas e políticas interferiram no ingresso das mulheres ao mercado de trabalho e limitaram sua vivencia nas atividades de lazer.

Discute-se também respeito das implicações sociais da pandemia da covid-19 para com as mulheres, dando destaque a intensificação das desigualdades em diferentes setores que vão desde aspectos econômicos, educativos, de gênero, étnicos-raciais, trabalhistas, sociais, e de direitos.

É apresentado ainda nesta seção os resultados obtidos por meio do questionário aplicado as professoras com o intuito de descrever e traçar o perfil socioeconômico das mulheres participantes desta pesquisa.

4.1 Tempo de Lazer e As Mulheres Trabalhadoras

Para compreender as vivências cotidianas das mulheres quanto as suas atividades de lazer, é necessário entender as correlações existentes entre o tempo de trabalho e tempo de lazer. De acordo com Padilha (2000), o tempo de trabalho e o tempo de lazer formam um sistema em que a movimentação de um, interfere no outro. Em razão de que a própria divisão do tempo para o trabalho e o tempo livre, relaciona-se também ao espaço, pois, para sair de um e entrar no outro, é necessário um deslocamento. É preciso, deslocar-se do tempo de trabalho para entrar no tempo de lazer (Padilha, 2000).

A vida social na modernidade se organiza por meio do tempo em diferentes categorias, como tempo para o lazer, tempo para o trabalho, tempo para família, tempo para estudar etc. Para Padilha (2000), em uma perspectiva materialista, as concepções de tempo são criadas a partir processos materiais de produção na sociedade.

Nesta perspectiva, Frederic Munné, professor emérito da Universidade de Barcelona, apresentou em suas pesquisas a tipologia do tempo social. Segundo Aquino e Martins (2007), o tempo social é dividido em quatro tipos, sendo estes: o tempo psicobiológico, que diz respeito às necessidades psíquicas e biológicas elementares, que englobam o tempo de sono, alimentação, atividade sexual etc. Este é diretamente condicionado a um tempo individual. O segundo seria o tempo socioeconômico, ligado ao tempo empregado as necessidades econômicas, compostas pelas atividades laborais,

atividades domésticas, estudo, demandas pessoais e coletivas. Já a terceira é o tempo sociocultural, que seria aquele dedicado às ações referentes a sociabilidade dos indivíduos, pois neste contexto, incluem os compromissos resultantes dos sistemas de valores e de pautas estabelecidos pela sociedade. Na quarta e última categoria, seria a do tempo livre, que faz referência às ações humanas, as quais podem ser realizadas sem que ocorra uma necessidade externa. Ou seja, o sujeito nesta categoria, faz uso deste tempo com total liberdade e de maneira criativa, dependendo de sua consciência de valor sobre seu tempo.

Oliveira (2004), ao debater sobre a dualidade entre tempo e trabalho, argumenta que este último é um produto do homem, e ao mesmo tempo, produto do ser, da cultura e da civilização humana. Sendo assim, trabalhar, então, versa no sentido de garantir condições objetivas e subjetivas na manutenção e desenvolvimento do ser humano, possibilitando até mesmo satisfação e prazer.

No entanto, no sistema capitalista, para Oliveira (2004), o trabalho deixa de propagar tais possibilidades e expectativas, passando a ser considerado como fonte de desprazer, causando tensão e sofrimento, o que dificulta até mesmo o usufruto de seus resultados. Ainda segundo a autora, todos estes motivos materializam um tipo de trabalho, denominado por Marx como trabalho alienado, pois se baseia na exploração do tempo de trabalho do trabalhador. Nas palavras da autora:

Ao institucionalizar o tempo de trabalho, também se institucionaliza o tempo de não trabalho, ou seja, aquele no qual o trabalhador estaria, hipoteticamente, disponível para realizar outras atividades diferentes daquelas em que ele trabalha. Desta forma, se destila um tipo de organização social na qual o trabalho é a principal referência de tempo usada pelo indivíduo na orientação de sua vida: tudo gira em torno do trabalho e dos intervalos de tempo entre o exercício do mesmo (Oliveira, 2004 p.26).

Assim, nesta concepção, o tempo de trabalho encontra-se no centro das atividades cotidianas. Silvestre, Ferreira e Amaral (2016) entendem que o tempo de não trabalho corresponde a parcela de tempo em que o ser humano não aliena sua força de trabalho a outrem, neste sentido, não está contido ao trabalho assalariado, formal, informal, doméstico, assim como em outras formas de exploração da força de trabalho.

Silva, Moreno e Veraldo (2017) comentam que as mudanças sociais, econômicas e políticas, assim como também a Revolução Industrial, contribuíram com a alteração na percepção de tempo dentro da sociedade, e que conseqüentemente, interferiram nas relações sociais e de trabalho. Já para Inácio (1997), o lazer e o trabalho são resultantes

de um processo sócio histórico, que sempre existiu, mas que, da forma que se estruturou atualmente, teve início na sociedade industrial.

Aquino e Martins (2007) ressaltam o fator temporal iniciado na sociedade industrial, quando o homem resolveu medir o tempo cotidiano e quantificar o tempo social, assim chegando até mesmo a comercializar o próprio tempo, que neste sentido, passa a ser visto como mercadoria e que se agrega um valor econômico.

Sobre isso, Oliveira (2004) destaca a expressão capitalista “tempo é dinheiro-times is Money”, que se refere ao processo de industrialização crescente, a mercadorização e coisificação do ser humano, que são as principais características deste sistema econômico. Assim, gerando o desenvolvimento de uma sociedade que vê o trabalho como a maior representação de suas vidas, e com isso inibe o lúdico como direito à felicidade. Segundo Cavalcanti (1986, p.25)

Para a sociedade capitalista, o tempo livre deve ser um tempo necessário para que se possa consumir as mercadorias produzidas pelo sistema, tendo em vista manter uma certa estabilidade na relação econômica da produção e do consumo. Nesse sentido, a ideologia burguesa tem um papel preponderante sobre a utilização do tempo livre pelo indivíduo.

Sendo assim, a ideologia burguesa influencia diretamente com a passividade do trabalhador, para que este siga rigorosamente as condições sociais prescritas. Silva, Moreno e Veraldo (2017) afirmam que o patrão, na Revolução Industrial, ensina o valor de tempo aos operários. Como forma de enfrentamento às péssimas condições de trabalho no período, os trabalhadores passaram a fazer greve, na busca por menos horas de trabalho e melhores salários.

Neste contexto, se por um lado, o lazer das massas passou a ser visto como um problema, pois apresentava possibilidade para encontros, organização e mobilização de trabalhadores e trabalhadoras, por outro, as camadas dominantes perceberam que este tempo social apresentava potencial para ser um momento propício para o consumo, e que, portanto, não deveria ser tão reduzido. Silva, Moreno e Veraldo (2017, p.54) ainda destacam que:

Em consequência disso e de movimentos anarquistas do início do século XX, defendeu-se a ideia de um dia dividido em três partes: oito horas para o trabalho, oito horas para o lazer e oito horas para o descanso. A partir daí surgiu a ideia do lazer como um fenômeno oposto ao trabalho, sendo facilmente confundido com uma válvula de escape das atividades obrigatórias e até mesmo utilizado para favorecer a produção no novo sistema.

Em decorrência a esse contexto, com a diminuição do tempo das atividades obrigatória como o trabalho, o tempo livre do trabalhador passa a ter presença do tempo dedicado também ao lazer, fato este que chamou atenção da indústria cultural, que passou a olhar para o tempo de lazer como mercadoria.

Domingues e Rechia (2016) argumentam que a Revolução Industrial é vista como referência, pois sempre transforma um ofício em exploração mecanizada. Sendo assim, as pessoas tornam-se ainda mais submissas ao trabalho obrigatório, o que conseqüentemente, ocupa uma parcela maior do tempo cotidiano, interferindo no tempo livre, nas brincadeiras em família entre outros. E quando se leva em consideração as questões de gênero, as mulheres, mais do que os homens, tiveram seu tempo livre restringidos, ao adentraram no mercado de trabalho. Isto se dá em decorrência destas desempenharem múltiplas tarefas, divididas pelo trabalho obrigatório, e a divisão desigual do trabalho doméstico, cuidado com filhos e família, por exemplo.

Baylão e Schettino (2014) ressaltam que a inclusão da mulher no mercado de trabalho aconteceu após a necessidade de sua contribuição nos serviços que estavam relacionados ao ganho financeiro da família, conseqüentemente a Revolução Industrial absorveu de forma importante a mão de obra feminina pelas indústrias, com o intuito de baratear os salários e disciplinar esse novo grupo de operárias. Porém, vale lembrar que o mercado de trabalho em si ainda tinha na sua maioria a dominação masculina, como afirma Toitio (2008, p.02):

O trabalho feminino passa a integrar crescentemente a estrutura econômica a sociedade capitalista, sempre sob a determinação mencionada, ou seja, submetida ao capital e a sua necessidade de valorização. No entanto, nas primeiras décadas do século passado, era ainda muito superior a proporção do trabalho masculino em relação ao feminino na esfera produtiva.

Desta forma, é possível observar que as mulheres foram ocupando espaços no mercado de trabalho de forma tímida, algo que foi se modificando ao longo dos anos de 1970, com maior inserção de mulheres no mercado de trabalho. Este momento também foi marcado por intensa luta do movimento feminista, pois, de acordo com Silvestre, Ferreira e Amaral (2016 p.111)

Neste cenário, além dos desdobramentos econômicos, políticos e sociais expressos pela emergência do neoliberalismo, as relações de trabalho e os direitos sociais também foram impactados, de modo que os contornos assumidos tanto na esfera política quanto na esfera produtiva influenciaram as relações humanas com o tempo de não trabalho e com as manifestações do lazer.

Além disso, a combinação da luta do movimento feminista e a reestruturação produtiva influenciou na relação das mulheres com o mercado de trabalho. De acordo com Nogueira (2006), embora registre-se o aumento da empregabilidade das mulheres, estas, hegemonicamente, foram alocadas nos postos de serviços mais precários. Além disso, a predominância na realização de tarefas domésticas manteve-se como papel da mulher, dando início ao que entende como família operária patriarcal: em que o marido é visto como provedor principal e a mulher provedora complementar e dona de casa.

Estes valores reafirmam uma divisão sexual do trabalho de forma desigual. Nogueira (2010, p.59) esclarece ainda que:

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não

Assim, observa-se que não importa o momento histórico por qual passa a sociedade, as mulheres carregam a anos o fardo da sobrecarga e das multitarefas as quais são submetidas. Apesar de muito já se debater sobre o combate a opressão contra as mulheres, e a busca por sua emancipação política, econômica e social, além da garantia de direitos básicos como saúde, educação, lazer muito ainda precisa ser feito para que a mulheres sejam vistas com igualdade em relação aos homens.

Nogueira (2010) ressalta que, a mundialização do capital nos anos de 1990 contribuiu com efeitos complexos em relação ao trabalho de homens e mulheres na sociedade. O trabalho realizado pelos homens ocorreu uma regressão e estagnação, já no trabalho desempenhado pelas das mulheres, houve um aumento. Porém, mesmo ampliando a participação feminina no contexto produtivo, as tarefas domésticas continuavam reservadas mais às mulheres do que aos homens.

Sendo assim, a organização da família patriarcal continuou seguindo os mesmos princípios, porém, agora, além da mulher se manter como a principal artífice no papel de dona de casa, intensificou-se a sua função como provedora complementar em relação ao homem. O trabalho mais prolongado e cansativo era o das mulheres, que revezavam o trabalho remunerado com os afazeres domésticos, ampliando as suas múltiplas tarefas (Thompson, 1998).

Desta forma, a suposta divisão de oito horas de tempo para trabalho, descanso e lazer, no contexto da sociedade moderna, não reconhece a rotina de muitas mulheres, no que concerne ao tempo gasto com o cuidado dos filhos e de tarefas domésticas. Silva, Moreno e Veraldo (2017) ressaltam que além do trabalho doméstico, a maternidade representa mais uma função que intensifica o trabalho para muitas mulheres. Em muitos contextos, esses fatores representam um entrave para que as mulheres possam exercer uma profissão em igualdade de condições no mercado de trabalho e a possibilidade de momentos de lazer.

Por outro lado, mesmo as mulheres vivenciando múltiplas tarefas, de acordo com hooks (2022), existem benefícios alcançados por milhares de mulheres ao adentrarem o mercado de trabalho. A autora destaca o aumento da autoestima e da participação na comunidade. Esse benefício se concretiza na medida em que as mulheres trabalhavam antes somente em casa, ficavam frequentemente isoladas, sozinhas e deprimidas. O trabalho fora do ambiente domiciliar as fazia se sentir parte efetivamente de algo maior do que a si mesmas, ou seja, parte importante de uma sociedade.

A partir das leituras realizadas e também da minha experiência como professora e mãe, percebo que há muita diferença do tempo disponível para o lazer entre homens e mulheres. As mulheres tem que estratificar seu tempo com os filhos e demais afazeres mais do que os homens, o que influencia diretamente na sua condição de vivenciar práticas de lazer.

Mesmo que o advento da tecnologia tenha contribuído com a praticidade de algumas tarefas domésticas e a melhor organização do tempo da criança dentro do ambiente escolar, as mulheres casadas com filhos ainda tem um tempo menor para o usufruto do lazer em seu tempo livre. Na conjuntura atual, é possível constatar que no ano de 2022, as mulheres no Brasil dedicaram em média 21,3 horas semanais com afazeres doméstico e o cuidado com pessoas. Em comparação com os homens, neste mesmo período, gastaram apenas 11,7 horas fazendo as mesmas tarefas (IBGE, 2024).

Apesar da mulher enfrentar diferentes obstáculos para se consolidar no mercado de trabalho, para Azevedo, Menezes e Fernandes (2000) o aumento nos níveis de escolaridade das mulheres contribuiu com a elevação de suas conquistas, com maior qualificação, fato este que facilitou não apenas a entrada delas no mercado de trabalho, como também o maior prestígio nestes postos. Porém, mesmo com o aumento desta qualificação, a empregabilidade das mulheres continua sendo baixa, em comparação aos homens.

Na pesquisa do IBGE (2024) sobre o estudo de Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 53,3%, quanto aos homens a taxa foi de 73,2%. Constata-se assim que persiste uma desigualdade de acesso ao trabalho em relação aos homens e as mulheres.

Para Aquilini e Costa (2001), as mulheres enfrentam maiores taxas de desemprego do que os homens, ainda mais se estas forem jovens, negras e de baixa escolaridade. Entre os fatores que contribuem para esse cenário, e que ficam camuflados na sociedade estão: 1 - as mulheres na inatividade são classificadas como do lar; 2 - falta de perspectivas de conseguir uma inserção no mercado de trabalho; 3 - não ter com quem deixar os filhos.

As mulheres, durante décadas, foram responsáveis por cuidar do lar e da educação dos filhos, enquanto os homens saíam para o trabalho, atualmente isso ainda impacta diretamente quando as mulheres buscam sua inserção no mercado de trabalho, principalmente quando estas precisam pensar com quem vão deixar seus filhos, como vão busca- lós na escola, quem vai cuidar da alimentação e dos serviços domésticos.

Segundo Lima e Floro (2022), quando se perde o emprego, as pessoas não estão apenas perdendo uma fonte fixa de renda, mas também se perde uma parte do que a sociedade impôs como identidade do trabalhador, de serem cidadãos ativos e produtivos. É inegável que essa perda de identidade causada pelo desemprego afete diretamente o psicológico das pessoas e suas relações sociais. Sendo assim é imprescindível que haja uma adoção de medidas preventivas, as quais que possam contribuir e minimizar os danos à saúde física e emocional.

Oliveira (2004) argumenta que na sociedade capitalista, falar de lazer em uma situação de desemprego, é um paradoxo, em razão de que se pressupõem-se que o tempo é desobrigado e livre, porém, na realidade, foi um tempo imposto e permeado de tensão em consequência a busca incessante por uma realocação no mercado.

Outro aspecto que reforça essas desigualdades é o apontado por Araújo e Lombardi (2013). Os autores afirmam que mesmo com a ampliação do acesso à educação, bem como as transformações no padrão ocupacional das mulheres, estas ainda não conseguiram superar as desigualdades salariais e tampouco precariedade das relações de trabalho. Um exemplo disso é quesito educação, pois as mulheres com idade de 25 anos ou mais, apresentam taxa de escolarização na educação básica de 32,7%. Já para os homens, 35,5% destes não apresentam nenhum grau de instrução, ou possuem o ensino fundamental incompleto (IBGE, 2024).

Amaral (2012) ressalta que as mulheres a cada ano estão liderando os índices de escolaridade em relação aos homens, e que ainda, de forma menos expressivas, elas vêm delimitando e conquistando espaço dentro do mercado de trabalho, ocupando cargos de chefia e posições gerenciais, gestão educacional e cargos políticas.

De acordo com o Censo Escolar (2022), no Brasil, as mulheres são maioria na docência e na gestão da educação básica, do corpo docente, composto por 2.315.616 profissionais. Deste total, 1.834.295 (79,2%) são professoras. Já dos 162.847 diretores, as mulheres correspondem a um total de 131.355 (80,7%).

Stascxak, Santana e Barbosa (2019) afirmam que a crescente inclusão das mulheres na docência se deu em meados do XIX, pelo fato da necessidade de contribuição da mulher para educar as crianças, em razão de se atribuir à docência um caráter materno e doméstico. Nas palavras dos autores:

Predominantemente masculino, o espaço educacional foi se abrindo, ainda que com ressalvas, à atuação das mulheres. Na história da educação brasileira, a mulher foi se fazendo presente a partir da necessidade de suprir as demandas de alunos nas escolas e também pela quantidade insuficiente de homens na educação básica. As mulheres foram então, vistas como ideais para suprir essa carência. Tidas como carinhosas e mães em potencial, os alunos seriam tratados como filhos (Stascxak, Santana e Barbosa, 2019 p.04).

Desta forma, o olhar da sociedade para a mulher a encaixava no papel de educadora, em razão de supostas características maternais e pelo apoio educacional dado aos filhos em casa. Assim, acreditava-se que as mulheres possuíam um “dom” e perfil para ser professoras. Para Caetano e Neves (2009, p.255):

O aspecto abordado acima clarifica ainda mais a divisão do trabalho por gênero, pois os homens separavam a vida privada da pública, sendo, por isso, considerados modelo de profissional e de proletário (objetivos, têm autoridade, produtivos, competitivos, racionais, possuem saberes técnicos). Já as mulheres, por articularem essas dimensões são consideradas desqualificadas, incompetentes e não profissionais porque alegam que essas qualidades são inatas e deixam de ser reconhecidas por essa qualificação informal que também é adquirida na socialização.

No entanto, todos estes saberes adquiridos pelas mulheres também são importantes, principalmente na resolução de problemas e na construção da visão de mundo dentro da sociedade. E assim, a mulher foi sendo inserida no mercado de trabalho dentro do contexto educacional. Porém, para Caetano e Neves (2009), a inclusão da mulher na docência tratava-se do interesse de garantir uma mão-de-obra barata, a qual não reivindicasse seus direitos.

Por meio deste pensamento, criou-se um padrão de mulher com o perfil ideal para a escola e para a dimensão social. Assim, dentro de um modelo de sociedade patriarcal, a carreira da mulher foi se encaminhando para o magistério, seguindo o discurso de vocação para a carreira. Porém, esse discurso serviu para “induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente” (Bruschini e Amado, 1998, p.7).

Vale ressaltar que esse ideário foi perdendo força, quando, segundo Almeida (2014, p.58)

Já se demonstraria a fragilidade dessa crença perante a aridez do panorama social fundido com o agravamento das desigualdades. Isso porque, nem mulheres, nem homens na sala de aula possuíam ou possuem o poder inerente de atuar decisiva e objetivamente nas armadilhas do sistema capitalista e capitanear uma educação voltada para a paz e à igualdade social.

Na conjuntura atual, a mulher é maioria na docência na educação básica, porém na educação superior este cenário se modifica, pois 52,98% dos docentes atuantes na educação superior são homens, de acordo com o Censo (2021).

Stascxak, Santana e Barbosa (2019) observaram que na educação básica é o oposto da educação superior, em que os homens são a maioria. Para os autores, isso se dá pelo fato das mulheres ainda não conseguirem ter igualdade de condições no que refere-se a formação necessária para o ingresso nos níveis mais altos, e consecutivamente, assim obter remunerações melhores.

Embora se reconheça que historicamente, a concepção de docência pela mulher seria um processo natural, dada a interpretação “maternal” e “vocacial” para esta tarefa, não se pode perder de vista que esta inserção na docência era também uma oportunidade de vivenciar outros ambientes fora do lar, um trabalho público, com possibilidade de estudar, possuir renda e momentos de lazer, os quais antes não conseguiam vivenciar.

A desigualdade na remuneração salarial entre homens e mulheres pode também influenciar na condição de acessar, ou não o lazer. Como predominantemente, as mulheres recebem salários menores, isso pode representar com que elas tenham que trabalhar mais, como forma de complemento financeiro, e isso representar mais uma condição de precarização para praticar lazer.

Para Santos e Gama (2008), o lazer aparece associado ao mercado de trabalho, pois o fator renda influi diretamente em acessar práticas nesta esfera social. Porém, em modos expressivamente precários de empregos, os quais consequentemente resultam no aumento da procura, sendo esta procura não só efetuada pelos homens e pelas famílias,

mas também pela mulher, a qual encontra no lazer uma maneira de demonstrar sua individualidade, bem como uma expressão da sua liberdade no sentido de igualdade social.

O lazer neste contexto se apresenta como uma fuga da rotina, por meio da valorização do prazer, do hedonismo, das vivências radicais e de aventuras. Enquanto vai se construindo uma nova rotina em tempos pressurosamente não alienados e resultantes da livre vontade das pessoas (Santos; Gama, 2008).

Portanto, é importante reconhecer que os desafios e lutas enfrentados pelas mulheres foram fundamentais para seu ingresso no mercado de trabalho. Mesmo que estas ainda não se encontrem em um grau de igualdade perante aos homens, dentro da sociedade, muito ainda precisa ser feito para que a mulher tenha a possibilidade de desempenhar diferentes papéis sociais as quais ela sente vontade.

A entrada da mulher no mercado de trabalho possibilitou para elas uma sensação de liberdade, porém, para Ribeiro e de Jesus (2018), esta suposta transformação, em relação a liberdade das mesmas, não significou o fim de “obrigações” impostas pelo patriarcado. Assim, além de “trabalhar fora”, as mulheres, mais do que os homens, continuam a realizar atividades relacionadas aos serviços domésticos, ser boa esposa e mãe zelosa. E no meio de todas estas tarefas, ainda buscar um tempo de descanso e lazer.

O tempo de lazer para as mulheres trabalhadoras é um ponto crucial entre o equilíbrio existente entre a vida pessoal e o trabalho. Uma jornada intensa de trabalho pode acarretar uma sobrecarga de responsabilidades que além de limitar as vivências de lazer, ainda influenciam seu bem-estar e satisfação pessoal.

Entende-se que o trabalho é essencial para atender as necessidades básicas das pessoas, mas não podemos desconsiderar que o excesso de trabalho influencia diretamente no tempo livre para o descanso e lazer. Oliveira (2004) considera o lazer como uma reivindicação e direito social, pois é resultado da sociedade moderna sendo produto e agente de cultura.

Pereira (1992) afirma que há três abordagens gerais sobre a relação do lazer e trabalho. Em que na primeira, prevalece a tradição religiosa, que concebe o trabalho como a parte séria da vida, sendo o lazer como um subsidiário. Na segunda abordagem, o lazer passa a ser um objetivo de vida, e o trabalho é um meio de alcançá-lo. Já na terceira, o lazer se apresenta integrado ao trabalho, pois entende-se que estes são partes constituintes de um todo, sendo este uma atividade humana.

Para Oliveira (2004), o lazer é uma construção moderna decorrente dos modos de produção capitalista, porém, dada sua materialização, é importante lutar pelo direito de seu usufruto, considerando-o uma necessidade tão básica quanto uma comida, casa e vestimenta. Costa (2014) comenta que o dilema de lidar com as exigências do trabalho, e da família, de ainda conciliar o inconciliável e o milagre da multiplicação das horas no cotidiano das mulheres, deveria deixar de ser um debate exclusivamente feminino e privado.

Portanto, conclui-se que historicamente as mulheres carregam em seu cotidiano a responsabilidade de múltiplas tarefas, tanto dentro do trabalho formal, quanto do trabalho doméstico, o que interfere diretamente no seu tempo de lazer. E quanto mais intensa for as disfunções sociais, maior será o peso, as exigências e a carga de obrigações sociais impostas as mulheres, o que as coloca em situação de opressão, tanto no trabalho produtivo, quanto no espaço reprodutivo patriarcal (Nogueira, 2010).

E mesmo com a criação de políticas públicas que contribuem com o avanço da igualdade de gênero, muitas delas ainda tem dificuldade de equilibrar as atividades profissionais com seus afazeres do cotidiano. O certo é que se a sociedade, os homens e o Estado demonstrassem empatia e compartilhassem as responsabilidades que são proferidas somente as mulheres, contribuiria diretamente com a redução da sobrecarga que tanto interfere e limita essas mulheres. Vale ressaltar que a Pandemia de COVID-19 tornou mais exposta as precarizações enfrentadas pelas mulheres. Desta forma, este será o tema do próximo tópico desta dissertação.

4.2 Implicações Sociais da Pandemia da Covid-19 para as Mulheres

A pandemia atingiu a todos indistintamente, porém nesta seção iremos dar ênfase aos impactos sofridos pelas mulheres em período pandêmico. Sendo assim, ressalta-se que a pandemia de Covid 19 chegou à sociedade mundial de forma inesperada, impactando diferentes seguimentos sociais, principalmente pelo fato de encontrar uma sociedade já fragilizada com um processo de desigualdade social evidente. Para Costa (2020), a Pandemia intensificou desigualdades em diversos setores, como nos aspectos econômicos, educativos, de gênero, étnico-raciais, trabalhistas, de liberdade, de direito e cidadania, entre outros.

Para Costa (2020), as mulheres mais afetadas foram aquelas que trabalhavam em atividade com baixas qualificações e baixos rendimentos, as quais sofreram mais intensamente com agravamento das desigualdades sociais. Estas mulheres trabalhadoras viram a suspensão, ou encerramento, de suas atividades econômicas, em diferentes serviços como de hotelaria, restaurantes e serviços pessoais.

No contexto pandêmico, os serviços não essenciais⁹ tiveram que ser suspensos temporariamente. Assim, diferentes setores, como educacionais, comerciais, culturais, de lazer foram suspensos, como tentativa de conter a propagação da COVID-19.

Silva *et al.*, (2020) ressaltam que a pandemia se apresentou, não só como uma questão de saúde, mas também como uma questão social, que evidenciou assimetrias neste plano, tais como a desigualdade de gênero, de raça e de classe. Ressalto que questões já vivenciadas pelas mulheres, como violência doméstica e a sobrecarga devido as multitarefas, alcançaram índices ainda maiores durante a pandemia.

A sobrecarga feminina já era um problema bem antes da pandemia de Covid-19, como já discutimos nas seções anteriores, porém, ela se intensificou ainda mais no período pandêmico. De acordo com a ONU mulheres (2020), pode-se considerar que as mulheres foram as mais afetadas pelo trabalho não remunerado, com a saturação do sistema de saúde, o fechamento das escolas, as tarefas do cuidar. Além disso, recaiu mais sobre as mulheres, responsabilidades como o cuidar dos doentes, de pessoas idosas e de crianças. Para Canavêz, Farias e Luczinsk (2021, p.113)

No cenário de uma pandemia, em que o cuidado passa a ser solicitado de forma muito mais intensa e contínua nos diferentes âmbitos da nossa sociedade, a sobrecarga é sentida de maneira significativa pelas mulheres. Isso ocorre porque o cuidado – seja ele da natureza que for – tem sido uma função preponderantemente atribuída a elas, como algo intrínseco ao gênero

Este pensamento vem de forma hegemônica, enraizado dentro da sociedade, de que é dever das mulheres a prática do cuidar. Zanello (2016) ressalta que as mulheres são vistas como cuidadoras natas, pensamento que se constitui historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, quando a maternidade é compreendida como um desdobramento da capacidade de procriação. Nas palavras da autora:

⁹ Decreto nº 1414 de 19 de março de 2020, são considerados serviços não essenciais: estabelecimentos comerciais, feiras livres, shopping centers, atividades em cinemas, clubes de recreação, buffet, academias de ginástica, bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, boates, teatros, casas de espetáculos, casas de shows, centros culturais, circos e clínicas de estética, balneários públicos e privados com acesso ao público, lojas de conveniências, eventos religiosos, clubes sociais entre outros.

[...]ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), podendo e devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família, etc. Além disso, esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas, também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa. Uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fálca e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo. (Zanello, 2016, p.114)

Sendo assim, a responsabilidade do cuidar foi direcionada às mulheres, e não importa o quanto outras responsabilidades ela já tenha, para a sociedade patriarcal, a mulher precisa “dar conta” de tudo. Silva *et al.*, (2020) comentam que quando pensamos no papel destinado socialmente as mães, logo idealizamos uma mulher que esteja disponível para todas as necessidades, de todos que precisam dela. Não é por acaso que algumas profissões historicamente são destinadas as mulheres, como é o caso das domésticas, babás, cuidadoras de idosos, enfermeiras, professoras.

Segundo relatório das organizações Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF), foi constatado que durante a pandemia, as mulheres passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém. Destas, 52% eram das negras, 46% brancas e 50% das indígenas ou amarelas. De acordo com as organizações, o cuidado está no centro da sustentabilidade da vida: “Trata-se de uma dimensão da vida que não pode ser regida pelas dinâmicas sociais pautadas no acúmulo de renda e de privilégios” (Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista, 2020, p.11)

Durante a pandemia, muitas mulheres assumiram sozinhas as demandas do cuidado com os familiares, com os serviços domésticos e ficaram desempregadas. Além disso, as que não perderam seus empregos, tiveram que cumprir o trabalho remunerado em meio aos problemas sanitários e sociais impostos pela COVID-19. Como afirma Barros (2022, p.188):

A pandemia da COVID-19 evidenciou na sociedade brasileira uma dinâmica perversa de exploração de determinados grupos sociais, corpos e subjetividade, indicando o quanto transformações na relação trabalho e gênero são importantes de modo a mitigar as desigualdades sociais e permitir a todos os grupos acesso simétrico aos direitos. Nesses termos, se torna urgente repensar a lógica do trabalho compulsório e superar a atribuição do papel não remunerado e de cuidados se torna uma estratégia necessária para combater um modelo saturado de cuidados centrado no feminino.

É importante ressaltar que durante a primeira fase da pandemia, as escolas e creches foram as primeiras que sofreram com a suspensão de suas atividades, devido as medidas de isolamento social. Fato este que impactou diretamente na vida das mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas com baixa escolaridade e menor proteção social.

De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) e Covid19 (PNAD-Covid19), no Brasil, em setembro de 2020, a taxa de desocupação entre as mulheres chegou a 16,9%, contra os 11,8% observado para os homens. Isso mostra um crescimento significativo na taxa de desocupação feminina, isso ocorre pelo fato de que as mulheres não conseguiram se manter nos empregos durante a pandemia por diferentes fatores, que podem estar atrelados até mesmo ao cuidado com os filhos e familiares. Para Brito (2020, p.2):

O resultado comparativamente pior para as mulheres, em termos de mercado de trabalho, pode ser um reflexo dos tipos de ocupações nos quais estas estão mais fortemente inseridas. Ademais, socialmente existe uma maior responsabilidade atribuída à mulher com relação ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, o que reforça as desigualdades no mercado de trabalho, especialmente no cenário de pandemia.

As mulheres que são mães tiveram mais dificuldade de se manter nos empregos, devido ao fechamento de escolas e creches. De acordo com as organizações Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (2020), 40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação de sua casa em risco. Dentre estas mulheres, 55% negras responderam que tinham como dificuldade o pagamento de contas básicas, como o aluguel, dificuldade de acessar alimentos e medicações. Esta pesquisa identificou que 58% das mulheres em situação de desemprego eram negras.

Já na pesquisa realizada por Fernandes *et al.*, (2023), sobre a maternidade e a carreira profissional, durante a pandemia, constatou pontos positivos e negativos, as quais destacam que as mulheres mães tiveram dificuldade em conciliar a maternidade, o trabalho doméstico, trabalho remunerado e a carreira durante período pandêmico.

Mesmo as que possuíam rede de apoio, se sentiram sobrecarregadas de alguma forma, o que causou estresse, ansiedade e depressão. Porém, por outro lado, algumas mulheres relataram que priorizaram as tarefas do lar e os filhos, e deixaram a vida profissional em segundo plano, fato este que contribuiu também com um menor tempo de lazer e autocuidado (Fernandes *et al.*, 2023).

Outro ponto que vale ser debatido, o qual teve impacto social direto na Pandemia, foi a permanência das mulheres-estudantes nas escolas e universidades. Silva (2020) argumenta que dentre os aspectos que dificultaram a permanência das mulheres, estão: a sobrecarga materna, questões emocionais, a desigualdade social ligada a inacessibilidade à aparelhos tecnológicos, necessidade de ter que trabalhar por mais horas para manter a

família, dificuldade em conciliar tarefas domésticas/maternal com as atividades escolares/universitárias. Desta forma, as mulheres tiveram sua vida impactada em diferentes setores, que vão desde o acúmulo de tarefas, desempregos, baixa produtividade, evasão escolar e universitária.

Vale ressaltar que a produtividade acadêmica das mulheres caiu consideravelmente em comparação a dos homens, durante período pandêmico. Como mostra pesquisa realizada pela Parent in Science¹⁰ (2020), a qual contou com a participação de 15 mil cientistas brasileiros, incluindo discentes de pós graduação, docentes/ pesquisadores e pós doutorandos. O estudo teve enfoque no gênero, raça e parentalidade.

A pesquisa constatou que 40% das mulheres sem filhos, e 52% das mulheres com filhos, não conseguiram concluir seus artigos em período pandêmico. Já os homens que não conseguiram concluir seus artigos representam um total de 20%, para os sem filhos, e 38% com filhos. Já para os/as docentes que conseguiram submeter artigos científicos, como planejado, representa um total de 49,8% de mulheres e 68,7% de homens. Entre os alunos e as alunas de pós-graduação que conseguiram trabalhar remotamente, a pesquisa salientou que este percentual foi de 38,7% para os homens brancos; 32,4% para os homens negros; 25,7% para as mulheres negras e 27,8% para as mulheres brancas. Sobre as dissertações e teses, 83,4% das mulheres e 77,5% dos homens afirmaram que suas pesquisas foram impactadas pela pandemia.

Assim, podemos compreender que a pandemia impactou diretamente na questão de gênero, uma vez que as mulheres foram as mais afetadas, pois estas não concluíram suas pesquisas durante a pandemia. Vale ressaltar ainda que as mulheres negras tiveram maior dificuldade de se manter no trabalho remoto, isso se dá pela desigualdade de acesso a meios tecnológicos como a internet.

Souza e Machado (2021) argumentam sobre o espaço social da casa ou lar para as mulheres docentes, pesquisadora e mães em período pandêmico. As autoras afirmam que estas mulheres precisaram fazer um grande esforço para realizar a escrita de suas pesquisas, uma vez que, em diversos momentos, precisaram interromper seus trabalhos acadêmicos para atender demandas domésticas, dos filhos e familiares.

O tempo para a produção de um artigo, elaboração de questionários, levantamento bibliográfico é condicionado, no nosso caso, à rotina diária

¹⁰ Grupo que discute a maternidade e paternidade no universo da ciência do Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2ApPHI0> Acessado em: 23/09/2023

justaposta a tarefas da casa, a alimentação e as demandas infantis e escolares. A solidão, a concentração para a escrita e a interação com autoras/es dá lugar para a realidade de uma casa barulhenta, TV e programas infantis, determinação de tarefas para a organização do espaço que está quase sempre em desordem e a certeza de que os/as filhos/as compreenderão a ausência - mesmo com a presença física, quando nós fechamos em uma bolha imaginária no mesmo espaço físico - para conseguir fechar um parágrafo enquanto eles se distraem com outra atividade. Uma rotina atribulada, ainda que uma figura masculina também se faz presente neste mesmo espaço doméstico (Souza e Machado, 2021 p. 287).

Observa-se, portanto, que a pandemia trouxe impactos a carreira acadêmica e profissional das mulheres, principalmente para as mulheres em condições de mães docentes e pesquisadoras. A sobrecarga e a divisão desigual das tarefas no ambiente domiciliar contribuíram com este cenário, afetando a qualidade da escrita e das produções acadêmicas.

De acordo com Barros (2022), as assimetrias em relação ao gênero, no Brasil, são históricas, e durante a pandemia, houve uma queda significativa nas submissões de artigos assinados por mulheres, demonstrando assim como estas foram desproporcionalmente afetadas pela pandemia. O que nos leva reconhecer que a desigualdade de gênero no Brasil é uma realidade. Segundo esta autora, 52% das mulheres que declararam não conseguir publicar seus artigos em período pandêmico tiveram o ritmo de sua produtividade alterado devido aos trabalhos relacionados aos cuidados de familiares entre outros.

Para Flaherty (2020), durante o período pandêmico, os homens tiveram mais propensos em ver a pandemia como uma oportunidade de concentrar seu tempo e atenção nas conclusões de artigos, projetos de pesquisa e revisões de manuscritos. Por outro lado, as mulheres professoras se preocuparam em concentrar suas atividades a certificar-se se a família, colegas, alunos estariam bem, sem contar as responsabilidades que as mulheres assumiram durante este período.

Ao mesmo tempo que a mulheres tiveram sua presença física ainda mais constante no seu lar e no cotidiano de sua família durante a pandemia, estas também ficaram mais expostas a problemas sociais ligados a violência de gênero. De acordo com a ONU (2020), houve um aumento global na violência doméstica durante a pandemia de COVID-19.

Segundo Souza e Farias (2022, p.214), “no Brasil, a violência contra as mulheres representa um sério problema social e de saúde pública, que afeta a integridade física e psicológica das vítimas”. Vale ressaltar que a crise da convivência social e de risco, para

as mulheres, já era um problema bem antes da pandemia, porém, a situação se agravou ainda mais neste período.

Para Souza e Farias (2022) diante das medidas de isolamento social, as famílias passaram mais tempo juntas e tendo que enfrentar situações de insegurança e tensão em termos econômicos, de saúde e doméstico, fato este que reverberou no aumento da violência doméstica, que chegou a índices alarmantes ¹¹que exigiram a criação de medidas e políticas públicas para o enfrentamento deste problema na sociedade.

Mesquita *et al.* (2021) destaca que o confinamento, apontado como a forma mais eficaz de combate para redução dos casos de contágio da Covid-19, expôs também a realidade de mulheres e meninas que sofrem violência de gênero, que em grande medida, precisaram estar dentro de suas casas, com seu agressor, Desta forma, o desafio de superar o vírus potencializou a vulnerabilidade vivida por essas mulheres, pôs em xeque a necessidade de reforçar as estratégias de proteção num momento delicado de maior instabilidade social, emocional, financeira e física.

No Brasil, um dos países com as maiores taxas de feminicídios em todo o mundo, grande parte das mulheres reconhecem no ambiente doméstico a marca de um ciclo de violência silencioso e cotidiano. Aquelas que vivem com seus agressores, no contexto da pandemia, passam a ver reduzidas suas possibilidades de recorrer aos canais de denúncia e aos equipamentos públicos de acolhimento e proteção. (Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista, 2020 p. 42).

Em razão disso, muitos dos casos de violência contra as mulheres no período pandêmico não foi registrado, devido estas mulheres não conseguirem acessar os canais de denúncias. Em pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP¹², foi apontado que no Brasil houve uma diminuição dos casos de violência na rua, porém, registrou-se aumento nos casos de violência dentro de residências. De acordo com esta pesquisa, uma em cada quatro mulheres, acima de 16 anos, relataram ter sofrido algum tipo de violência durante a pandemia. De acordo com relatório do FBSP (2021, p.5)

¹¹ 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Disponível: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acessado em: 27/09/2024.

¹² O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos cujo objetivo é construir um ambiente de referência na área da segurança pública.

Os dados mensais de feminicídios no Brasil entre 2019 e 2021 indicam que houve um aumento dos casos entre os meses de fevereiro e maio de 2020, quando houve maior restrição nas medidas de isolamento social. Em 2021, a tendência de casos seguiu muito próxima àquela verificada no ano anterior à pandemia, com média mensal de 110 feminicídios.

De 2020 para 2021 houve um crescimento de 3,7 % nos casos de estupro de mulheres no Brasil. Já na pesquisa de 2022, divulgada pela FBSP, é afirmado que 699 mulheres foram vítimas de feminicídio. Isso significa uma média de quatro mulheres assassinadas por dia. Este índice é 3,2% mais elevado que o total de mortes registradas no primeiro semestre de 2021, o qual aponta que 677 mulheres foram assassinadas. (FBSP, 2022).

No estudo apresentados por Souza e Farias (2022), baseado na pesquisa realizada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), demonstrou que:

Os dados apontam um crescimento de 13,35% da violência contra a mulher em fevereiro de 2020 quando comparado com o mesmo mês do ano de 2019. Já em março, com a chegada do novo coronavírus ao país, foi necessária a adoção do isolamento social com o objetivo de conter a disseminação da doença. Consequentemente, o número de denúncias registradas pelo Ligue 180 em março de 2020 foi 17,89% maior do que no mesmo mês de março de 2019. Em abril de 2020, as denúncias aumentaram 37,58%, quando comparadas com o mesmo período de 2019 (Souza e Farias 2022, p.217).

Todos esses dados mostram um retrato da gravidade do problema social passado por muitas mulheres no Brasil. Mesmo com o avanço das pautas feministas e a criação de políticas públicas que asseguram os direitos das mulheres, nos dias atuais, o machismo estrutural e patriarcalismo ainda influenciam os comportamentos em sociedade, os quais identificam as mulheres como submissas em relações aos homens.

Outro ponto a se pensar é a eficácia do serviço de proteção oferecido a essas mulheres. De acordo com a pesquisa Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19 – 3ª Edição, elaborada pelo Fórum de Segurança Pública (2021), revelou que as mulheres estavam encontrando mais dificuldade para realizar denúncias contra seus agressores, isso se dá por três motivos: o primeiro pelo convívio direto junto ao agressor e, consequentemente, devido a manipulação física, psicológica sobre a vítima. E o segundo motivo está ligado a dificuldade de deslocamento e acesso das mulheres as instituições de proteção e apoio, terceiro pela diminuição do número de servidores e horários de atendimentos reduzidos, além do aumento das demandas.

Para Souza e Farias (2022), a adesão de políticas neoliberais liquida recursos que seriam destinados para o investimento nas áreas sociais e de políticas públicas, como aquelas destinadas as mulheres, tornando-se um problema a sua operacionalização pelos estados e municípios. Isso se agravou no período pandêmico, haja visto que as os cortes orçamentários para a Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres, o que já vinha ocorrendo bem antes da pandemia¹³. De acordo com Souza e Farias (2022, p.218):

Nesse sentido, é possível perceber que por detrás da dificuldade em dar respostas aos casos de violência no contexto da pandemia de Covid-19, está sobretudo o fato de que em um momento anterior à pandemia um processo de cortes nas políticas públicas para mulheres havia sido iniciado. Assim, com o orçamento reduzido e a ausência de recursos, o atendimento às mulheres em situação de violência se processa de forma precária

Neste sentido, mesmo a violência doméstica sendo vista como um fenômeno social que vai além da responsabilidade pública, é dever do Estado garantir a proteção e amparo destas mulheres, por meio de políticas públicas eficazes.

Este e outros fatores podem estar ligados ao aumento de doenças mentais em mulheres durante a pandemia de covid-19. De acordo com Souza, Souza e Praciano (2020), os sintomas ligados ao estresse, ansiedade e depressão, na população feminina, aumentou durante a pandemia. Paralelamente a variável de distanciamento social, a consolidação das restrições sociais, os índices de violência doméstica e sexual, a gravidez indesejada, cresceram em decorrência da maior permanência do homem dentro do lar, o que conseqüentemente contribuiu para a significativa prevalência dos quadros clínicos psíquicos nas mulheres durante este período pandêmico.

Amaral, Nascimento e Pinto (2023) também destacam o impacto da pandemia na saúde mental das mulheres. Para os autores, as desigualdades de gênero, a sobrecarga trabalhista, responsabilidades de provedora do lar, principalmente para mães solo e o aumento da violência doméstica contra a mulher, fez com que os índices de qualidade da saúde emocional, em mulheres, diminuíssem. Desta maneira, o contexto de vida durante a pandemia resultou em efeitos na qualidade de saúde psíquica das mulheres, potencializando sensações como exaustão, múltiplas tarefas e piora na saúde emocional.

¹³ A pesquisa “Monitoramento dos Direitos Humanos em Tempos de Austeridade no Brasil” (2018), apontou que houve um investimento orçamentário para a Secretaria de Política para Mulheres, chegando a R\$ 271 milhões em 2014. Porém, de 2014 a 2016, houve redução de 40% da execução orçamentária, tendo chegado a R\$ 93,7 milhões em 2017. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/monitoramento-dos-direitos-humanos-em-tempos-de-austeridade-no-brasil/>. Acesso em: 27/10/2021.

De acordo com Pontes *et al* (2023), o trabalho *home office*, imposto pela pandemia da COVID-19, colocou o trabalho como uma atividade ininterrupta, sem limites nítidos sobre a casa, emprego e lazer. Logo, tudo isso prejudicou significativamente a saúde física e emocional das mulheres, sem contar os prejuízos ligados a qualidade de vida.

As atividades que melhorariam a qualidade de vida e ajudariam a prevenir os transtornos mentais, como os exercícios físicos e as atividades de lazer, são menos realizados pelas mulheres, em razão da sobrecarga das funções e as múltiplas tarefas. Isso diminui o tempo em que as mulheres podem se dedicar a essas atividades. Para enfrentar estas questões, seria necessário a implementação de políticas públicas, de empregos, aumento salarial e além disso, uma colaboração/adequação dentro dos núcleos familiares, como divisão de papéis e responsabilidades com serviços domésticos, dos cuidados familiares. Acredito que estas ações possibilitariam uma redução na carga laboral, ajudando as mulheres a acessar atividades de lazer e exercícios físicos.

Portanto, procurei explicitar como a pandemia trouxe impactos na vida das mulheres, desde o aumento de suas responsabilidades, sobrecarga de trabalho domiciliar e profissional, impacto a carreira profissional e educacional, perda de emprego, desigualdade salarial, aumento da violência doméstica, aumento do estresse, ansiedade e outras problemáticas emocionais. A seguir, passo a discutir o perfil das mulheres professoras participantes desta pesquisa.

4.3 O Perfil das Mulheres Professoras Participantes da Pesquisa

Nesta seção apresento de forma descritiva o perfil socioeconômico das 37 professoras atuantes na educação básica participantes desta pesquisa, com o intuito de conhecer e compreender quem são essas mulheres. a tabela 1 apresenta informações referente a idade, cor da pele, estado civil e filhos.

Tabela 1 – Idade, cor da pele, estado civil e filhos.

Variáveis	n	%
Idade		
20-29	1	2,70
30-39	13	35,13
40-49	17	45,95
50-59	6	16,22
Cor da Pele		
Parda	23	62,16

Preta	6	16,22
Branca	6	16,22
Amarela	1	2,70
Indígena	1	2,70
Estado Civil		
Solteira	18	48,65
União Estável	6	16,22
Casada	10	27,03
Viúva	-	-
Divorciada	3	8,11
Tem Filhos(as)		
Não	14	37,84
Sim	23	62,16

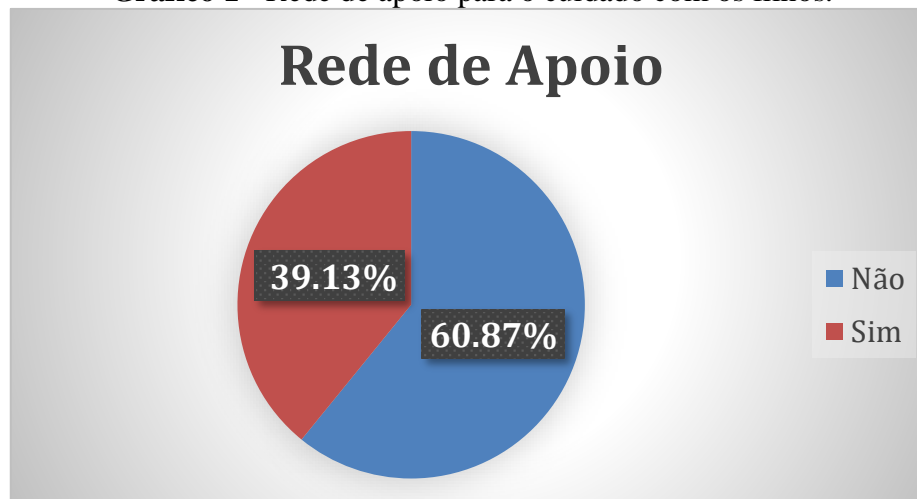
Fonte: Elaborada pela autora

A maioria das participantes desta pesquisa (45,95%) indicou ter idade entre 40 a 49 anos; 35,13% revelou ter idade entre 30 a 39 anos. Assim, observa-se que este resultado caminha de acordo com os dados apresentados pelo Censo (2023), que aponta que no Brasil, a maior parte dos professores e professoras atuantes na educação básica tem idade média de 40 a 49 anos.

Em relação a cor/raça, os dados revelam que a categoria com maior quantitativo de resposta foi a “parda”, com 62,16% de respondentes. Este é o maior índice quando o foco é o pertencimento étnico racial das professoras, o que vai ao encontro do das informações contidas no Censo de (2022). Neste relatório foi indicado que, pela primeira vez, o Brasil se declara mais pardo (45,03%) do que branco (43,05%), em comparação aos dados colhidos em 2010, em que 46,79% da população se considerava branca.

Sobre a categoria estado civil, 48,65% declararam-se solteiras, quanto 27,03% casadas, 16,22% em união estável e 8,11% divorciadas. Sendo assim, a maioria das professoras atualmente é solteira. Dados do Censo (2022) mostram que no Brasil, em período pandêmico, cresceu em 16,8% números de divórcios judiciais e extrajudiciais. Em uma análise regional, o Norte (25,5%) e Nordeste (16,3%) apresentaram maiores variações com o aumento dos divórcios nos anos de 2020 e 2021.

Na variável relacionada a filhos, obtive a informação de que 62,16% das professoras responderam ter filhos. Diante disso, questionei as professoras que informaram ter filho se estas têm, ou tiveram, uma rede de apoio para o cuidado de seus filhos. As respostas para essa questão estão indicadas no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Rede de apoio para o cuidado com os filhos.

Fonte: Elaborada pela autora

Os dados apontam que dentre as professoras que responderam ter filhos, 60,87% não contam com rede de apoio para o cuidado dos mesmos. As mulheres que não contam com rede de apoio para o cuidado maternal se sentem sobrecarregadas, pois além de exercer as demandas da maternidade, aumenta-se a responsabilidade com compromissos profissionais, educacionais e tarefas domésticas.

Para Pereira e Leitão (2020), assim como a criança, a mãe também precisa ser amparada pelo ambiente, pois a mulher também demanda cuidado, carinho e auxílio. Esta sustentação de apoio contribui com as mulheres, para que estas possam exercer seu papel materno, além de ter condições de seguir sua carreira profissional ou demais responsabilidades cotidianas. Este apoio, por sua vez, deve ser representado pela figura do pai, família e demais indivíduos.

Alves *et al.*, (2022) argumentam que quando há a presença do apoio paterno para além da estruturação econômica do lar, os índices de funcionalidade das mulheres são bem melhores. Em comparação a ausência de apoio, afetam os domínios de mobilidade, participação social e autocuidado das mulheres.

De acordo com Rapoport e Piccinini (2006), ao debater o apoio social e a experiência da maternidade, ressaltam que a sociedade ainda compreende a participação da mãe, em relação aos cuidados com os filhos, como algo obrigatório. Já para o pai, é uma questão de escolha. Isso retrata uma concepção díspare sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade. Geralmente os homens, assim como também muitas mulheres, exercem trabalho profissional, porém, as mulheres atuam muito mais no contexto do ambiente domiciliar, envolvendo-se mais ao cuidado dos filhos. Os homens envolvem-se ao reforço da disciplina, porém, aqueles que se dispõem a dar apoio as mulheres, são mais

empáticos ao estado emocional das mesmas, aumentando assim a participação nos cuidados dos filhos.

Beltrame e Donelli (2012) consideram que as concepções ligadas a maternidade e a carreira fazem com que as mulheres criem estratégias para se adequar nestes dois ambientes, conciliando as tarefas e múltiplos papéis. Porém, a crença em achar que só a mãe é capaz de cuidar dos filhos pode provocar, nas mulheres, um sentimento de ansiedade e insatisfação. Diante dessas ponderações, compreendo que estes aspectos influenciam na vida social, na qualidade de vida e no lazer das mulheres.

Na tabela 2 estão descritos os dados referentes a renda, vínculo empregatício e ao tipo de moradia das professoras.

Tabela 2. Renda, Vínculo Empregatício e Moradia

Variáveis	n	%
Renda Mensal Bruta		
R\$ 1.320 a R\$ 3.960	10	27,03
R\$ 3.961 a R\$ 6.600	13	35,14
R\$ 6.601 a R\$ 9.240	10	27,03
R\$ 9240 ou mais	4	10,81
Renda familiar mensal		
R\$ 2.640 a R\$ 5.280	14	37,84
R\$ 5.281 a R\$ 7.920	9	24,32
R\$ 7.921 a R\$ 10.560	8	21,62
R\$ 10.561 ou mais	6	16,22
Mais de um vínculo empregatício		
Não	28	75,68
Sim	9	24,32
Tipo de Moradia		
Casa em bairro comum	27	72,97
Casa em Condomínio/Loteamento Fechado	3	8,11
Apartamento em bairro comum	4	10,81
Apartamento em prédio residencial/condomínio	2	5,41
Outros	1	2,70

Fonte: Elaborada pela autora

Na categoria renda mensal bruta, é possível notar que 35,14% das professoras declararam receber uma renda de R\$3.961 a R\$6.600. De acordo com relatório *Education at a Glance 2024*¹⁴, os professores e professoras no Brasil possuem renda 47% menor,

¹⁴ Education at a Glance é o guia definitivo para o estado da educação em todo o mundo, o relatório descrevem os resultados das instituições de ensino; o impacto na aprendizagem entre países, os recursos

em relação a média salarial de professores de países como México, Chile e Colômbia. Vale ressaltar que baixos salários levam os professores e professoras a assumirem uma carga de trabalho maior com outros vínculos empregatícios, com o intuito de melhorar sua renda, fato este que impacta na qualidade de vida, no cansaço físico, mental e na disponibilidade de tempo para o lazer.

Quando questionadas sobre a renda mensal familiar, 37,84% responderam que a renda familiar varia entre R\$ 2.640 a R\$ 5.280. A maioria das professoras são as principais provedoras de renda dentro de suas famílias.

A questão salarial de professores no Brasil é uma das principais pautas presentes em paralisações e greves de docentes da educação básica. De acordo com Vaz e Masson (2024), nas últimas décadas, as questões salariais, como os reajustes, o piso salarial, os planos de carreira e o atraso no salário estão entre o centro das reivindicações mais presentes nas greves estaduais e municipais de docentes.

Sendo assim, indaguei as professoras sobre outros vínculos empregatícios no mercado formal. Obtive a resposta de que 75,68% das partícipes não possuem mais de um vínculo, ao passo que 24,32% responderam ter mais de um vínculo empregatício como professoras e trabalham em outras escolas. Algumas professoras comentaram que complementam suas rendas no mercado informal, como venda de artesanato, bijuteria, cosméticos e perfumaria entre outros.

Sobre o tipo de moradia, 72,97% responderam que residem em casas em bairro comum, não foi especificado se era casa própria ou alugada. De acordo com Censo (2022) no Brasil 8 em cada 10 brasileiros moram em casas, o que equivale a 84,8% da população.

Na tabela 3 estão apresentados os dados referentes a formação acadêmica das professoras, o tempo de trabalho com o magistério e a carga horária de trabalho na escola.

Tabela 3 - Formação, Tempo de Magistério e Carga Horária de trabalho

Variáveis	N	%
Grau de formação concluído		
graduação	9	24,32
Especialização	24	62,16
Mestrado	3	8,11
Doutorado	2	5,41

Cursando Pós-Graduação

financeiros investidos na educação e nos professores entre outros. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2024_c00cad36-en.html. Acessado em: 30/10/24

Sim	12	32,43
Não	25	67,57
Nível de Pós-Graduação cursando		
Especialização	6	66,67
Mestrado	2	22,22
Doutorado	1	11,11
Tempo de magistério		
1 a 5 anos	8	21,62
6 a 9 anos	10	27,03
10 a 19 anos	11	29,73
20 anos ou mais	8	21,62
Carga horária de trabalho no magistério		
20h	2	5,41
40h	31	83,78
60h	4	10,81

Fonte: Elaborada pela autora

Na Categoria grau de formação acadêmica concluído, 62,16% das professoras responderam serem especialistas. Além disso, 8,11% e 5,41% afirmaram possuir, respectivamente, formação *stricto sensu* em mestrado e doutorado. Por outro lado, 24,32% das professoras afirmaram não ter curso de pós graduação. Assim, percebi que a maioria das professoras realizou curso de formação continuada e são especialistas. Além disso, foi informado pelas participantes que 32,43% estão, atualmente, cursando pós-graduação. Destas, 66,67% estão envolvidas em curso de especialização e 22,22% no mestrado. Os desafios para a valorização docente são muitos, e um deles é justamente oferecer condições aos professores e professoras, da educação básica, o acesso a cursos de pós-graduação.

Neste contexto, a meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE)¹⁵ aponta a necessidade de formação, em nível de pós-graduação e a formação continuada, de ao menos 50% dos professores da educação básica até o último ano de vigência do plano. Pelo Censo Escolar, é possível compreender que houve um aumento gradativo ao longo dos últimos cinco anos do acesso de docentes a pós-graduação, em que subiu de 41,3% em 2019, para 47,7% em 2023. Sendo assim, embora se tenha avanços, ainda existem muitos obstáculos para o alcance desta meta.

¹⁵ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina as diretrizes, metas e estratégia para políticas educacionais no período de 2014 a 2024. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acessado em: 08/11/24.

Sobre o tempo de atuação das professoras no magistério, foi informado que 29,73% atuam em sala de aula em um período de 10 a 19 anos; 27,03% tem de 6 a 9 anos no magistério. Isso demonstra que a maioria das professoras já tem uma vasta experiência com a docência na escola. Em relação a carga horaria de trabalho, exercida pelas professoras na escola, observei que 83,78% atuam com 40 horas; 10,81% são 60 horas e trabalham em mais de uma escola. Sendo assim, as horas de trabalho são divididas entre docência em sala de aula, planejamento, elaboração/execução de projetos e reuniões.

Portando, neste tópico foi possível conhecer, dentre outras questões, um pouco sobre o perfil socioeconômico, formação profissional e carga horária de trabalho das professoras participantes da pesquisa. Na próxima seção desta dissertação, irei apresentar os resultados do questionário e da entrevista ligados ao lazer das professoras nos diferentes ciclos da pandemia de Covid-19 aos dias atuais.

5 O LAZER DE MULHERES PROFESSORAS DE ESCOLA PÚBLICA DE MACAPÁ

Nesta seção será apresentado o debate dos resultados obtidos por meio do questionário e das entrevistas realizadas com a professoras de uma escola pública de Macapá. A pesquisa tem como abordagem um estudo qualitativo e quantitativo. Vale ressaltar que para o questionário, foi realizado uma análise estatística para as questões quantitativas, e para a entrevista, a análise dos resultados ocorreu por meio da análise de conteúdo. Desta forma, a seguir será debatido a respeito das atividades de lazer mais vivenciadas pelas professoras no contexto atual pós pandemia e as estratégias para manter esta atividade em seu cotidiano, assim como vamos compreender os impactos ocasionados pela pandemia nas atividades de lazer destas mulheres.

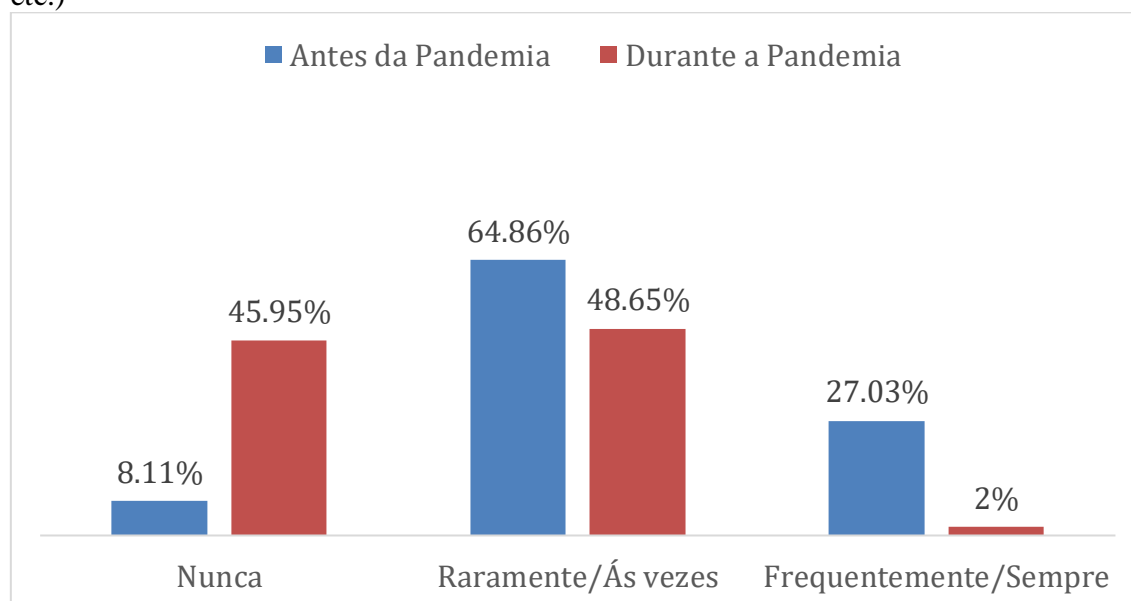
5.1 Os Impactos nas Atividades de Lazer de Mulheres Professoras nas Diferentes Fases Durante e Pós Pandemia

Como já discutido nas seções anteriores o lazer pode ser vivenciado em diferentes contextos sociais e culturais, e que pode ser entendido como uma necessidade humana. Sendo assim, para compreender os impactos ocasionados pela pandemia nas atividades de lazer é necessário identificar como estava a rotina das mulheres neste período e quais atividades de lazer elas conseguiram realizar durante e após período pandêmico. Porém, para isso foi necessário fazer um comparativo de como era as atividades de lazer destas mulheres antes da pandemia e como se deu os momentos de lazer em período pandêmico. Para facilitar a categorização agrupamos as atividades de acordo com os seguintes interesses de lazer: turístico, físico-esportivo, artístico, intelectual, social, manual, ócio.¹⁶

Sendo assim, foi perguntado as professoras para que elas classificassem de acordo com a frequência de realização, as atividades de lazer que elas vivenciavam antes do período pandêmico e quais atividades de lazer elas conseguiram manter em sua rotina durante período pandêmico, portanto as respostas foram agrupadas da seguinte forma, Nunca; Raramente/ Às vezes; Frequentemente/ Sempre, como está exposto no gráfico 2

¹⁶ As categorizações das atividades de lazer seguiram o modelo clássico mais adotado no Brasil criado por Dumazedier (1979), e mais tarde complementado por Camargo (1986) com a inclusão do lazer turístico. Nesta pesquisa considerou-se também o ócio como uma opção de lazer.

Gráfico 2 – Atividades de lazer: Turístico (passeios, viagens nacionais e internacionais, etc.)



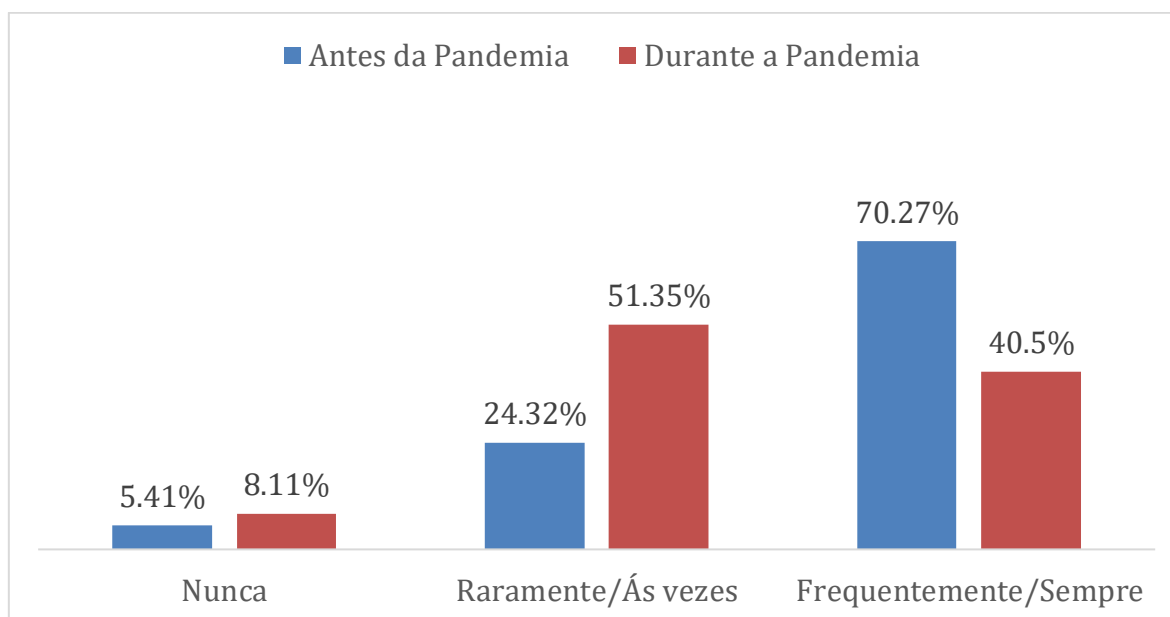
Fonte: Elaborado pela autora

Sobre as atividades de lazer Turístico em um comparativo das categorias é possível observar que antes da pandemia 64,86% das professoras raramente/às vezes conseguiam desfrutar de momentos de lazer turístico, como passeios; viagens nacionais e internacionais etc e 27,03% frequentemente/sempre tinham o lazer turístico em sua rotina. Já durante a pandemia houve um impacto significativo em relação ao lazer turístico das professoras, uma vez que 48,65% tinham a vivências deste lazer raramente/ às vezes e 45,95% declaram nunca realizar este durante a pandemia, ou seja um aumento significativo em relação a 2019.

Assim, considera-se que as professoras tiveram sua vivência no contexto do lazer turístico prejudicada devido a pandemia. Vale ressaltar que um dos motivos para o impacto no lazer turístico está ligado as políticas de isolamento social decretadas durante o período pandêmico. Que para Clemente e Stoppa (2020) as viagens e passeios foram em sua grade maioria cancelados ou adiados, o que impactou tanto os viajantes como também as agências de viagens.

No gráfico 3 foi delineado as atividades de lazer ligadas a categoria físico-esportivo, referente as atividades como caminhadas, corridas, academia, ginástica, dança, esportes entre outras. Como observa-se a seguir:

Gráfico 3 – Atividade de lazer: Físico-esportivo (academia, caminhada, corrida, ginástica, dança, esportes, etc.)



Fonte: Elaborado pela autora

Como mostrado no gráfico antes da pandemia a maioria das professoras 70,27% conseguiam ter em sua rotina frequentemente/sempre a vivência com o lazer físico-esportivo. Já durante o período pandêmico esse número caiu para 40,5% das professoras que conseguiram manter frequentemente/sempre o lazer físico-esportivo.

Um dado que vale ser comentado é que antes da pandemia o número de professoras que realizavam atividades físico-esportivas raramente/às vezes era de 24,32% e em período pandêmico esse número passou para 51,35%, o que dá a entender que aquelas mulheres que antes da pandemia praticavam atividades de lazer físico esportivas todos os dias, diminuíram o seu tempo dedicado a estas atividades durante a pandemia.

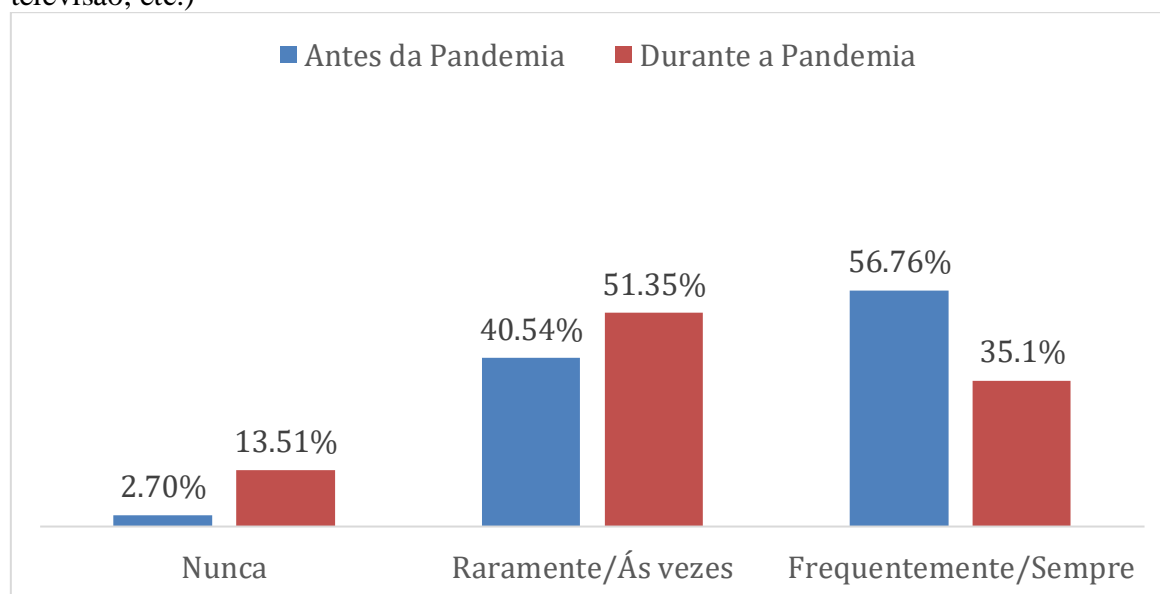
Sendo assim, é possível afirmar que as professoras tiveram impacto também em suas atividades de lazer ligadas a categoria físico-esportivo. E os motivos para essa queda pode justificasse pelo fato de que no período de isolamento social houve o fechamento de clubes e academia; sem contar também que a falta de tempo de cuidar de si em decorrência da rotina cansativa vivenciada por muitas mulheres que precisavam conciliar tempo de trabalho, serviços domésticos e cuidado com os filhos pode ter contribuído com a diminuição do tempo dedicado as atividades físico-esportivas.

Conceição (2021) afirma que o interesse pelo lazer físico-esportivo sofreu adaptações devido as restrições provocadas pela pandemia, por outro lado a pandemia

também acarretou um olhar voltado para o convívio das pessoas no espaço de casa, o que acabou estimulando a criatividade e potencializando a buscar por novas atividades e vivências de lazer. Deixando assim, a prática de atividades físico-esportivas em segundo plano e não mais como uma atividade cotidiana.

No gráfico 4 apresenta-se o resultado do interesse das professoras pelas atividades de lazer artístico como shows, idas ao cinema, teatro, ouvir, músicas, assistir televisão entre outras atividades. Assim, é possível constatar que:

Gráfico 4 – Atividade de Lazer: Artístico (Show, cinema, teatro, ouvir música, televisão, etc.)



Fonte: Elaborado pela autora

Pelo gráfico é possível notar que antes da pandemia 56,76% das professoras realizavam frequentemente/sempre atividades ligadas ao lazer artístico, e 40,54% raramente/às vezes vivenciavam estas atividades. Com a pandemia esses números se inverteram, uma vez que o número de professoras que frequentemente/sempre realizavam o lazer artístico diminuiu para 35,1% e as que raramente/às vezes passou para 51,35%, ou seja, o lazer artístico passou de algo rotineiro para uma atividade esporádica.

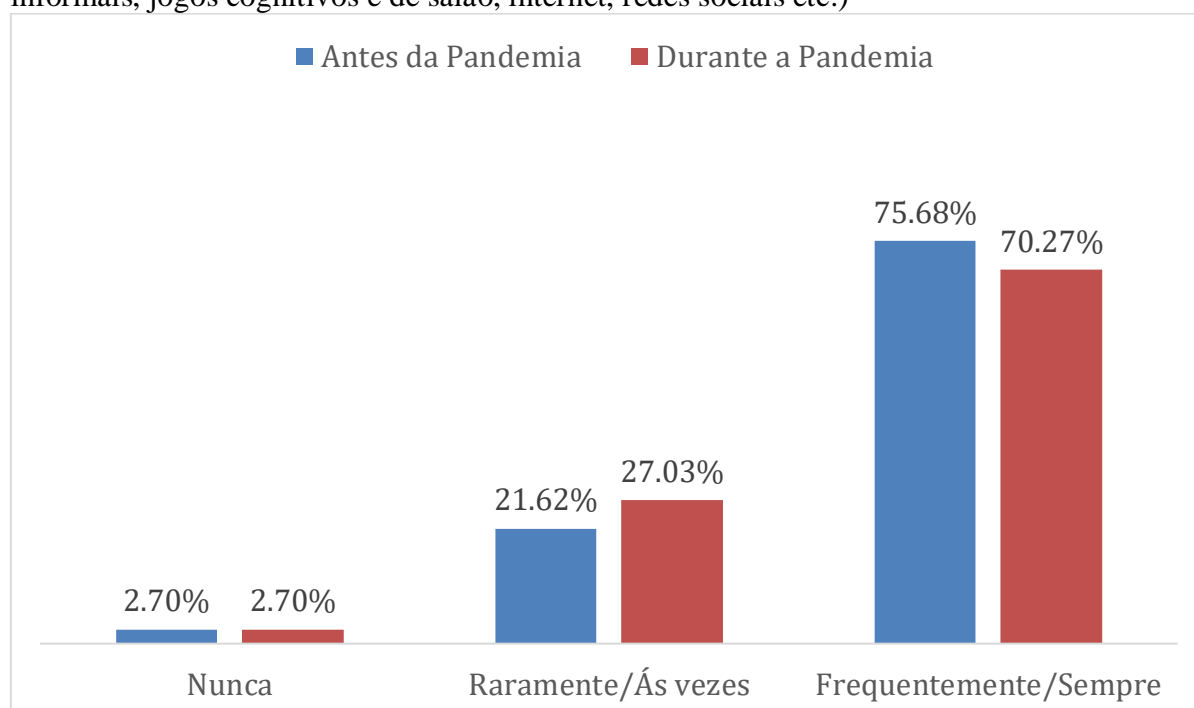
É importante deixar claro que durante a pandemia o setor artístico e cultural foi um dos mais afetados, e os quais precisaram se recriar dentro do contexto pandêmico, e um exemplo foi os shows por meio de *lives*¹⁷. Para Matos, Pinheiro e Bahia (2020) dentro do interesse pelo lazer artístico durante a pandemia se destaca assistir Tv, series e filmes

¹⁷ Transmissão em tempo real de áudio e vídeo pela internet, com ampla interação entre o criador de conteúdo e os espectadores. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-live/#:~:text=A%20Live%20%C3%A9%20uma%20transmiss%C3%A3o,acesse%20o%20canal%20ou%20perfil..> Acessado: 24/01/2025

em casa. Porém, por mais que as professoras estivessem no ambiente doméstico durante a pandemia por um tempo maior, o lazer artístico delas foi afetado no momento que a disponibilidade de tempo para vivências deste diminuiu em comparação com o período que antecede a pandemia.

O gráfico 5 disserta sobre as atividades de lazer Intelectual como a realização de cursos de aperfeiçoamento, leituras informais, jogos cognitivos e de salão, uso da internet e redes sociais entre outros. E como resultado é possível compreender que:

Gráfico 5 – Atividade de lazer: Intelectual (cursos de aperfeiçoamento, leituras informais, jogos cognitivos e de salão, internet, redes sociais etc.)



Fonte: Elaborado pela autora

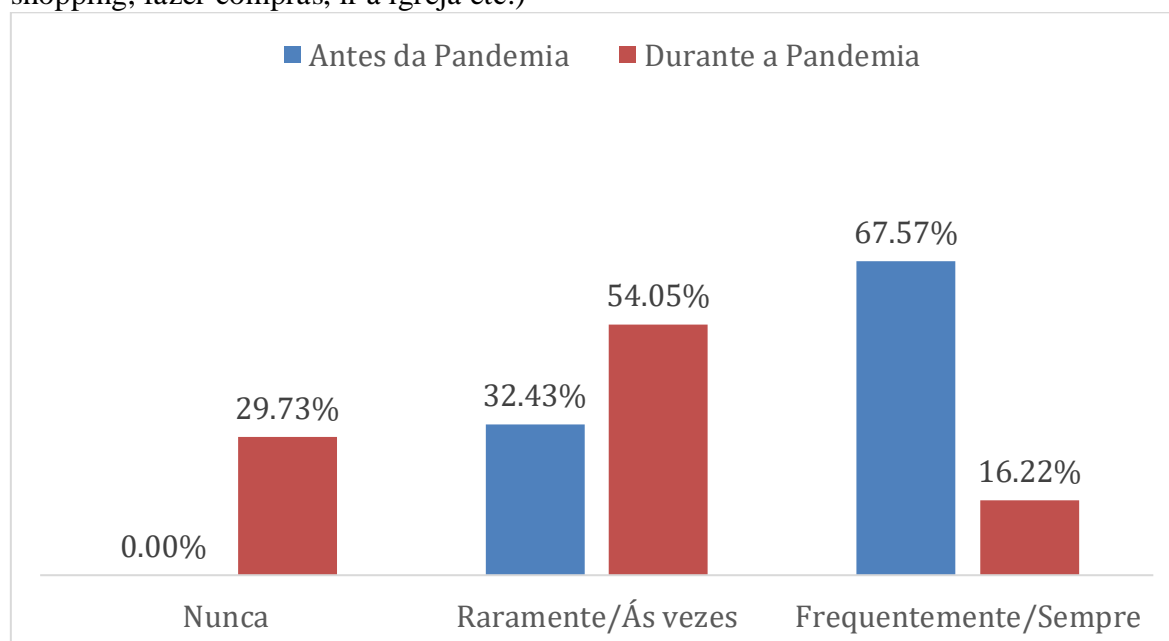
Antes da pandemia 75,68% das professoras conseguiam reservar frequentemente/sempre um tempo para a vivência do lazer intelectual, porém com a pandemia esse número caiu para 70,27%, ou seja, uma queda nem tanto expressiva, uma vez que na categoria de tempo das professoras que raramente/às vezes conseguiam desfrutar de momentos de lazer intelectual saiu de 21,62% para 27,03% durante a pandemia.

Para Santos, Rocha e Kichimoto (2024) o acesso a internet, as redes sociais e as plataformas de entretenimento aumentaram consideravelmente durante a pandemia. Diga-se que as práticas de lazer social foram perdendo um espaço considerável na rotina das pessoas, e assim substituídas pelo lazer artístico, manual e intelectual. Para tanto, é

possível afirmar que as professoras participantes da pesquisa não deixaram de vivenciar o lazer intelectual durante a pandemia, 5% delas apenas diminuíram a frequência da vivência.

O Gráfico 6 traz os dados referentes ao lazer social que se configura por atividades ligas a festas, sair com amigos, namorar, ir ao shopping, fazer compras, ir à igreja essas entre outras atividades realizadas pelas professoras. Assim, observa-se que:

Gráfico 6 – Atividade de lazer: Social (festas, sair com amigos, namorar, ir ao shopping, fazer compras, ir à igreja etc.)



Fonte: Elaborado pela autora

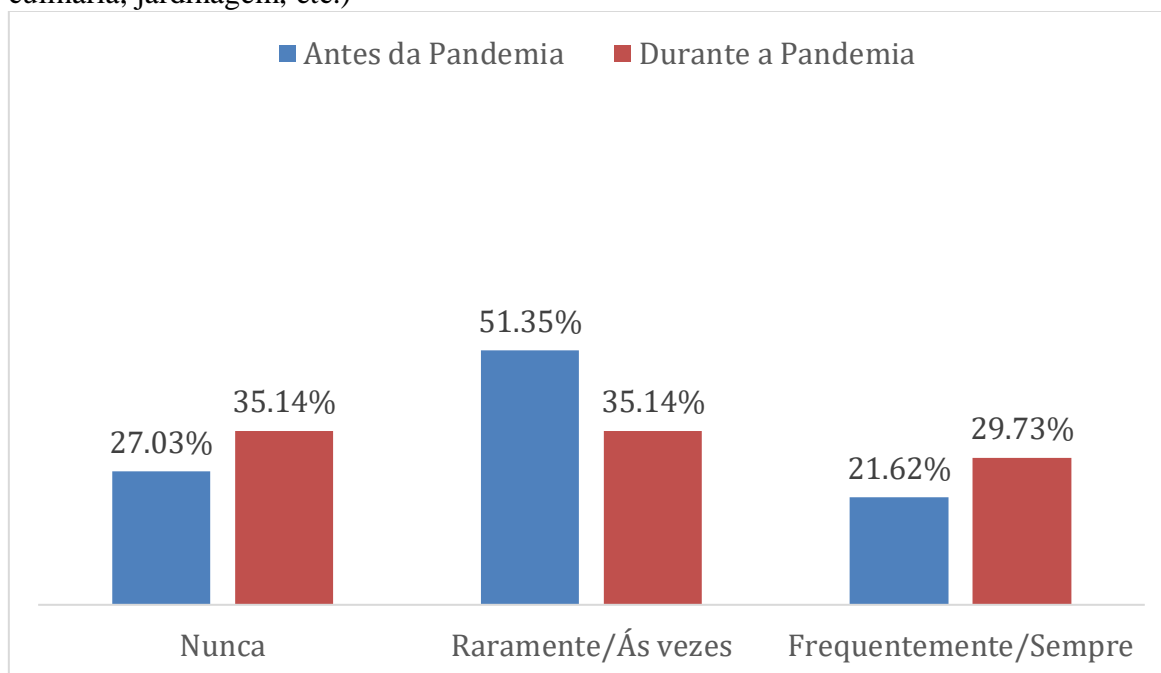
O lazer social antes da pandemia estava frequentemente/sempre presente na rotina de 67,57% das professoras, mas com a pandemia esse percentual caiu drasticamente para 16,22%. E este passou a ser realizado raramente/às vezes por 54,05% dessas mulheres.

Essa queda considerável impactou na frequência da vivência referente ao lazer social devido as medidas de isolamento provocadas pela pandemia, o que limitou a realização de atividades coletivas. Vale ressaltar que mesmo com as restrições a socialização do lazer se deu em ambiente doméstico, onde as pessoas encontraram maneiras diferentes e criativas para continuar a prática do lazer, por exemplo pelo auxílio a tecnologia e ferramentas como a internet. Como afirma, Montenegro e Dias (2020) que o distanciamento social resultou na ampliação da virtualidade como mediadora das práticas de lazer.

E como observado no gráfico anterior que disserta sobre a pratica do lazer intelectual as professoras passaram a vivenciar bem mais atividades ligadas a este segmento, e em consonância a isto desmuniram o seu tempo dedicado ao lazer social.

No gráfico 7 apresenta-se o resultado referente ao lazer manual como pinturas, bordados, artesanatos, bricolagem, culinária e jardinagem etc. Em que é possível constatar que:

Gráfico 7 – Atividade de lazer: Manual (pintura, bordados, artesanatos, bricolagem, culinária, jardinagem, etc.)



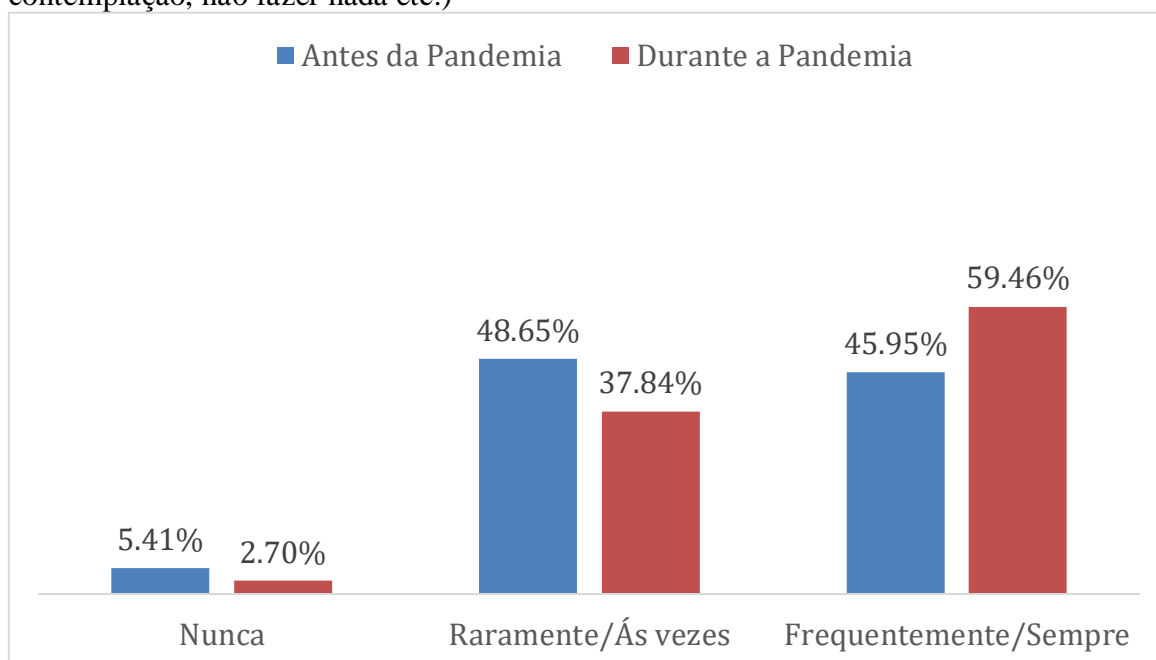
Fonte: Elaborada pela autora

Como demonstrado no gráfico 21,62% das professoras realizavam atividades manuais frequentemente/sempre e 51,35% raramente/às vezes, e com a pandemia as que já tinham em sua rotina a pratica de atividades de lazer manual passou para 29,73%, enquanto as que raramente/sempre caiu para 35,14%.

Desta forma, entende-se que as professoras principalmente as que vivenciavam o lazer manual de forma esporádica passaram a escolher outras opções de lazer o que justifica a queda neste percentual ou não conseguiram administrar o seu tempo para a realização destas atividades.

Já no gráfico 8 apresenta-se o resultado da categoria de lazer ligada ao ócio, como por exemplo descansa, se embalar na rede, contemplação, dormir ou não fazer nada etc.

Gráfico 8 – Atividade de lazer: Ócio (descansar, dormir, embalar na rede, contemplação, não fazer nada etc.)



Fonte: Elaborado pela autora

Como exposto no gráfico, é possível analisar que antes da pandemia 45,95% das professoras tinham vivências frequentemente/sempre com o lazer na categoria Ócio, mas com a pandemia esse número passou para 59,46% o que equivale uma diferença de 13%. A hipótese é que com tantas atividades tendo que ser realizadas no ambiente doméstico o tempo que tinha disponível as professoras utilizaram para descansar.

Porém, um dado que chama atenção é que das professoras que conseguiam ter vivências com o lazer ócio na categoria raramente/às vezes saiu de 48,65% para 37,84% durante a pandemia.

O fato é que com as mulheres principalmente na primeira fase da pandemia tiveram que adaptar sua rotina com o tempo disponível para multitarefas a elas delegadas, o que justifica a possibilidade destas mulheres terem menos tempo dedicado as atividades de lazer ligadas ao ócio. Assim, considera-se que o lazer ócio se fez presente de diferentes maneiras na vida das professoras, em que por um lado ele foi visto como uma possibilidade de descanso, reflexão, autoconhecimento e privilégio, por outro ele ficou no campo das incertezas, do estresse da rotina cercada pelo acúmulo de tarefas assumidas pelas mulheres no cuidado com a casa, filhos e o trabalho docente.

Foi perguntado as professoras participantes da pesquisa sobre quais eram as atividades cotidianas realizadas por elas durante a primeira fase da pandemia, e que estas

classificassem a frequência das atividades com as opções nunca; raramente/às vezes e frequentemente/sempre conforme exposto na tabela 4.

Tabela 4 – Atividades realizadas no cotidiano durante a pandemia

Variáveis	Categorias					
	Nunca		Raramente/Às vezes		Frequentemente/Sempre	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Trabalho Remoto	1	(2,70)	8	(21,62)	28	(75,68)
Cuidar dos filhos	14	(37,84)	1	(2,70)	22	(59,46)
Cuidar da casa/afazeres domésticos	-	-	-	-	37	(100)
Estudar/fazer cursos	3	(8,11)	9	(24,32)	25	(67,57)
Compromissos sociais e políticos	21	(56,76)	16	(43,24)	-	-

Fonte: Elaborado pela autora

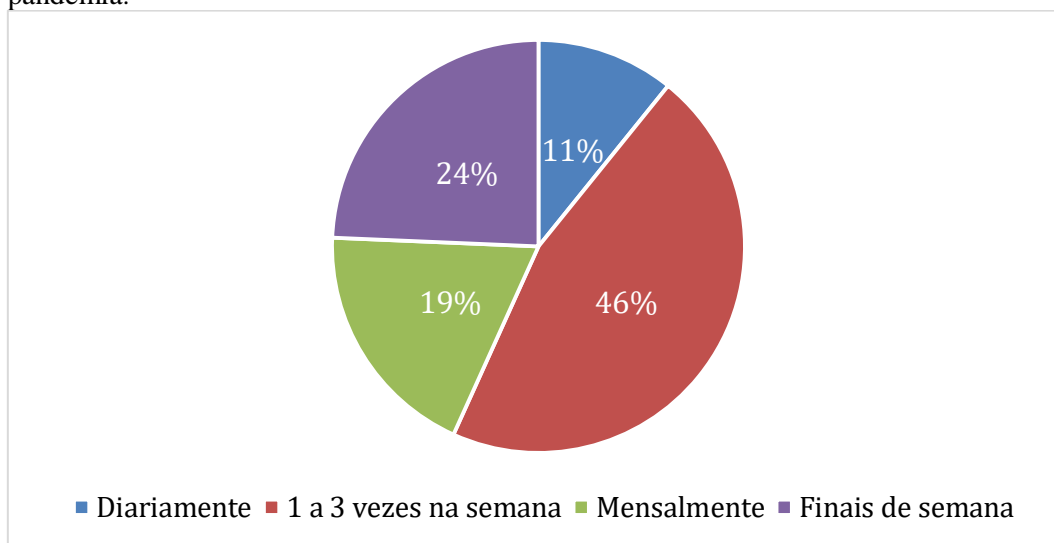
Analisando a tabela acima, é possível verificar que 75,68% das professoras declararam que o trabalho remoto estava frequentemente/sempre em sua rotina. 59,46% ainda dividiam seu tempo ao cuidado com os filhos, e 100% das mulheres responderam que tinham que cuidar da casa e afazeres domésticos, e além de todas essas tarefas 67,57% ainda destacaram ter que estudar e fazer cursos durante a primeira fase da pandemia.

As responsabilidades expostas as mulheres se intensificaram ainda mais em período pandêmico. De acordo com Gonsaga (2020) a pandemia apresentou-se como uma espécie de lupa, a qual desmascarou os problemas gerados em decorrência de uma sociedade erguida em cima de ideologias misóginas, machistas, patriarcais e capitalistas, e que colocaram as mulheres em diferentes situações de vulnerabilidades sociais.

É interessante ressaltar que 100% das mulheres declaram ter dedicado tempo ao trabalho doméstico, esses dados só reafirmam que a pandemia contribuiu com a divisão desigual do trabalho doméstico, cuidado com os filhos e de outras funções atribuídas como se as responsabilidades fossem somente das mulheres.

Assim, mesmo com todas as atribuições no cotidiano das professoras estas ainda precisavam buscar um tempo disponível as atividades de lazer, sendo assim, no gráfico 9 foi perguntado sobre com que frequência elas conseguiam realizar suas atividades de lazer na segunda fase da pandemia, no momento de reabertura dos espaços públicos e privados de lazer. Como exposto no gráfico abaixo:

Gráfico 9 – Frequência de participação em atividades de lazer durante a segunda fase da pandemia.



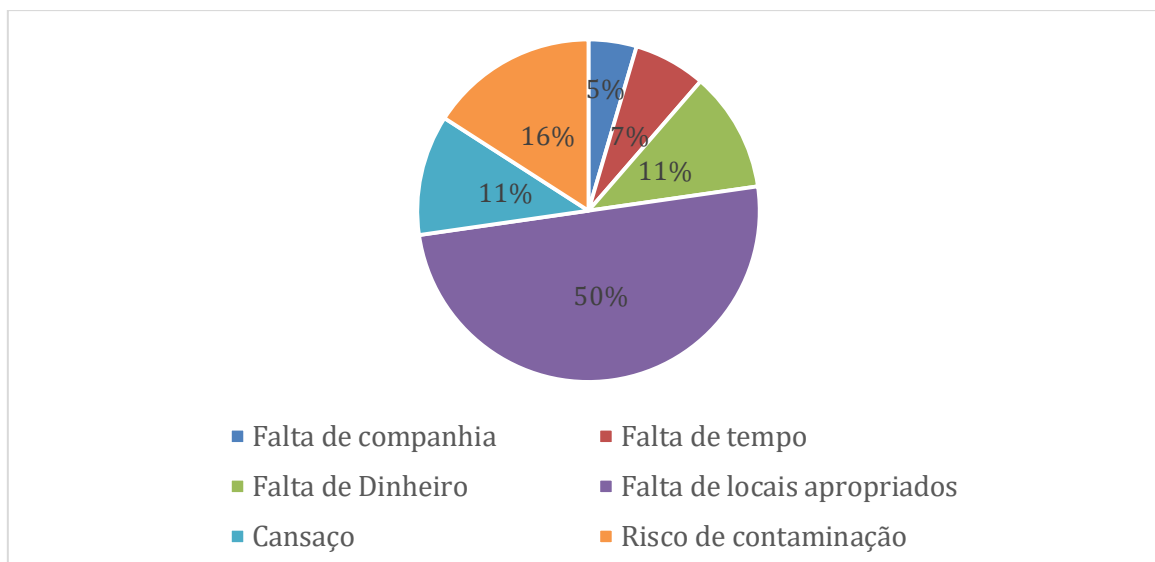
Fonte: Elaborado pela autora

Com a reabertura dos espaços de lazer 46% das professoras relataram reservar um tempo para o lazer de 1 a 3 vezes por semana. 24% delas responderam reservar os finais de semana apenas para momentos de lazer.

Compreende-se, portanto, que mesmo com todas as tarefas realizadas no cotidiano das professoras, estas com a reabertura dos espaços públicos e privados buscaram desfrutar de momentos de lazer mesmo que uma ou até três vezes na semana. Na segunda fase da pandemia houve o retorno gradual das atividades escolares, sendo assim estas mulheres precisaram voltar a exercer presencialmente suas atividades docentes, o que mudou sua rotina, o tempo e o espaço dedicado ao lazer.

O gráfico 10, lista os principais motivos que dificultaram o lazer das professoras durante o período pandêmico. Como é possível constatar:

Gráfico 10 – Motivos que dificultaram a prática do lazer durante a pandemia da Covid-19.



Fonte: Elaborado pela autora

Como descrito 50% das professoras afirmaram que a falta de locais apropriados para a prática de atividades de lazer foram um dos principais motivos que dificultaram sua vivência ao lazer durante a pandemia. Marcellino (2012) argumenta que democratizar o lazer implica também na democratização do espaço, e se for comparado em termos da vida diária das pessoas, não tem como fugir do fato de que o espaço de lazer é o espaço urbano.

Durante a pandemia os acessos aos espaços públicos de lazer estavam limitados ou até fechados principalmente na primeira fase com o isolamento social, e foram reabertos na segunda fase da pandemia, porém muitos destes precisando de manutenção. Para Mariano e Marcellino (2008) o poder público tem por obrigação criar novos equipamentos e espaços de lazer, e ainda requalificar ou renovar os antigos. Além disso, a falta de conhecimento de equipamentos e espaços adequados de lazer dificultam a sua prática.

Foi perguntado as professoras o seguinte questionamento: Atualmente excluindo as atividades que são obrigatórias, o que você faz durante seu tempo livre? As respostas foram categorizadas em formato de nuvem de palavras por meio do software mentimeter¹⁸, as palavras que aparecem em tamanho maior foram as que apareceram em maior frequência na resposta dada pelas professoras, conforme exposto na figura 3:

Figura 3- Nuvem de palavras referente as atividades de lazer realizadas no tempo livre

¹⁸ Disponível em: <https://www.mentimeter.com/>. Acessado em: 24/12/2024.



Fonte: Elaborada pela autora através do software Mentimeter

É possível analisar que entre as principais atividades realizadas no tempo livre das professoras estão as práticas de lazer físico-esportivo como atividades físicas, musculação, caminhada, corrida de rua, treino funcional, andar de bicicleta, dançar e praticar esportes. Vale ressaltar, que das 37 mulheres participantes da pesquisa somente duas demonstraram interesse pela prática esportiva.

Este dado vem em consonância com o que diz Mayor e Isayama (2017) em sua pesquisa o lazer no Brasil, em que os autores constatam que há uma diferença significativa na escolha de homens e mulheres no interesse as atividades físico-esportivas, principalmente nas ligadas a prática esportiva. Pode-se dizer que por todo processo histórico regado por preconceitos e ideologias machistas, por qual as mulheres passaram para conquistar sua vivência aos esportes, este ainda é um campo de predominância masculina, e por este e outros motivos estas acabam escolhendo a vivência em outras atividades como a ginástica, dança, caminhada etc.

As professoras demonstraram interesses pelas atividades relacionadas ao lazer social como encontro com amigos, passear com a família, sair para comer, sair para beber, ir a cafeteria, ir na igreja, etc. Além, do lazer intelectual como atividades como leitura, cursos e redes sociais.

Algumas professoras ainda relataram utilizar o tempo livre para descansar, assistir TV e filmes, costurar, fazer artesanato e passear por balneários. É interessante comentar que três professoras responderam que em seu tempo livre precisam cuidar dos filhos e não indicaram nenhuma atividade de lazer.

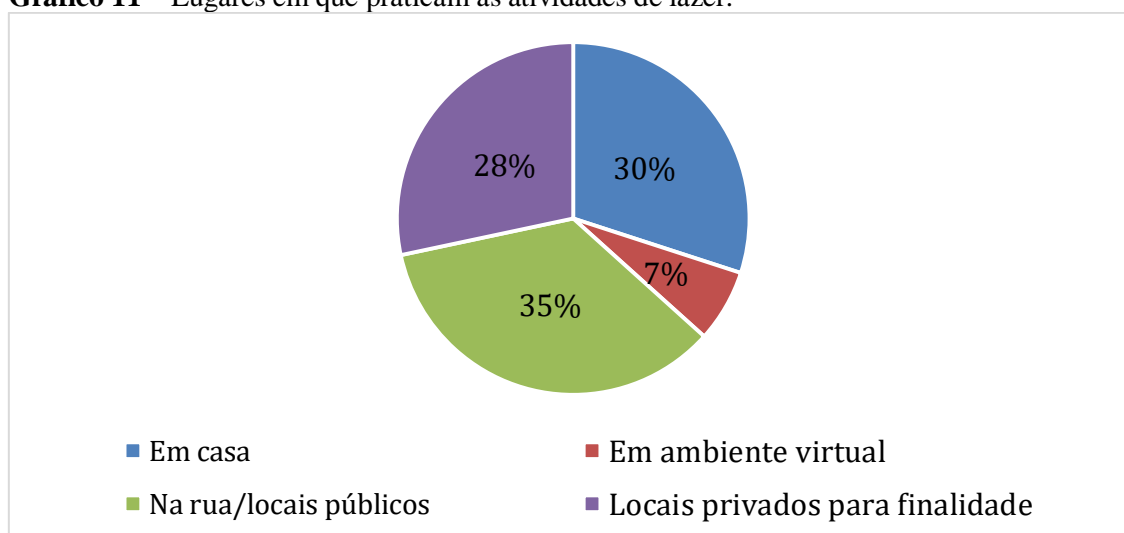
Este fato nos faz refletir que a responsabilidade do cuidado com os filhos pesa sempre para as mulheres, vale ressaltar que nesta pesquisa 60,87% das mulheres afirmaram não ter rede de apoio para cuidar dos filhos e 48,65% são solteiras e algumas destas exercem maternidade solo.

De acordo com Batinga e Pinto (2019), os filhos são parte importante da rotina das mães, principalmente quando ainda são menores. Sendo assim, elas têm dificuldades de desassociar o desfrute de atividades de lazer da presença dos filhos, e quando buscam atividades são as que contemplem o lazer dos filhos. E nos raros momentos que buscam um lazer para elas culpam-se ou são culpadas por isso.

Fora os julgamentos ligados a preconceitos enraizados nas normas sociais e culturais, que rotulam as mulheres como irresponsáveis e descompromissadas quando estas buscam por atividades que visam seu direito ao lazer e prazer pessoal.

Sobre as atividades de lazer realizadas pelas professoras atualmente indicadas acima na nuvem de palavras, foi perguntado a estas em quais lugares elas costumam praticar estas atividades, como exposto no gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11 – Lugares em que praticam as atividades de lazer.



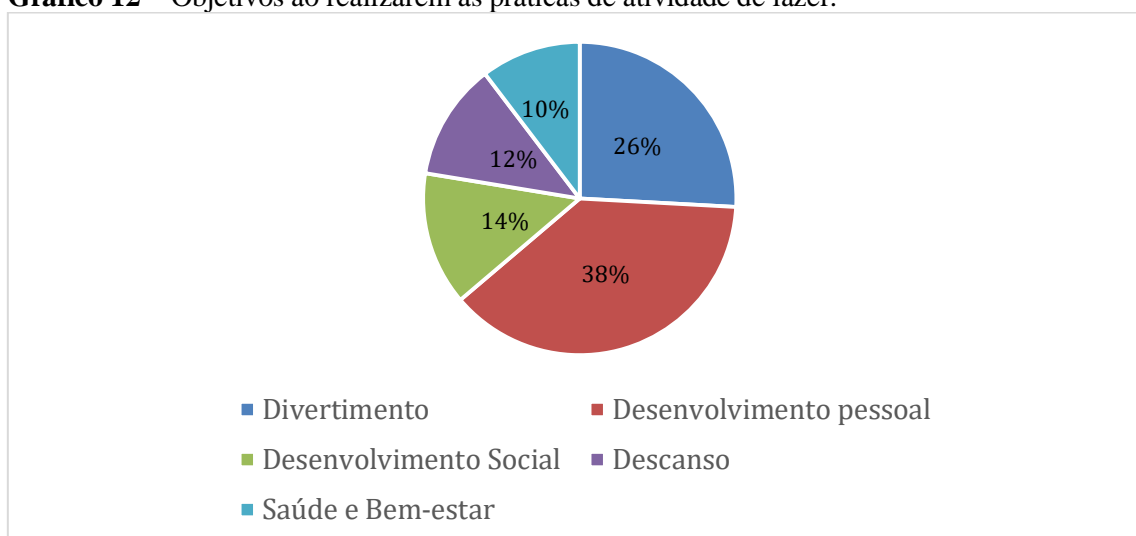
Fonte: Elaborada pela autora

Assim sendo, 35% das professoras realiza as atividades de lazer na rua e em locais públicos, 30% dizem fazer em casa as atividades de lazer e 28% relataram usar locais privados para finalidade.

Para Silva *et al* (2015) as condições de manutenção, acessibilidade, estética e segurança dos locais públicos podem ser preponderantes para a utilização destes espaços para a prática do lazer e das atividades físicas. Desta forma, ressalta-se a importância da manutenção dos espaços públicos uma vez que estes iram beneficiar toda a população e serão pontos atrativos para o desfrute do lazer nas diferentes idades e classes sociais.

Ainda em relação as atividades de lazer realizadas no contexto atual pelas professoras, foi perguntado a estas o que elas buscavam ao realizar estas atividades, como podemos verificar no gráfico 12.

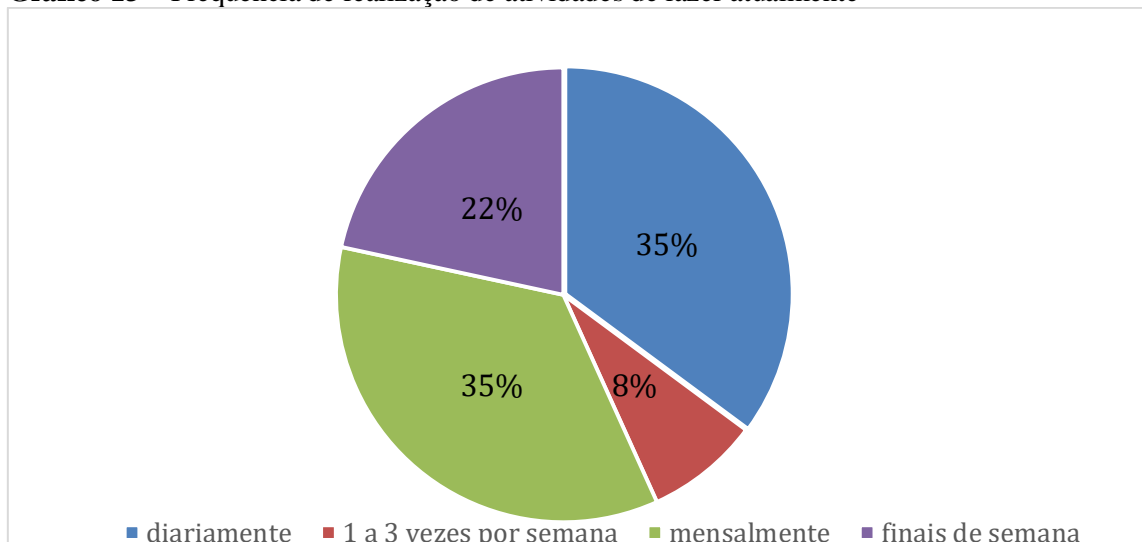
Gráfico 12 – Objetivos ao realizarem as práticas de atividade de lazer.



Fonte: Elaborada pela autora

Como apresentado no gráfico acima 38% das professoras buscam por meio das atividades de lazer o desenvolvimento pessoal, 26% divertimento e 14% desenvolvimento social. Segundo Barbosa (2017) o lazer representa um espaço significativo para as vivências lúdicas e podem contribuir para o desenvolvimento pessoal, permitindo também o descanso e o divertimento, além do desenvolvimento social. Sendo assim, e inegável os benéficos que o lazer proporciona as pessoas, que além do desenvolvimento pessoal e social e possível melhorar o corpo, a mente, a socialização, conhecer lugares e pessoas, ele pode ser considerado também um espaço de participação cultural.

No gráfico 13 a seguir fala sobre a frequência de realização das atividades de lazer no contexto atual, em que é possível constatar que:

Gráfico 13 – Frequência de realização de atividades de lazer atualmente

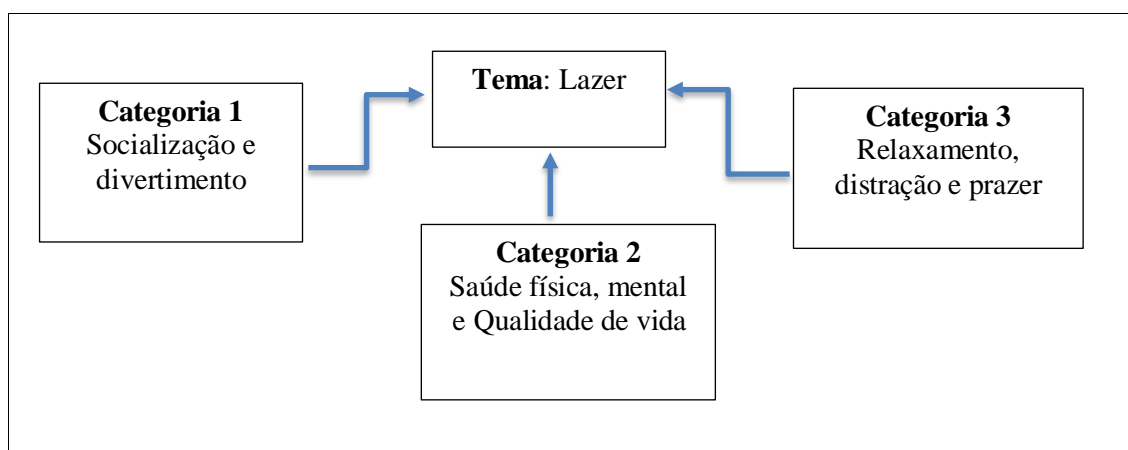
Fonte: Elaborado pela autora

Das professoras participantes da pesquisa 35% desfruta do lazer diariamente, assim como 35% declarou reservar pelo menos uma vez no mês seu tempo para atividades de lazer e 22% relataram usufruir de atividades de lazer aos finais de semana.

Em comparação a frequência de atividades de lazer destas professoras durante a pandemia observa-se que estas saíram da frequência de usufruto do lazer de uma a três vezes por semana para a frequência diária atualmente. O que se apresenta como um ponto positivo, em razão de que estas estão dedicado um maior tempo ao lazer mesmo com todas as tarefas cotidianas.

Foi perguntado as professoras se as atividades que elas realizam no tempo livre listadas aqui (figura 2) é considerado lazer? Porque? Para a obtenção e análise dos dados desta pergunta foi realizada uma análise de conteúdo temática de acordo com a frequência das respostas, as quais foram codificadas e agrupadas, assim em categorias, como descritas na figura 4.

Figura 4- Categorias Referente a temática Lazer



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação a primeira categoria (socialização e divertimento) esta foi a que teve uma maior frequência nas respostas dadas pelas professoras quando questionadas se atividade que elas realizam no tempo livre é lazer. Como podemos observar nos trechos das respostas das professoras aqui identificadas por numeração, mantendo assim elas no anonimato:

Sim, porque eu faço esta atividade com um grupo de amigos e me divirto (Professora 1, 2024)

Sim, porque encontro com meus amigos e me divirto (Professora 27, 2024)

Sim, porque gera envolvimento social e amizade (Professora 3, 2024)

Sim, porque reúno com os amigos, conversamos sobre vários assuntos, rimos, interagimos uns com os outros (Professora 32, 2024)

Sim, traz divertimento e interação social (Professora 5, 2024)

Sim, porque posso relaxar, interagir com meus amigos e familiares sem horário definido. Fortalecendo lações de amizade e criando memórias afetivas tão importantes para o meu equilíbrio emocional e familiar. (Professora 29, 2024)

Sendo assim, é importante perceber que o lazer é visto pelas professoras como uma ferramenta de socialização por ele criar oportunidades e conexões sociais entre as pessoas. Para Soares Neto (2018) o direito ao lazer visa proporcionar aos indivíduos necessidades básicas no tocante ao bem-estar, a interação e a socialização.

Desta forma, o lazer tem o poder de conectar as pessoas e até mesmo ampliar suas visões de mundo. E em especial para as mulheres que em diferentes momentos devido sua rotina de trabalho, cuidado com o lar e com os filhos esse momento de lazer e de poder compartilhar experiências, desafios, emoções e momentos de socialização e divertimento ajuda as mulheres a criar um sentimento de pertencimento e compreensão.

Na segunda categoria (Saúde física, mental e Qualidade de vida) as professoras associaram as atividades realizadas por elas no tempo livre como práticas de lazer, pois para elas essas atividades provocam benefícios a sua saúde, bem-estar e qualidade de vida, como podemos verificar no trecho das falas abaixo:

Sim, além de ser uma forma de lazer também procuro manter minha saúde em dia, apesar da nossa vida ser uma correria. (Professora 7, 2024)

Sim, porque estou relaxando em um momento fora do meu horário de trabalho. E esta atividade melhora minha qualidade de vida. (Professora 30, 2024)

Sim, é o momento que busco para cuidar da saúde física e mental. (Professora 34, 2024)

Sim, pois faz bem ao meu corpo e mente. (Professora 10, 2024)

Sim, porque além da saúde, bem-estar e desenvolvimento social, físico consigo ter mais tempo com minha filha, porque levo ela para as minhas atividades de lazer. (Professora 37, 2024)

Desta forma, destaca-se assim a importância de as professoras conseguirem desfrutar de um tempo livre para o lazer, uma vez que para elas este contribui para a manutenção de sua saúde física, mental e qualidade de vida. Para Sawitzki (2012) os benefícios do lazer são diversos, e estes podem refletir na formação da personalidade, na solidariedade, cooperação, na saúde, aptidão física, qualidade de vida, nas relações sociais, na autonomia, na igualdade, no respeito a diversidade, no resgate da autoestima, na alegria entre outros aspectos.

Segundo Oliveira *et al* (2023) a qualidade de vida aborda diferentes dimensões e percepções na vida das pessoas, e o lazer se faz presente nestas percepções, pois é nos momentos de lazer que as pessoas buscam prazer e satisfação pessoal. Vale ressaltar que atualmente a maior parte do tempo as pessoas passam na realização das atividades obrigatórias, e ter a clareza de que as atividades de lazer contribuem na saúde e qualidade de vida das professoras faz com que estas ressignifiquem seu tempo destinado ao lazer.

A terceira categoria (relaxamento, distração e prazer) foi apontado no relato descrito no questionário por algumas professoras as quais justificaram que as atividades desenvolvidas por elas era lazer por provocar nestas, sentimentos de relaxamento, distração e prazer, como constatado no trecho das respostas abaixo:

Sim, por que me proporciona prazer e relaxamento (Professora 12, 2024)

Sim, considero lazer, pois é algo prazeroso que me faz bem, diminui meu estresse e me faz desacelerar da correria da semana. (Professora 25, 2024)

Sim, pois é um momento sem compromisso, apenas distração. (Professora 14, 2024)

Sim, pois consigo me distrair esquecer um pouco dos trabalhos obrigatórios, me sinto bem e relaxada. (Professora 20, 2024)

Sim, porque eu desvinculo do meu tempo de trabalho e aproveito, não é um momento que eu me sinta obrigada a fazer, mas sim o que eu quero fazer e sinto prazer em fazer. (Professora 16, 2024)

Como podemos observar nos trechos relatados pelas professoras o lazer contribui na vida destas mulheres pelo fato de que elas conseguem após uma rotina estressante de trabalho ter um momento de relaxamento, distração e prazer, esta consciência de reconhecer principalmente na sociedade atual em que visa a produtividade e deixa em segundo plano o tempo dedicado ao lazer é de suma importância.

Uma vez que, dedicar-se um tempo para si, por meio das atividades de lazer é essencial, principalmente para as mulheres que na maioria dos casos são sobrecarregadas pela dupla jornada de trabalho e responsabilidades, e através do lazer elas conseguem ter uma oportunidade de relaxar e ainda criar conexões consigo mesmas. Segundo Pereira e Bueno (1997) o lazer tem o papel fundamental pois este contribui com o relaxamento e alívio dos problemas advindos da contextualidade e do cotidiano das pessoas, seja ao nível pessoal ou profissional.

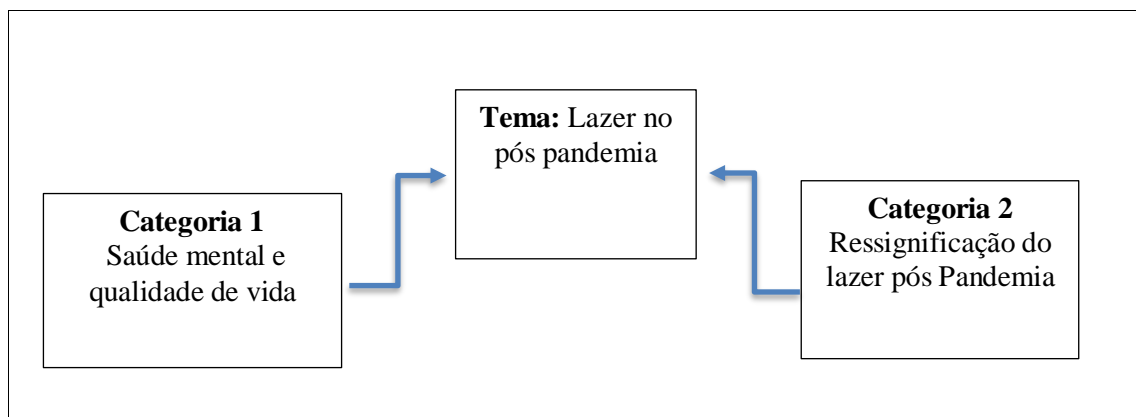
Dentre as professoras participantes da pesquisa duas delas chamaram a atenção ao declararem utilizarem o tempo livre somente para o trabalho doméstico, estudo e planejamento de aula, logo a atividades realizadas “*Não é lazer, é organização do trabalho*” (Professora 17, 2024)

Em pesquisa realizada por Souza, Nicolosi e Silva (2017) os autores concluíram que as mulheres gastam mais tempo em atividades domésticas em comparação aos homens que dispõem de maior tempo para as atividades de lazer. O lazer é um dos responsáveis pela qualidade de vida, auxilia na construção da cidadania e no rompimento de situações discriminatórias, logo entende-se a importância deste na sociedade, e se tratando de gênero é preocupante saber que muito ainda precisa ser revisto na sociedade para que efetivamente as mulheres tenham acesso as atividades de lazer.

Afim de compreender a importância do lazer para as professoras participantes da pesquisa foi feito a elas o seguinte questionamento, você considera o lazer importante na

sua vida neste atual contexto pós pandemia? E com a análise das respostas chegou-se a três categorias conforme a figura 5.

Figura 5- Categorias referente a temática Importância do Lazer Pós Pandemia



Fonte: elaborado pela autora

A primeira categoria (saúde mental e qualidade de vida) foi a que apareceu com maior frequência nas respostas dadas pelas professoras ao justificar a importância do lazer em suas vidas. Como pode-se observar no trecho descrito abaixo:

Sim, o lazer nos ajuda a trabalhar melhor, ajuda na nossa saúde mental e qualidade de vida. (Professora 16, 2024)

*Sim, auxilia no desenvolvimento social e psicológico (Professora 31, 2024)
Sim, pois é também uma maneira de descansar e extravasar a ansiedade. (Professora 12, 2024)*

Sim, necessário para a saúde física, mental, espiritual, social. Acredito que o cansaço, a saúde e o tempo dificultam a prática do lazer. (Professora 20, 2024)

Sim, é muito importante para o meu bem-estar, para minhas interações sociais e emocionais, além de promover saúde física e mental. (Professora 25, 2024)

Sim, de suma importância para relaxar o corpo e a mente. Alivia todo o estresse do dia-a-dia em sala de aula. (Professora 7, 2024)

Observa-se que na maioria das falas descritas pelas professoras, elas associaram a importância do lazer a saúde mental no contexto pós pandemia, isso justifica-se por todos os desafios enfrentado em período pandêmico que deixaram sequelas psicológicas na sociedade. Conforme Amaral, Nascimento e Pinto (2023) a pandemia trouxe impactos a saúde mental das mulheres brasileira, além de ter evidenciado as desigualdades de

gênero na qual as sobrecargas trabalhistas, a responsabilidade do papel da mulher como provedora do lar, como mãe solo, além do aumento da violência contra as mulheres dentro de suas casas principalmente durante o isolamento social contribuíram com a piora na qualidade da saúde mental das mulheres.

Batista, Anjos Junior e Neves (2022) ressaltaram que houve um aumento significativo das pessoas que passaram a interagir com o mundo virtualmente, porém essa atitude evidenciou discrepâncias sociais e econômicas que favoreceram o aumento de depressão e insegurança.

Um ponto positivo é que as professoras reconhecem no lazer uma ferramenta terapêutica que irá contribuir com sua saúde mental. O grande desafio é fazer com que essas mulheres tenham acesso as políticas públicas de lazer.

A segunda categoria (Resignificação do lazer pós Pandemia) foi possível constatar que um grupo de professoras descreveu que a pandemia fez com que elas mudassem sua concepção sobre o lazer como é possível verificar na fala descrita por delas:

Sim, o lazer é importante em todos os momentos e fases da vida, mas isso ficou mais evidente para mim após pandemia. (Professora 3, 2024)

Sim, o lazer é fundamental na vida das pessoas. E agora principalmente depois de tudo que passamos com a pandemia, consigo ver o quanto é importante. (Professora 21, 2024)

Sim, pois durante a pandemia o isolamento social trouxe muita ansiedade e estresse, e com o retorno dessas atividades após o término da pandemia, essa retomada proporcionou mais entretenimento e prazer no dia-a-dia. (Professora 14, 2024)

Sim, porque no período da pandemia não podíamos sair de casa, muito menos praticar esportes ou qualquer outra forma de lazer, e sempre fui uma mulher bastante ativa, e a pandemia me fez pensar como o lazer é fundamental. (Professora 37, 2024)

Desta maneira, é possível verificar que com a limitação e os desafios que a pandemia provocou na sociedade principalmente durante as fases de isolamento social, em que as pessoas precisaram pensar em outras formas de vivenciar o lazer dentro de seu lar, muitas delas sentiram falta de frequentar lugares públicos e privados de lazer e estar reunido com amigos e familiares.

De acordo com Batista, Anjos Junior e Neves (2022) para uma parcela das mulheres houve um aumento significativo de problemas ligados a saúde, uma vez que

essas mulheres tiveram uma ampliação na sua carga de trabalho provocado pelo isolamento social e ainda pelas restrições de possíveis vivências de lazer.

Vale ressaltar que somente uma das professoras participantes da pesquisa respondeu que “*Sim o lazer é importante, só que eu não tenho tempo de realizar essas atividades*”. (Professora 17, 2024)

A fala desta professora chamou atenção e nos faz refletir o quão sobrecarregada as mulheres são ao ponto de não ter tempo para as atividades não obrigatória como o lazer. Principalmente quando estas mulheres precisam sozinhas serem provedoras do lar, cuidar da casa e dos filhos sem rede de apoio. Conforme Vázquez e Mauda (2020) apesar de toda as lutas para vencer as desigualdades e preconceitos sofridos pelas mulheres, para integrar espaços até então tidos como masculinos e conquistar direitos como trabalhar e estudar, o cuidado com a casa e com os filhos ainda sobre caí de forma majoritária somente sobre as mulheres. Fato este que interfere diretamente no seu tempo livre e no cuidado de si.

Sendo assim, conclui-se que as a maioria das mulheres mesmo com todas as responsabilidades acarretadas a elas e todos os desafios que enfrentam no cotidiano, elas conseguem reconhecer que o lazer deve ser uma prioridade no contexto atual, e o quanto as práticas de lazer fizeram falta no período pandêmico.

Na próxima seção será apresentado os dados referentes as entrevistas realizadas com um grupo de professoras com o intuito de compreender as estratégias e possibilidades quanto a prática do lazer das mulheres professoras durante e após a covid-19.

5.2 Estratégias e Possibilidades quanto à Prática do Lazer de Mulheres Professoras e a Covid-19

Nesta seção discutiremos o resultado da análise das entrevistas. Vale ressaltar que para a segunda fase da pesquisa foi feito o convite a todas as professoras após a aplicação do questionário, e das visitas realizadas à escola, sete professoras aceitaram participar da entrevista.

As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade de cada professora, e tiveram duração de aproximadamente 10 a 20 minutos. Foi reforçado as professoras sobre o anonimato, e nesta fase da pesquisa, elas estão sendo chamadas por nomes de flores, como: Rosa, Margarida, Begônia, Girassol, Gardênia, Jasmim e Frésia.

Rosa tem 33 anos, se considera parda, é solteira e tem uma filha, relatou ter rede de apoio da família ao cuidado com a filha. Durante a entrevista, se mostrou à vontade e solícita para responder a todas as perguntas.

Margarida tem 33 anos, se declara uma pessoa preta, solteira e não tem filhos, se considera um pouco tímida, mas conseguiu responder a todas as perguntas.

Begônia, 37 anos, se considera uma pessoa parda, é casada e tem um filho, declarou não ter rede de apoio para o cuidado com o filho. Na entrevista mostrou-se bem à vontade e conseguiu relatar em detalhes situações passadas por ela na pandemia.

Girassol, 41 anos, autodeclara-se preta, tem união estável e tem dois filhos adolescentes, durante a entrevista mostrou-se confortável e solicita a responder todas as perguntas.

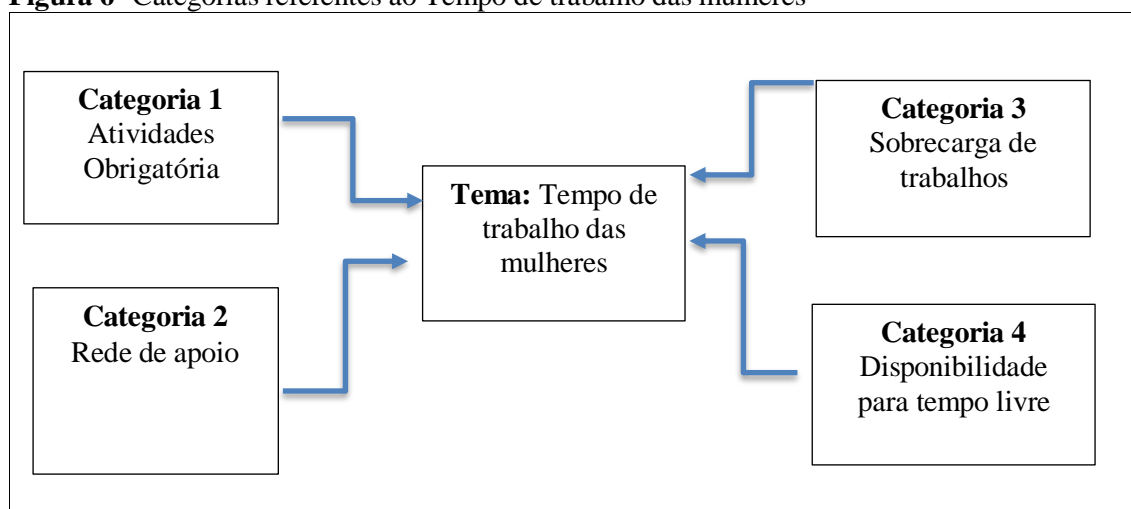
Gardênia, 34 anos, se considera mulher preta, está em uma união estável e não tem filhos. Mostrou-se uma pessoa reservada e um pouco tímida durante a entrevista.

Jasmim, 34 anos, declarou-se parda, solteira e não tem filhos, em alguns momentos mostrou-se reservada, mas disposta a responder a todas as perguntas.

Frésia, 40 anos, autodeclarou-se parda, é casada e tem um filho e conta com rede de apoio da família. Demonstrou bastante interesse nos temas debatidos na entrevista.

Visto isso, é importante ressaltar que os dados coletados na entrevista foram agrupados em áreas temáticas de acordo com o que já vem sendo debatido nesta dissertação e conforme os objetivos propostos na pesquisa. E a partir disso, criou-se as categorias de análise dentro de cada temática. Sendo assim, na temática do tempo de trabalho das mulheres, chegou-se a quatro categorias de análises conforme exposto na figura 6:

Figura 6- Categorias referentes ao Tempo de trabalho das mulheres



Fonte: Elaborado pela autora

Na categoria 1 sobre as atividades obrigatórias, com o intuito de compreender o cotidiano das mulheres durante período pandêmico, foi feito a elas a seguinte pergunta: “Durante a primeira fase da pandemia de covid 19 como era sua rotina, do momento que você acordava ao momento que você ia dormir em relação às suas atividades obrigatórias (trabalho/serviços domésticos etc.)?”. Todas as professoras ocupavam maior parte do seu tempo com as atividades obrigatórias como planejar aula, ministrar e realizar serviços domésticos, como descrito pelas professoras:

Bem a minha rotina de manhã era preparar o café da manhã cedo para meus pais que são idosos e depois tinha que trabalhar home office e depois próximo ao meio dia eu ia fazer o almoço e a tarde planejava aula, e já de tardezinha fazia a janta quando dava tempo fazia uma atividade física, lia um livro antes de dormir. (Margarida, 2024)

A minha rotina foi mais restrita ao ambiente do lar, quase tudo eu fazia em casa mesmo, aí então eu fazia meus trabalhos da escola e os afazeres domésticos e pôr fim a noite descansava. (Frésia, 2024)

Sendo assim, é possível perceber pela fala das professoras que grande parte do tempo cotidiano delas era preenchido por atividades obrigatórias ligadas ao trabalho docente e o trabalho doméstico, limitando o lazer somente no final do dia. De acordo com Garcia (2009) as mulheres que estão atuando no mercado de trabalho têm se deparado com situações negativas, tais como, a dupla jornada de trabalho, desigualdade na divisão das tarefas domésticas, além da falta de lazer.

Além disso, observasse as múltiplas tarefas, entrelaçando o trabalho docente e os afazeres domésticos em diferentes momentos do dia, pois quando elas não estavam no trabalho doméstico, estavam planejando ou ministrando aulas, como conta a professora Begônia:

Eu acordava já ia fazer meus afazeres domésticos o que ocupava bastante tempo do meu dia, até porque quando a gente está em casa parece que o serviço não acaba, a tarde parava tudo para ministrar minhas aulas e a noite era o tempo que sobrava para planejar as atividades para as próximas aulas, fazer janta e ainda dar atenção ao meu filho. (Begônia, 2024)

Com a fala da professora compreende-se que o ambiente domiciliar se tornou um campo de disputas, principalmente para as mulheres, que tinham seu tempo cotidiano se dividir em diferentes tarefas, em que o tempo de trabalho predominava e interferia diretamente no tempo de lazer. Para Oliveira (2004), o trabalho é tido como a principal

referência de tempo usada pelas pessoas na orientação de sua vida, em que tudo gira em torno do trabalho e dos intervalos de tempo dele.

Na segunda categoria sobre a rede de apoio, foi perguntado as professoras: Você tinha alguma rede de apoio em casa durante a pandemia que contribuía com seu trabalho, afazeres domésticos e/ou cuidados com os filhos? As respostas ficaram bem divididas, pois uma parte das professoras respondeu ter rede de apoio, como podemos ver nas falas: *“Sim meus filhos por serem adolescentes me ajudam muito e minha mãe também”*. (Girassol); *“Sim, tinha meu marido, minha mãe e meu filho que me ajudavam bastante”*. (Frésia); *“Sim, como moro na casa dos meus pais eles me ajudavam”* (Rosa); *“Sim eu tinha pessoas da minha família que me ajudavam, principalmente minha mãe”* (Jasmim).

É importante ressaltar que as professoras que afirmaram ter rede de apoio moram com suas mães, e as que tem filhos, estes já são adolescentes. O que é satisfatório pelo fato dessas mulheres terem com quem contar e assim terem uma melhor divisão entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Para Pessoa, Moura e Farias (2021) os serviços domésticos, mesmo que compartilhados com familiares, ainda continuam sob a responsabilidade das mulheres, assim expressando que persiste uma desigualdade na divisão do trabalho guiada pelo padrão do comportamento social.

Já o outro grupo de professoras responderam não ter nenhuma rede de apoio para as atividades domésticas e nem para o cuidado com os filhos. Como podemos constatar nos trechos das falas: *“Não, realizava tudo sozinha, pois meus pais são idosos e dependem de mim”* (Margarida); *“Não, tudo era feito somente por mim e foi o período que mais me senti sobrecarregada, porque antes da pandemia eu ainda conseguia contar com pessoas da minha família, porém aí com a pandemia isso não foi mais possível devido ao contágio”* (Begônia); *“Não tinha ajuda de ninguém, fazia os trabalhos doméstico só, era bem difícil o meu marido me ajudar”* (Gardênia).

Historicamente foi posto as mulheres pela sociedade esse papel de cuidadora do lar e dos filhos, e mesmo com a entrada delas no mercado de trabalho ainda se perdura este pensamento na sociedade. Majoritariamente, o cuidado com os filhos e com a casa recaem sobre esse grupo, sendo assim atribuído a elas uma sobrecarga física, psicológica, e com jornadas duplas e triplas de trabalho. (Scavone, 2001)

E no contexto da pandemia, essa sobrecarga foi bem mais evidente para as mulheres, as quais ficaram com a responsabilidade de cuidar de tudo. Segundo Vazquez e Mauda (2022), nas casas monoparentais femininas, a demanda por uma rede de apoio se fez ainda mais necessária para que as mulheres conseguissem realizar suas atividades

laborais e para o seu descanso. Quando essa rede de apoio não existia, impactava diretamente nas vivências dessas mulheres, podendo até mesmo ser prejudicial.

Partindo deste pressuposto em relação as demandas enfrentadas pelas mulheres, entra-se na terceira categoria referente a sobrecarga de trabalho. Desta maneira, foi feita as professoras a seguinte indagação: Em algum momento durante o período pandêmico, você se sentiu sobrecarregada? Se sim, você acha que isso afetou suas atividades de lazer? A maior parte das professoras respondeu que se sentiu sobrecarregada durante o período pandêmico, como descrito no trecho das falas abaixo:

Sim, sim foi um período muito delicado, até porque eu quase perco meu pai ele ficou com o pulmão bem comprometido, então eu que tive que cuidar dele, devido os hospitais estarem bem lotados, acabou que assim, eu que fui o esteio da casa para estar ajudando todo mundo por bastante tempo porque meu pai ficou com sequelas, e me senti bem sobrecarregada logo afetou meu lazer porque dei prioridade para saúde dos membros da família e acabei deixando de lado o cuidado do corpo, da mente e o lazer. (Rosa, 2024)

Sim, em vários momentos, pois já me sentia cansada por ter que cuidar de tudo da família, casa e trabalhos, e também tinha vontade de sair para um lazer fora de casa, então tudo isso me afetou bastante. (Margarida, 2024)

Observa-se na fala das professoras que a sobrecarga sentida por elas não foi somente da dupla jornada de trabalho, mas também da responsabilidade de ter que cuidar da saúde de seus familiares. Para Zanello *et al.*, (2022), durante o período pandêmico, as mulheres encontraram-se sobrecarregadas e cansadas, sozinhas na dualidade entre o trabalho profissional e o trabalho de cuidados múltiplos, cuidado muito dos outros e pouco sendo cuidadas, sempre muito disponíveis para os outros e pouco disponíveis para si. Sem contar o sentimento de culpa, devido a inadequação muitas vezes do cuidado em relação aos filhos devido estas estarem cansadas. As professoras relataram também que a rotina de trabalhos foi um dos motivos que as levaram a sobrecarga, como observado no trecho relatado por elas:

Sim me afetou demais, pois quase eu não tinha tempo de sair com meus familiares. Tinha dia que eu queria era só descansar na minha cama no final do dia, as sobrecargas das atividades domésticas e do trabalho me deixavam sem ânimo para nada. Outra coisa com medo do contágio do vírus eu limpava bem mais a casa, as compras do supermercado tudo isso era muito complicado e levava tempo e disposição. (Begônia, 2024)

Sim, principalmente quando meus horários de trabalho coincidiam com os afazeres domésticos, aí eu ficava muito cansada para fazer qualquer outra coisa depois, minha vontade era só descansar. (Frésia, 2024)

Sendo assim, as professoras ressaltaram que a dupla jornada de trabalho foi uma atividade cansativa, principalmente se levarmos em consideração que o trabalho docente durante a pandemia se multiplicou, em razão de que as professoras precisavam está à disposição para atender a pais e alunos em diferentes momentos do dia. Segundo Pessoa, Moura e Farias (2021) com a invisibilidade do modelo presencial para a condução do trabalho docente, que bem antes da pandemia já tinha características de sobrecarga de horas fora daquelas realizadas no ambiente escolar, o ambiente doméstico assume toda a carga laboral e absorve ainda mais todas as outras atividades cotidianas.

Para Garcia (2009), o cansaço das mulheres após o trabalho é um fator importante, em razão de que elas estão esgotadas e ainda assim seguem sua dupla jornada até que concluam grande de suas atividades familiares.

A quarta categoria discute sobre a disponibilidade para o tempo livre das professoras. Sendo assim, foi perguntado a elas se: após a realização de suas atividades obrigatórias, você conseguia reservar um tempo livre para a prática de atividades de lazer? Algumas deram ênfase imediata dizendo que sim, pois indicaram que realizavam atividades de lazer, como visto nas falas das professoras: Margarida “*Sim em alguns dias eu conseguia fazer atividades físicas*”; Gardênia “*Sim, fazia atividade física em casa sempre que eu podia*”; Jasmim “*Sim assistia Televisão, ficava no celular*”; Frésia “*Sim, pois, como gosto muito de ler eu aproveitei bastante para realizar essa atividade de leitura*”.

Pela fala das professoras, fica evidente que algumas delas tiveram facilidade de dispor de um tempo para realizar atividades de lazer, sempre que podiam. Já para outro grupo de professoras, esta dinâmica se tornou mais problemática, como é possível constatar no trecho das falas abaixo:

Olha nesse período eu fiquei sem fazer exercício físico e assim foi um momento muito difícil porque é a gente precisa se cuidar um pouco, tanto mentalmente quando do corpo, mas, nesse período eu deixei de fazer essas atividades que para mim também é lazer. As vezes consegui ler um livro ou ficava nas redes sociais, descansava. (Rosa, 2024)

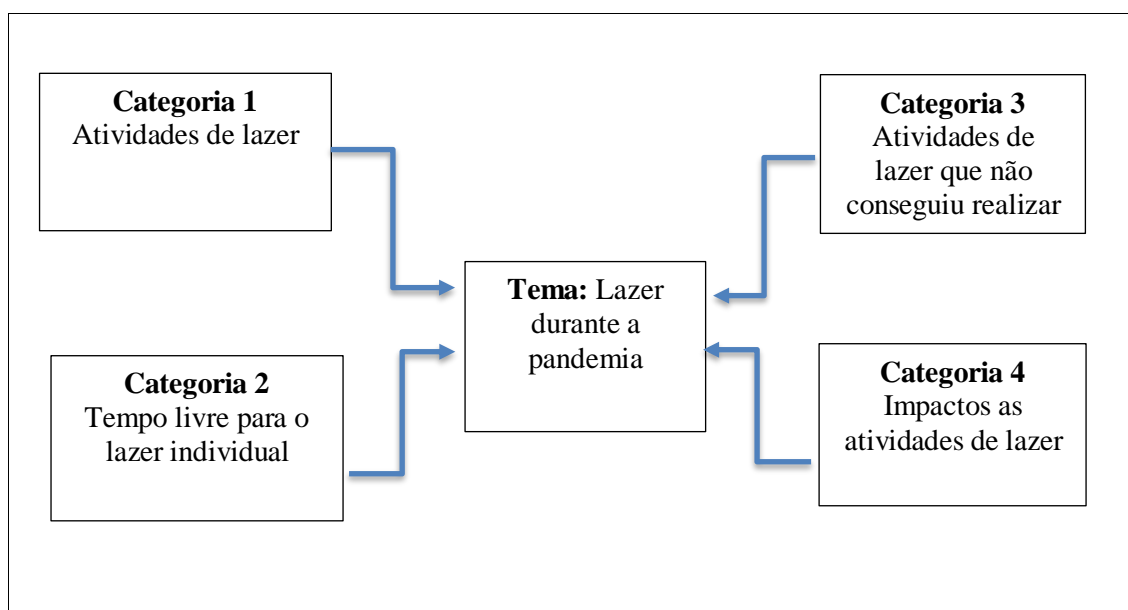
Algumas vezes sim, eu buscava descansar um pouco, assistia um filme ou serie, ficava no celular, me embalava na rede com meu filho, coisas assim para me distrair e relaxar um pouco dos trabalhos. (Begônia, 2024)

Olha eu tentava, então sempre que dava nos intervalos das atividades domésticas e das minhas aulas eu buscava fazer algo prazeroso, como falei assistir série ou experimentar receitas ou tirar um cochilo. (Girassol, 2024)

O desfrute do tempo livre para as atividades de lazer das professoras dependia bastante do seu tempo com as atividades obrigatória, e na fala das três professoras, foi possível observar que elas também utilizavam o tempo livre para atividades de descanso ou atividades ligadas ao lazer virtual e intelectual, como navegar na internet e nas redes sociais. De acordo com Pessoa, Moura e Farias (2021) as transformações ocasionadas pela pandemia acabaram sobrecarregando o tempo social e até mesmo impossibilitando o autocuidado das mulheres. Vale ressaltar que o trabalho docente, trabalho doméstico e as obrigações com o cuidado familiar ocuparam a composição do tempo social das mulheres, mesmo diante a um quadro agravante de saúde pública.

Assim, para melhor compreender o que esse grupo de professoras gostava de realizar no seu tempo livre, será discutido a seguir sobre o lazer durante a pandemia. Para isso, conforme a figura 7, apresenta-se três categorias de análise.

Figura 7- Categoria referente ao lazer durante a pandemia



Fonte: Elaborado pela autora

Na categoria 1 versa sobre atividades de lazer, sendo assim, foi perguntado as professoras: Quais atividades de lazer você realizava com mais frequência durante a pandemia de covid-19? A maioria das professoras reportou as atividades de lazer realizadas em família. Como descreve a professora Margarida: “*Ia para um balneário*

tomar banho de rio nos finais de semana com minha família”. Em alguns finais de semana ela conseguia ter um momento de lazer em família. Já a professora Frêsia afirma que “*Eu assistia filmes, series com meu esposo ou fazia leitura*”. Professora Gardênia também relata que “*Assistia filme, frequentava balneário com minha família, caminhava na praça*”. Algumas professoras também afirmavam que quando “sobrava” um tempo, elas realizavam atividades de lazer em família, como apresenta-se no trecho das falas abaixo:

Deixava de fazer não tinha quase nenhuma atividade, assim fora de casa em família, fazíamos tudo em casa mesmo assistíamos televisão ou conversávamos, a não ser quando íamos em aniversário. Ficava, mas em casa as vezes no celular. (Rosa, 2024)

Saía para passear de carro com minha família quando dava, ia comer alguma coisa fora, levava meu filho no parquinho ou no shopping, assistia filme ou ficava no celular também. (Begônia, 2024)

Bem, eu assistia filme e series, testava receitas, e quando dava no final de semana saía com meu esposo, filhos e amigos para passear e espalhar a mente. (Girassol, 2024)

Observa-se que as professoras ao se referirem as atividades de lazer realizadas no tempo livre, elas usam a expressão “quando dava”, ou seja o lazer só era realizado quando o tempo livre não sofria interferência de outros fatores. Para Roberto, Macedo e Morais (2020) o tempo livre é objeto escasso em “um tempo sem tempo”, o qual predomina a pressa, as mensagens e respostas rápidas, o individualismo, as relações superficiais, o excesso de informações, de atividades e de trabalho. E todos estes aspectos provocam impactos no tempo livre para lazer das pessoas em sociedade.

Com as professoras mencionando sobre o lazer realizado em família, e para compreender se estas mulheres conseguiam tirar um tempo para si, e que entramos na categoria 2 sobre o tempo livre para o lazer individual. Sendo assim, foi perguntado as professoras: Durante a pandemia, você conseguia tirar um tempo livre para o seu lazer individual além do familiar/grupo? A maioria das professoras respondeu que não conseguiu usufruir de um momento de lazer individual, como podemos analisar na fala da professora Rosa: “*Não consegui, porque precisava dar uma assistência para minha família e acabava que não conseguia tirar um tempo só para mim*”. Como descrito pela professora, ao longa da entrevista, ela mora com os pais e precisava, além de assumir todas as reponsabilidades domésticas, dar assistência aos cuidados do pai. Já a professora Begônia afirma que:

Não, o meu lazer durante esse tempo na maioria das vezes era sempre em família, na verdade eu priorizava o lazer do meu filho por ser criança. Mas, assim eu queria ter tido um tempo maior para mim, eu senti falta, tanto que hoje eu estou a cada dia tentando me priorizar mais, isso está sendo tão bom para minha mente. (Begônia, 2024)

Neste caso, a professora ressaltou ter mais momentos de lazer em família, mas sentiu falta de um momento de lazer individual. Sobre essa vontade de pensar no lazer individual para as mulheres, Bonalume (2022) comenta a respeito do desejo de um lazer orientado para uma realidade de igualdade de direitos, em que cada mulher possa ter a possibilidade de se recriar, cuidar de si, de viver bem. Porém, para isso, é necessário ter liberdade para buscar momentos prazerosos, conquistar o tempo de lazer, além de ter oportunidade de criar acontecimentos que expandissem a autonomia sobre os direitos, vontades e desejos das mulheres.

Em pesquisa realizada por Ávila e Ferreira (2014), sobre o trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres, as pesquisadoras afirmaram que as mulheres partícipes da sua pesquisa tiveram que ser estimuladas para falar do lazer. Segundo as autoras, as mulheres caracterizaram o lazer como atividades que envolvam os filhos, diferentes dos homens, que indicam as atividades de lazer fora de casa, na presença de amigos. Portanto, as mulheres que são mães não desvinculam o lazer da presença dos filhos, o que para elas se torna uma tarefa complexa. Além disso, muitas delas tem dificuldade de cuidar ou olhar pra si.

A categoria três versa sobre as atividades de lazer que as professoras não conseguiram realizar. Desta forma, foi realizada a seguinte indagação: O que você gostaria de fazer em seu tempo livre e não conseguiu realizar durante a pandemia de covid-19? Entre as respostas dadas pelas entrevistadas, destaca-se o lazer físico- esportivo e o lazer turístico, como podemos constatar nas falas descritas a seguir:

Era voltar a academia que eu gostava muito de ir à academia, caminhar e eu deixei de fazer essas atividades. (Rosa, 2024)

Eu gostaria de ter tido mais tempo para realizar uma atividade física de cuidar de mim sabe. (Begônia, 2024)

Queria ter feito mais atividade física como caminhada, pois antes quando eu fazia eu me sentia muito bem. (Girassol, 2024)

Percebesse que as professoras tiveram dificuldade de realizar atividades de lazer físico-esportivo durante o período pandêmico. Quando questionadas o porquê elas não conseguiram realizar estas atividades, todas afirmaram que a falta de tempo e o cansaço das atividades diárias dificultou com que elas conseguissem vivenciar o lazer físico-esportivo.

Outro grupo de professoras destacou o lazer turístico como atividade que elas não conseguiram realizar durante a pandemia, como observado nas falas: “*Bom, eu consegui realizar quase tudo, uma coisa que ainda não consegui foi viajar*” (Gardênia); “*Sair para lugares abertos ao ar livre e viajar*” (Jasmim); “*Sair de casa para conhecer outros lugares, viajar*” (Fréssia).

Vale ressaltar que durante a pandemia, devido ao alto contágio da doença, muitos pontos turísticos foram fechados e reabertos no decorrer da pandemia. Diversas pessoas acabaram remarcando suas viagens devido ao medo de contaminação do vírus, fato este que prejudicou diretamente as atividades ligadas ao lazer turístico.

A categoria quatro disserta sobre os impactos ocasionados pela pandemia às atividades de lazer das professoras. Para isso, foi perguntado a elas: Você acha que a pandemia trouxe impactos ao seu tempo dedicado as atividades de lazer? Com a palavra as professoras:

Sim, porque eu acabei não realizando mais as atividades de lazer que eu gostava, como minhas atividades físicas. (Rosa, 2024)

Sim, porque logo no começo da pandemia a gente não podia ter aquele contato com outras pessoas aí foi muito complicado e acabou afetando meu lazer. (Margarida, 2024)

Sim, pois foi um período que me senti muito sobrecarregada, e isso impactou também meu lazer, porém o fato de ficar só dentro de casa já estava me estressando, queria ter um lazer fora de casa. E Quando foi reabrindo os lugares eu ainda evitava sair muito com medo de pegar covid. (Begônia, 2024)

Sim, em partes, me sentia disposta e sentia prazer de realizar atividades dentro de casa, porém nas atividades externas né como passeios, caminhadas me senti limitada por não conseguir realizar da forma que eu queria devido a pandemia. (Girassol, 2024)

Sim, porque eu gostava muito por exemplo de atividade física de ir a academia e quando fechou isso trouxe impacto a minha rotina porquê e algo que eu gostava muito né. (Gardênia, 2024)

Sim, principalmente quando fomos impedidos de sair de casa e fazer atividades de lazer fora de casa. E mesmo com a reaberturas das coisas eu ainda tinha um pouco de medo do contágio do vírus. (Jasmim, 2024)

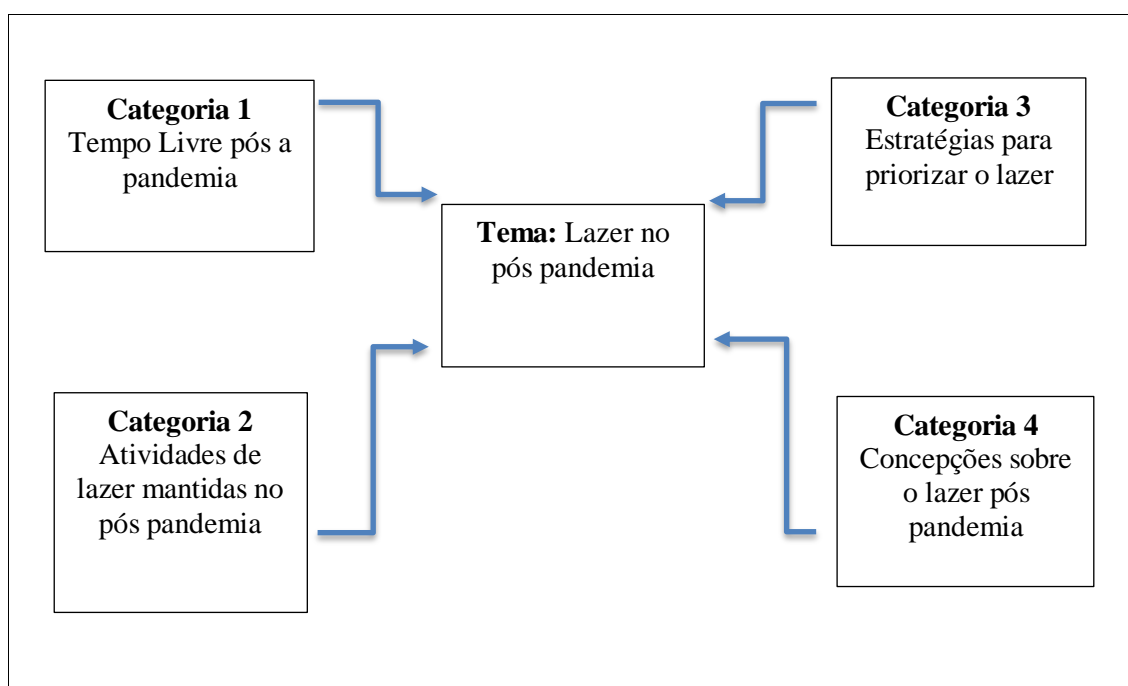
Sim com certeza, eu deixei de fazer coisas que eu gostava, tive que me adaptar ao que a gente estava vivendo aí no período da pandemia (Fréssia,2024)

Verifica-se que todas as professoras afirmaram que suas atividades de lazer foram impactadas pela pandemia, principalmente as atividades que estas mulheres estavam acostumadas a realizar fora do ambiente doméstico. Como ressalta Montenegro, Queiros e Dias (2020), a pandemia propôs um modelo de distanciamento social, o qual provocou uma menor circulação de pessoas nas ruas, mudanças nas modalidades de trabalho passando do presencial para o remoto. Conseqüentemente, houve uma diminuição do convívio com outras pessoas e da própria sociabilidade. E todos estes fatores impactaram direta e indiretamente diferentes setores na sociedade, que vão desde a educação, saúde, cultura e lazer.

Vale ressaltar que uma das professoras relatou que a sobrecarga de múltiplas tarefas impacta negativamente nas possibilidades de lazer. Essa fala vai ao encontro do que Pessoa, Moura e Farias (2021) constataram em sua pesquisa, sobre a composição do tempo social na pandemia de professores. Esta pesquisa observou que a qualidade de vida, a organização do trabalho, os trabalhos domésticos e o confinamento, proporcionou sensações de sobrecargas, restringindo as possibilidades de lazer das mulheres.

A seguir, dentro da temática lazer no pós pandemia, foi analisado três categorias, conforme a figura 8, são elas: Tempo livre pós a pandemia, atividades de lazer mantidas no pós pandemia, estratégias para priorizar o lazer.

Figura 8 – O Lazer no pós pandemia



Fonte: Elaborado pela autora

Sendo assim, foi realizado o seguinte questionamento: “O que você gostaria de fazer em seu tempo livre e atualmente não faz? E por que razões você não consegue realizar?” Conforme narrado pelas professoras, a maioria delas respondeu que gostaria de viajar, como descrito a seguir:

Viajar com a minha família eu gostaria muito, mas agora por enquanto estamos construindo nossa casa aí não está sendo possível. (Margarida, 2024)

Eu queria muito viajar, porém não dá, por falta de dinheiro mesmo. Tudo tão caro e o fato de só sair de Macapá de avião ou navio atrapalha também, pois se tivessem estradas ajudaria. (Begônia, 2024)

Viajar, faz uns anos que estou me programando, mas ainda não pude, por falta de recurso financeiro mesmo. (Gardênia, 2024)

Bom né eu queria viajar, mas por falta de dinheiro não dá, preciso me organizar quanto a isso financeiramente. (Jasmim, 2024)

Eu gostaria de viajar pra conhecer outros lugares, mas por motivos econômicos e também falta de tempo. (Fréssia, 2024)

As atividades de lazer que as professoras mais gostariam de realizar está ligada ao lazer turístico, porém, o que dificulta o usufruto deste é a questão financeira. Vale destacar a fala da professora Begônia, a qual afirma que a entrada e saída do estado do Amapá só acontece por meio de avião ou embarcações. Vale ressaltar que o Amapá é o único estado brasileiro que não possui conexão via terrestre com o restante do país.

Sobre os fatores econômicos apontados pelas professoras, refere-se ao preço das passagens aéreas, que de acordo com os relatórios do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)¹⁹, o preço das passagens aéreas subiu para 47,42% ao longo de 2023, e desde o início da pandemia, vários outros ajustes já foram realizados. Sampaio (2024) afirma que o setor aéreo ainda se recupera dos impactos deixados pela pandemia de Covid-19.

Na segunda categoria se debate em torno das atividades de lazer mantidas no pós pandemia. Para isso foi feita a seguinte indagação as professoras: “Teve alguma atividade de lazer que você começou a realizar somente na Pandemia? Se sim, você conseguiu

¹⁹ IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=o-que-e>. Acessado: 13/01/2025

manter esta atividade atualmente?” Todas as professoras responderam que não houvera nenhuma atividade em especial, como podemos observar na fala da professora Fréssia “Não, não teve nenhuma atividade de lazer além das que eu já fazia”. Entretanto, duas professoras relataram sobre a falta de tempo que conseqüentemente fez elas diminuírem a frequência com que realizavam algumas atividades de lazer. Como descrito nas falas a seguir:

O que eu consegui a aproveitar na pandemia era aos finais de semana maratona series e filmes né, mas hoje meu tempo está mais limitado para isso, porque no final de semana ainda uso pra planejar aula, estudar, vou a igreja, faço faxina, quase não consigo mais ter tempo para assistir serie (Begônia, 2024).

Bom acho que não teve nenhuma em especial, assim que comecei só na pandemia, eu já fazia antes muitas coisas, posso dizer que na pandemia tinha mais tempo para testar minhas receitas culinárias, o que hoje já não consigo mais com a mesma frequência devido a correria do dia-dia, trabalho (Girassol, 2024).

Ao analisar as falas das professoras, verifica-se que a falta de tempo para as atividades de lazer é decorrente das tarefas ligadas ao trabalho docente e as outras funções do cotidiano delegadas às mulheres. Conforme Viegas (2022), especialmente as mulheres em trabalhos como o de professoras, é necessário considerar o entrelaçamento das múltiplas tarefas, como o trabalho profissional e o doméstico, o que implica em uma disputa para a conciliação de tempo entre estas duas esferas. Porém, o fato das professoras realizarem tarefas escolares no espaço de casa, faz com que estas tenham menos tempo de realizar o trabalho doméstico e conseqüentemente, também menos tempo para outras atividades como as de lazer.

Na terceira categoria são apresentadas as estratégias utilizadas pelas professoras para priorizar o lazer. Desta forma, foi realizada a seguinte pergunta: “Você utiliza alguma estratégia para manter suas atividades de lazer? Quais?” Como podemos observar no trecho das falas a baixo:

Sim é eu faço os meus deveres cedo como mãe e os deveres de casa e do trabalho, pra justamente quando chegar naquele horário eu ter aquele meu momento de treinamento sagrado na academia e em outras atividades de lazer. (Rosa, 2024)

Olha eu tento né definir metas, tarefas do trabalho e compromissos que não interfiram no meu momento de lazer. (Margarida, 2024)

Sim, é eu tento organizar meu tempo de trabalho para que não interfira no meu lazer. (Gardênia, 2024)

Bem eu busco geralmente adaptar minhas atividades de lazer ao meu tempo disponível. (Frésia, 2024)

Eu busco atualmente me priorizar mais quanto minhas atividades de lazer, antes eu não dava tanta importância, então eu me organizo financeiramente e também nas minhas atividades diárias como trabalho, cuidado com meu filho e minha casa. Assim né, tento no meu dia -dia mesmo tirar um tempo pra ficar deitada mexendo no celular ou assistido tv ou fazendo outra atividade de lazer. (Begônia, 2024)

Sim eu gosto de dedicar meus finais de semana para fazer coisas que eu gosto. (Jarmim, 2024)

Sendo assim, observa-se que uma das estratégias feita por elas é a organização do seu tempo com as atividades obrigatórias, para depois desfrutarem de momentos de lazer. Portanto, o tempo de lazer dessas mulheres depende do tempo que “sobra”, após as atividades docentes e tarefas do cotidiano. Para Freitas Junior *et al.*, (2021), o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho (lazer/tempo livre) aparentemente se apresentam como algo distinto, porém, se desenvolvem dentro de uma unidade, em que o tempo livre fica sob dependência do tempo de trabalho e das condições em que esse se apresenta.

É importante lembrar que a organização do tempo, tanto da sua redução ou equalização, dentro das atividades obrigatórias para as professoras, só é possível ser realizado no âmbito residencial, porque quem determina o tempo de trabalho no ambiente da escola não é as professoras, e sim seus empregadores.

Partindo deste princípio, de acordo com Freitas Junior *et al.*, (2021), o lazer é visto em sociedade como antagônico ao trabalho, e essa compreensão empírica, é determinada pelas condições de trabalho, em razão de que o trabalho permite garantir as condições de estar vivo, no capitalismo ou em qualquer outra forma societal. E para essa visão ser superada, só seria possível caso as trabalhadoras conseguissem uma redução em sua jornada de trabalho, sem redução de salários. Só assim seria possível compreender as relações do tempo de livre e de trabalho de forma menos compensatória.

Na quarta categoria disserta-se a temática sobre as concepções de lazer pós pandemia. Para tanto, foram realizadas duas indagações, sendo elas: “Defina na sua opinião, o que você entende por lazer?” E “você acha que sua concepção sobre o lazer mudou nesse contexto pós pandemia?”

Sendo assim, quando realizado o primeiro questionamento a professora Rosa afirmou que: “Lazer pra mim é quando a gente se sente bem, com bem estar mental,

físico, e se sentir bem pra fazer coisas que gostamos e nos divertimos". Já para Margarida, *"o lazer pra mim, eu vejo como uma série de atividades que o indivíduo pode praticar em seu tempo livre e disponível"*. A professora Begônia compartilha da mesma opinião quando ressalta que: *"Eu vejo o lazer como todas as atividades que a pessoa pode fazer em seu tempo livre e que ajuda na distração"*. O lazer para a professora Girassol *"eu entendo como atividades que provocam prazer, entretenimento, distração e motivação"*.

Desta maneira, observa-se que o lazer para as professoras é visto como toda atividade realizada no tempo livre que não tenha vinculação com as atividades obrigatórias. Gomes (2014) ressalta que o lazer representa a necessidade de desfrutar ludicamente as diferentes atividades sociais constituídas culturalmente. E essas necessidades consolida-se por meio da ludicidade e pode ser vivenciada de múltiplas formas, de acordo com a vontade dos sujeitos, grupos e instituições em diferentes contextos sejam eles históricos, sociais e culturais.

Para professora Frésia o lazer é entendido *"(...) como momentos em que eu posso me divertir e descansar, relaxar"*. Desta forma, o lazer está ligado ao simples fato de descansar, não fazer nada. De acordo com Gomes (2014), o lazer também pode ser compreendido como uma prática cultural com características introspectivas, como atividades de meditação, contemplação e relaxamento, sendo assim, estas atividades podem constituir notáveis experiências de lazer.

Já no segundo questionamento apenas uma professora afirmou que a sua concepção sobre o lazer é a mesma de antes da pandemia. Porém, todo o restante das professoras respondeu que a pandemia resultou em mudanças em seu entendimento sobre lazer, como podemos verificar nos trechos a seguir:

Sim, minha concepção mudou a pós a pandemia, porque hoje vejo o quanto o lazer faz bem as pessoas, a gente se sente bem e precisa dar essa prioridade pra cuidar do corpo, da mente porque senão a gente adocece e o lazer ajuda nesse sentido. (Rosa, 2024)

Pra mim o lazer nunca mudou, porque ele sempre foi importante na minha vida e da minha família até antes da pandemia. (Margarida, 2024)

Sim, hoje depois de tudo que passamos na pandemia, vejo o lazer como uma necessidade pois ele ajuda a trazer alegria e bem-estar pra nossa vida, olha eu amo ir tomar um café da tarde e conversar com meu esposo depois de um dia de trabalho, sair pra passear com minha família, me divertir, coisas que antes eu não dava tanta relevância e priorizava mais meu trabalho e se desse me divertia com uma atividade de lazer. Hoje o lazer também é minha prioridade. (Begônia, 2024)

Sim, a pandemia me fez ter motivação para sentir prazer em atividades que antes eram corriqueiras como assistir um filme, ler um livro, cuidar das plantas, dos seus pet's... ai né Dentro desse contexto, com certeza considero importante o lazer Sim. Acredito que a sociedade como um todo precisou reinventar suas formas de diversão e entretenimento, eu busco mecanismos de lazer na minha vida, já que é o que me motiva a ter mais ânimo para encarar a rotina tão corrida é cansativa (Girassol, 2024)

Um pouco, porque eu sempre fui muito ativa, mas devido tudo que passamos agora eu me dedico ainda mais ao lazer. (Gardênia, 2024)

Sim mudou, hoje consigo ver o quanto ele é importante na minha vida. (Jasmim, 2024)

Sim mudou, pois antes né da pandemia nós tínhamos liberdade de escolha, porém, durante a pandemia tivemos que adaptar nosso lazer, pois ele ficou mais restrito e isso me fez enxergar a importância dele na minha vida atualmente. (Frésia, 2024)

Como descrito nas falas das professoras, a pandemia e tudo o que ela provocou na vida das pessoas, fez com que se atribuísse mais importância ao lazer. A privação de liberdade ocasionada pelo isolamento social, obrigou as pessoas a buscarem outras formas de lazer, ou até mesmo dar importância a atividades que antes passavam despercebidas, como as citadas pela professora Girassol em sua fala.

Clemente e Stoppa (2020) comentam que o isolamento social transformou e adaptou as práticas de lazer, pois este restringiu as escolhas das pessoas ao ambiente doméstico, além de tornar as barreiras sociais ainda mais evidentes. O adaptar-se à realidade daquele momento não só fez que as pessoas experimentassem com mais frequência outras vivências de lazer, como também fez com que elas reconhecessem a importância deste em sua vida. Principalmente quando se busca compreender o lazer com outros fenômenos da vida cotidiana (Gomes, 2014)

O fato da pandemia trazer impactos significativos em diferentes setores da sociedade, e até mesmo na saúde mental das pessoas, gerou muitas emoções negativas, reforçando problemas ligados ao estresse, ansiedade, depressão, indignação. Consequentemente, este período implicou na diminuição das emoções positivas, como felicidade, emoção, prazer entre outros (Conceição, 2021).

Além do mais, o tempo para as atividades de lazer também foi impactado pelas demandas ligadas ao trabalho docente, as atividades domésticas, ao cuidado afetivo com a família. Todas essas situações consumiram tempo que poderia ser destinado as atividades de lazer. Assim, pode-se concluir que todos esses fatores foram fundamentais para a ressignificação do olhar das professoras ao lazer no contexto atual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação centrou-se em debater a temática lazer de mulheres com foco no período pandêmico. Desta forma, a pesquisa buscou compreender as atividades de lazer que vêm sendo realizadas por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá, durante e após o ciclo pandêmico.

Metodologicamente, este estudo se caracterizou por ter uma abordagem mista de caráter qualitativo-quantitativo. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, aplicado para um grupo de 37 professoras e uma entrevista semiestruturada, realizada com um grupo de sete professoras. A seleção destas docentes, para a entrevista, foi feita mediante uma amostragem por acessibilidade ou conveniência. Para a análise dos dados, foi utilizado o programa estatístico SPSS-20, para os dados quantitativos, e para os qualitativos, utilizou-se a análise de conteúdo.

Esta pesquisa me fez refletir que apesar de toda luta dentro dos movimentos sociais e feministas, para busca de direitos e igualdade de gênero dentro da sociedade, muito ainda precisa ser feito, pois a desigualdade de gênero está posta de diferentes formas. Mesmo com a criação de políticas públicas para as mulheres, é possível observar a disparidade por meio do gênero, onde homens e mulheres podem até ter os mesmos direitos, porém, não tem o mesmo acesso, tratamento e oportunidade.

E esta desigualdade reflete em diferentes campos sociais, assim como também nas escolhas feitas por homens e mulheres, que vão desde a escolha de um trabalho, nas atividades domésticas, no tempo livre e nas atividades de esporte e lazer.

Desta forma, observa-se que há uma dificuldade em romper um ciclo de dominação masculina, o qual limita e desencoraja muitas mulheres na busca de seus objetivos. Diga-se que o próprio acesso das mulheres no mercado de trabalho aconteceu de forma tardia; inicialmente, as mulheres foram alocadas em situações de trabalho precário e com baixos salários, fato este que até hoje é discutido dentro das pautas políticas e sociais. Portanto, a desigualdade de renda entre homens e mulheres influencia vários aspectos da vida social, entre eles, o acesso ao lazer.

O próprio trabalho com a docência foi imposto às mulheres a partir de um pensamento hegemônico patriarcal, de que elas tinham vocação para carreira, uma vez que estas eram vistas com o perfil maternal, o qual atendia as perspectivas da sociedade. Desta maneira, as mulheres ganharam a liberdade do trabalho fora de casa, do acesso a

renda, mas não se libertaram das tarefas ligadas ao trabalho doméstico, e ao cuidado da família.

O resultado de todas essas responsabilidades e desigualdades, sobretudo em relação a divisão de tarefas, ocasionou as mulheres uma sobrecarga, a qual traz impactos diretos e indiretos para a condição que estas têm de praticar lazer. Os estudos apontados ao longo deste trabalho mostram que a pandemia de covid-19 gerou uma carga de trabalho ainda maior para as mulheres, sobretudo para as professoras, que passaram a ter no lar, uma intensificação da disputa entre tempo de trabalho e tempo de lazer.

Dentre os resultados colhidos, destaca-se que as professoras participantes da pesquisa tinham idades entre 20 a 59 anos; a maioria autodeclarou-se parda; o estado civil predominante foi solteira; a maioria são mães e não tem, ou não tiveram, rede de apoio para o cuidado com os filhos.

Sobre as atividades de lazer durante a pandemia, na primeira fase da pesquisa, foi possível constatar que as atividades ligadas ao lazer turístico, físico-esportivo, artístico e social foram os que tiveram impactos significativo dentro da rotina das professoras, porém, a vivência do lazer intelectual, durante período pandêmico, aumentou, principalmente das atividades ligadas as redes sociais e plataformas de *streaming*.

Entre as atividades obrigatórias, que tomavam um maior tempo dentro da rotina das professoras, destacam-se o trabalho remoto, o cuidado com os filhos, cuidado com a casa e afazeres domésticos, estudar e fazer cursos.

Sobre o tempo dedicado ao lazer, na segunda fase da pandemia, com a reabertura dos espaços públicos e privados, as professoras declararam manter uma frequência de 1 a 3 vezes na semana as atividades de lazer. Porém, apontaram que umas das maiores dificuldades para a vivência nas atividades de lazer estavam ligadas a falta de locais apropriados. No contexto atual, a maioria das professoras conseguiu ampliar sua prática com diferentes atividades de lazer, afirmando que essas atividades contribuem para socialização, divertimento, saúde mental, relaxamento e distração.

Já o grupo de professoras participantes das entrevistas indicou que o ambiente domiciliar, durante a pandemia, se apresentou como um campo de disputas, pois as múltiplas tarefas exercidas pelas mulheres limitavam seu tempo dedicado ao lazer. Nem todas as mulheres contavam com rede de apoio, o que ocasionou em uma sobrecarga causada pelo trabalho docente, pelas atividades domésticas e pela responsabilidade de cuidar de seus familiares.

O tempo livre das professoras dependia do seu tempo de trabalho, sendo assim, nem todas elas tinham a mesma disponibilidade para as atividades de lazer. Vale ressaltar que a maioria delas apontou atividades de lazer social em família, como atividades que elas mais realizavam. Todas elas consideraram que seu lazer foi impactado pela pandemia, principalmente o lazer exercido fora do ambiente domiciliar. Entre as atividades que elas queriam ter feito, durante a pandemia, mas não conseguiram, por falta de tempo ou devido recursos financeiros, estão ligadas ao lazer físico-esportivo e o lazer turístico.

As estratégias utilizadas pelas professoras, para praticar lazer, estavam relacionadas com a organização do trabalho docente, bem como, das demais tarefas cotidianas. O lazer para as professoras corresponde a todas atividades que não tenham vinculação com as atividades obrigatórias. Todas as docentes acreditam que a própria concepção sobre o lazer mudou, pois, depois de tudo que foi vivido, em período pandêmico, elas passaram a dar mais importância ao lazer.

Esta pesquisa possui limitações uma delas está relacionada a dificuldade de encontrar pesquisas sobre o tema de lazer e professoras em período pandêmico, estudos estes que pudessem retratar a realidade local do Estado do Amapá e contribuir com a discussão dos resultados. Outra limitação encontra-se no fato de que a pesquisa foi realizada somente em uma escola pública, localizada na capital do estado. Sendo assim, talvez não retrate a mesma realidade vivenciada por professoras atuantes e residentes em áreas indígenas, quilombolas e rurais.

Deixo a sugestão de que estudos posteriores possam ser realizados para debater o tema do gênero e lazer na Região Norte, com o intuito de complementar as questões levantadas nesta pesquisa. Além disso, é importante incluir outros grupos sociais de mulheres além das professoras.

Outra sugestão é fomentar o debate a respeito das estratégias de ações que contribuam com a equidade de gênero, nas diretrizes e projetos ligados as práticas sociais e culturais de lazer. Para tanto, é necessário que o poder público fortaleça políticas para que as mulheres possam acessar e permanecer de forma mais qualificada em práticas de lazer, uma vez que as professoras participantes desta pesquisa apontaram que a falta de espaços públicos adequados e seguros é uma das principais barreiras para o acesso ao lazer.

Por fim, esta pesquisa traz uma relevância científica e social à área da Educação e da Educação Física, uma vez que nos faz pensar o papel das políticas públicas de lazer

para as mulheres. Além disso, revelam a importância em discutir as vulnerabilidades provocadas por discursos velados patriarcais e segregadores que naturalizam a sobrecarga das mulheres, as quais impactam diretamente sua vida e seu tempo destinado as atividades de lazer. Como já dito, mesmo com todas as conquistas feministas dentro da sociedade, as desigualdades de gênero persistem ao longo do tempo, daí a importância de dar visibilidade a essa temática perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fernanda Santos de. Lazer, Gênero e Pandemia: Percepções e Experiências de Professores e Professoras de Educação Física da Rede Pública de Ensino de Sete Lagoas/MG. **Licere**, Belo Horizonte, v. 25, n. 4. dez./2022.

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, 2003.

ALIMENA, Carla Marrone. **A tentativa do (Im) Possível: feminismos e criminologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

ALMEIDA, Celina Sales de. **Feminismo Negro: luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil**. 1.ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020

ALBERTO, Álvaro Adolfo Duarte; GUIMARÃES, Alexandre Magno; MONTENEGRO, Gustavo Maneschy. Lazer, Cultura e Esporte: desafios e enfrentamentos para as políticas públicas. In HACK, Cássia; PUREZA, Demilto Yamaguchi; MONTENEGRO, Gustavo Maneschy (Org.). **Diagnóstico das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Município de Macapá**. 1. ed. Macapá, AP: Rede CEDES-AP/UNIFAP; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

ALVES, Aline Bernardes *et al.* Funcionalidade na perspectiva das redes de apoio no puerpério. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, 22 (3): 675-681 jul-set., 2022.

AMARAL, Gisele Alves. Os Desafios da Inserção da Mulher no Mercado de trabalho. **Intinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 2, n. 13, 2012.

AMARAL, Pedro Henrique Vicente do; NASCIMENTO, Sandra Cristina da Silva; PINTO, Simone Alves D' Oliveira Titiry. O Impacto da covid-19 na Saúde Mental da Mulher Provedora do Lar. **Revista ft**, 2023.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade de consumo e trabalho. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. VII, nº 2, set. 2007.

AQUILINI, Guilmar de Haro, COSTA, Patrícia Lino. O sobre- desemprego e a inatividade das mulheres na metrópole paulista. **Estudos Avançados**, v. 17, n 49, 2003.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do Início do Século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, p. 452-477, maio/ago. 2013

ATHAYDE, Pedro Fernando Avolone. Relações entre Políticas Sociais e o Direito ao Lazer: desafios frente á pandemia e o agravamento da “questão social”. **Licere**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, jun. 2022.

ÁVILA Maria Betânia; FERREIRA Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão; 2014

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de; MENEZES, Wilson Ferreira; e FERNANDES, Cláudia Monteiro. Fora de lugar: Crianças e adolescentes no mercado de trabalho. **Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET**, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Mauro Virgílio Gomes; REIS, Rodrigo Siqueira; HALLAL, Pedro Curi; FLORINDO, Alex Antonio; FARIAS JÚNIOR, José Cazuza de Farias. **Análise de dados em atividade física e saúde**. Londrina, PR: Midiograf, 2012.

BARROS, Valquíria da Silva. Produtividade acadêmica e isolamento social: um retrato das assimetrias de gênero na universidade brasileira. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO**. v. 2, n. 26, 2022.

BARBOSA, Cátia Dias. **O lazer e o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos: estudo de um grupo de excursionistas**. Dissertação (mestrado). Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra, Escola de Educação Superior, Coimbra, 2017.

BASTOS, Jennifer Ester de Sousa; SOUSA, Júlia Maria de Jesus; SILVA, Pollyana Mattias Narciso; AQUINO, Rafael Lemes de. O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023.

BATINGA, Georgiana Lunga; PINTO, Marcelo de Rezende. Lazer?! Para mim?! Consumo de Lazer por mulheres de baixa renda. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 78-97, set./dez. 2019.

BATISTA, Fabiano Eloy Atílio; ANJOS JUNIOR, Edwaldo Sérgio dos; NEVES, Mariana Rodrigues da Costa. Lazer em Tempos de Pandemia da COVID-19: uma revisão da literatura. **Licere**, Belo Horizonte, v.25, n.2, jun/2022

BAYLÃO, André Luís da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. *In XI Simpósio de Excelência Gestão e Tecnologia*. Rio de Janeiro: 22-24 de outubro, **Anais**, 2014

BETTI, Marcela Uceda. **Pierre Bourdieu e a Dominação Masculina**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2011.

BERTOLLO, Sandra Helena Joris; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: percurso de uma pré política de esporte e lazer. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 783-796, abr./jun. 2017.

BERTOLLO, Sandra Helena Joris, SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Políticas Públicas de Esporte: Um recorte do plano do plano nacional de políticas para mulheres. *In XXI Jornada de Pesquisa, Anais*, UNIJUÍ, 2016.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. *Aletheia*, maio/dez. 2012.

BONALUME, Claudia Regina. Esporte e Lazer na Intersetorialidade das Políticas Públicas. *In XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Salvador/BA: 20-25 de setembro, *Anais*, 2009.

BONALUME, Cláudia Regina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. As Mulheres na Pesquisa O lazer do Brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 3-24, jan./abr. 2018

BONALUME, Cláudia Regina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Os Movimentos Sociais de Mulheres e o Direito ao Lazer. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 3-24, set./dez. 2020.

BONALUME, Cláudia Regina. **O lazer das Mulheres na Mesa de Negociações:** cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2020.

BONALUME, Cláudia Regina; ISAYAMA, Hélder Ferreira. O Lazer nas Conferências e nos Planos de Políticas para as Mulheres. *Licere*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, jun. 2020.

BONALUME, Cláudia Regina. O Lazer das mulheres: uma ação política. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 9, n.2, p. 42-60, mai./ago., 2022.

BOURDIEU Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. 5 ed. São Paulo: Perspectiva: 2007

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva. Mulheres e Homens em Jornadas sem Limites: Docência, Gênero e Sofrimento. *Temporalis*, Brasília/DF. ano 11, n21, p.119-145, jan./jun. 2011.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, jan./jun., 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2022**.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gêneros: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19**. Microdados [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2020

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro 2022**. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-2ago13.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 29 dez. 2023

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Movimentos Sociais e Educação: Feminismo e equidade de gênero. In. Dal RI, Neusa Maria; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Políticas Educacionais, Gestão Democrática e Movimentos Sociais: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BRITO, Daniella. A pandemia da Covid-19 amplia as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro? **Observatório Mercado de Trabalho do Nordeste e Covid-19**. Boletim 03, 2020.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. **Estudos sobre mulher e educação. Algumas questões sobre o magistério**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, no. 64, p. 04-13, 1988.

BUCK, Fernanda Marini Craveiro. **Entre úteros e pandemônios: mulheres mães educadoras e suas significações durante o processo de isolamento social no ano de 2020**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CAETANO, Edson; NEVES, Camilla Emanuella Pereira. Relações de Gênero e Precarização do Trabalho Docente. Revista HISTEDBR, Campinas, n. Especial, p 251-263, mai.2009.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013.

CANAVÊZ, Fernanda; FARIAS, Camila Peixoto; Luczinsk, Giovana Fagundes. A pandemia de Covid-19 narrada por mulheres: o que dizem as profissionais de saúde? **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. Especial 1, p. 112-123, Out 2021.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e a mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. Tempo Livre, Lazer e Luta Ideológica. **Reflexão**, v. 11; n. 35, p. 24-32, 1986.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. O Protagonismo das Mulheres nos Movimentos Políticos para Redemocratização Brasileira. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Belém, v. 5, n. 2, p. 01 – 15, jul./dez. 2019.

CLEMENTE, Ana Cristina Fernandes; STOPPA, Edmur Antônio. Lazer Doméstico em Tempos de Pandemia da Covid-19. **Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.3, set/2020.

CONCEIÇÃO, Vagner Miranda. Impactos da Pandemia de Covid-19 no Lazer e no Trabalho do Professor Universitário em Home Office. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, set./2021.

COSTA, Albertina de Oliveira. Rotinas de mulher. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão; 2014.

COSTA, Antônio Firmino da. Desigualdades sociais e pandemia. *In* CARMO, Renato Miguel do; TAVARES, Inês; CÂNCIDO, Ana Felipa (Orgs). Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, 2020.

CRESWELL, John W; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Tradução Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CUNHA, Walter Mendes da; PUREZA, Demilto Yamaguchi. Marcos Legais sobre o Esporte e o Lazer em Macapá: uma análise histórica. *In* HACK, Cássia; PUREZA, Demilto Yamaguchi; MONTENEGRO, Gustavo Maneschy (Orgs.). **Diagnóstico das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Município de Macapá**. 1. ed. Macapá, AP: Rede CEDES-AP/UNIFAP; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

DIAS, Lívia Morel. **Trabalho Docente Durante a Pandemia da COVID-19**: Um estudo sobre a vivência do tempo de professores de ensino superior. Dissertação (Mestrado Acadêmico) Universidade de Fortaleza. Programa de Mestrado em Psicologia, Fortaleza, 2022.

DOMINGUES, Thiago; Rechia, Simone. Trabalho e Lazer: oposição ou composição. **Licere**, Belo Horizonte, v.19, n.3, set/2016.

D'ONOFRE, Dan Gabriel; MARTINS, Bruna Santiago. O Lugar do Lazer no Fazer Docente: precarização das relações de trabalho. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 100-117, mai./ago. 2023

DUARTE, Constância de Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 81-90, 2003.

FERNANDES, Thalyta Feitosa Amélia *et al.* Maternidade e Carreira durante a pandemia. **Revista Encontros Científicos UNIVS Icó-Ceará**, v.5, n.1, p. 78-90, 2023.

FLAHERTY, Colleen. **No Room of One's Own. Inside Higher Education**, 2020. Disponível em: <https://www.insidehighered.com/news/2020/04/21/early-journal-submission-data-suggest-covid-19-tanking-womens-research-productivity>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Rio Grande do Sul: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra as mulheres em 2021**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 29/09/2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf>. Acesso em: 29/09/2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição – 2021**. Disponível: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acessado em: 29/09/2024.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Outubro**, n. 26, jun. 2016.

FREITAS JUNIOR, Sergio de *et al.* O trabalho e o usufruto do tempo livre/lazer para professores em Sarandi/PR: da compreensão a conformação. **Movimento** (Porto Alegre), v. 27, e27028, 2021.

GARCIA, Alessandro Barreta. Trabalho feminino em dose dupla: onde está o lazer. **Motrivivência**, ano XXI, Nº 32/33, p. 375-388 Jun/Dez, 2009.

GÊNERO E NÚMERO E SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. 2020. Disponível em: https://mulheresnapanademia.sof.org.br/wcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acessado: 19 de setembro de 2024

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres- Atrizes dos Movimentos Sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Rev. Política e Sociedade**, n. 11, out. 2007.

GOMES, Christianne Luce. LAZER: Necessidade Humana e Dimensão da Cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

GONÇALVES, Eduardo Marques; VITELLI, Marcela Miranda. **Lazer e a pandemia**: estudo sobre as práticas de lazer dos estudantes de educação física da Universidade de Brasília. 2021. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharel em Educação Física). Universidade de Brasília. 2021

GONZÁLES, Fernando Jaime; SCHWENGBER, Maria Simone Vione; PINHEIRO, Neira Leticia Mendes. Mulheres Rurais e Experiências de Lazer: tradições e mudanças. *In* XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Vitória/ES: 08-12 setembro, **Anais**, 2015.

GONSAGA, Luana. (2020). Maternidade e cuidados domésticos: a sobrecarga feminina como linha de frente no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Psicologia Da Saúde E Processos Clínicos**, v.1, n.1, 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre; VOTRE, Sebastião Josué; MOURÃO, Ludmila; FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. **Esporte, Lazer e Gênero**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

GOELLNER, Silvana Vilodre; VOTRE, Sebastião Josué; MOURÃO, Ludmila; FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jun. 2010.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Políticas públicas inclusivas: educando para a equidade de gênero no esporte e no lazer. *In* XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre: 11 a 16 setembro, **Anais**, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Na pátria das chuteiras as mulheres não têm vez. *In*: Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa, 11. **Anais**. São Paulo/SP: USP/SP, 2006.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 2022.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. **O Lazer do Trabalhador em um Contexto de Transformações Tecnológicas**. 1997. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

LEIRO, Augusto Cesar Rios. Educação, lazer e relações de gênero: talhes e doxas. **Motrivivência**, v. 19, p. 53-68, 2002.

LIMA, Cícera Jorrayana Mascarenhas; FLORO, Elizangela Ferreira. Fruição do Lazer por Trabalhadores Desempregados no SESC Juazeiro do Norte. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. 7, nº 12, p. 01-23, 2022

LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal; LAGO, Mara Coelho de Souza. O Estado e as Mulheres Rurais do Brasil - Políticas Públicas Brasileiras voltadas para as Mulheres Trabalhadoras Rurais. *In* 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis/SC: 30 de julho a 4 de agosto, **Anais**, 2017.

LUSA, Mailiz Garibotti. Movimentos Sociais e Mulheres: identidades e lutas. *In*: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz/Maranhão: 22 a 25 de agosto, **Anais**, 2017

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid-19: tecendo sentidos. **Revista do NUFEN**, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer Concepções e Significado. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 37-43, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. Animador Sociocultural: **Revista Iberoamericana**, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2012

MARIANO, Stéphanie Helena; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Equipamentos de lazer em cidades pequenas de região metropolitana. **Motriz**, Rio Claro, v.14 n.2 p.168-178, abr./jun. 2008

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Karina Nayara de Araújo. **Questão Social Contemporânea e Lazer**: primeiras aproximações sobre as questões de gênero no âmbito dos estudos do lazer. 2021, 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Física), Universidade de Brasília, 2021.

MATOS, Lucília da Silva; PINHEIRO, Welington da Costa; BAHIA, Mirleide Char. Vivências do Lazer para Discentes do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará no Contexto de Pandemia da Covid – 19. **Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.3, set/2020.

MATUOKA, Ingrid. **Nísia Floresta**: a primeira educadora feminista do Brasil. Centro de Referência em Educação Integrada, 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto; SILVA, Marcília de Sousa; LOPES, Carolina Gontijo. Perspectivas sobre o lazer das mulheres com a pandemia do novo coronavírus: reflexões a partir dos dados da pesquisa “O Lazer no Brasil - Representações e Concretizações das Vivências Cotidianas”. **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, set. 2020.

MAYOR, Sara Teixeira Soutto; ISAYAMA, Hélder Ferreira. O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade. *In* STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas/SP: Autores Associados, 2017.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003, cap.2, p. 23-37.

MEIRELLES, Mauro. O Uso do SPSS (Statistical Package for the Social Science) na Ciência Política: Uma Breve Introdução. **Pensamento Plural**, 2012. p. 65 – 91

MEIRA, Júlio Cesar. Estudos de Gênero e Historicidade: Sobre a construção cultural das diferenças. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia/MG - v. 27, n. 2, jul./dez. 2014.

MENDES, Gabriela. **Celebrando Bertha Lutz – a bióloga brasileira que lutou pelo reconhecimento internacional da igualdade de gênero**. Ciências pelos Olhos delas.2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/cienciapelosolhosdelas/2020/01/24celebrandobertha-lutz-a-biologa-brasileira-que-lutou-pelo-reconhecimentointernacional-da-igualdade-de-genero/>. Acesso em: 15 nov. 2003.

MENDONÇA, Isabelle Pinto; SANTOS, Vânia Carvalho. Políticas Públicas para Mulheres: indicações apresentadas no Plano Nacional Brasileiro. *In* 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória/ES: 2 a 7 dezembro, **Anais**, 2018.

MESQUITA, Aline Martins; MEDEIROS, Anna Júlia Giurizzato; BARRETTO, Elvira Simões; SILVA, Jerônimo da. Agravamento da Violência de Gênero no Contexto da Pandemia da Covid-19. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 25, núm. 1, 2021.

MONTENEGRO, Gustavo Maneschy; ISAYAMA, Hélder Ferreira. O Lazer e a Cidade: o olhar dos professores universitários no Pará e Amapá. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 31-51, jan./abr. 2019

MONTENEGRO, Gustavo Meneschy; QUEIROS, Bruno da Silva; DIAS, Mairna Costa. Lazer em tempos de distanciamento social: impactos da pandemia de covid-19 nas atividades de lazer de Universitários na cidade de Macapá (AP). **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, set. 2020.

MONTEIRO, Kimberlyn Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Nayara Aparecida. A Primeira Onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). **Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia** da UFPE, Recife, v. 2, n. 2, p. 62-86, 2018.

MOURA, Giovanna Xavier de; FERNANDES, Alessandra Viera; STAREPRAVO, Fernando Augusto; PIMENTEL, Juliano Gomes de Assis. Esporte e Lazer no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. In II Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Maringá/PR, 23 a 24 de novembro, **Anais**, 2012.

NAMUHOLOPA, Óscar Morais Fernando. Movimentos Sociais: Essência e Dinâmica. **Revista Movimentos Sociais**, v. 06, n. 09, 2021.

NARVAZ. Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006.

NARIEL, Diotto; DECKERT, Jean Felipe; OLIVEIRA, Paola; SELL, Cleiton Lixieski; SOUTO, Raquel Buzatti. A Condição da Mulher no decorrer da História e os Direitos Conquistados a partir das lutas e Movimentos sociais. In XVII Seminário Internacional de Educação do MERCOSUL. Cruz Alta de 17 a 19 de junho, **Anais**, 2015.

NOGUEIRA Claudia Mazzei. **A Feminização do mundo do trabalho**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manuel José Gomes. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 16, n. 2, p. 117-125, 2008.

OLIVEIRA, Renata Rafaela Braz Pereira de; SILVINO, Dariana Maria. O Movimento Social Feminista e a Autonomia das Mulheres. In XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória/ES, 2 a 7 de dezembro, **Anais**, 2018.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. Sobre Lazer, Tempo e Trabalho na Sociedade de Consumo. **Conexões**, v. 2, n. 1, 2004

OLIVEIRA, Heleise Faria dos Reis *et al.* Lazer e Qualidade de vida. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**. v.15, nº.2, 2023.

ONU MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres, mar. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. “**Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus**”. Nações Unidas Brasil, 2020. Disponível em <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em 28/09/2024.

PACHECO, Eriane Martins; DIAS, Miriam Thais Guterres. A Luta das Mulheres por Políticas Sociais: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 263-283, 2023.

PAIM, Maria Cristina Chimelo; Strey Marlene Neves. O que mulheres e homens fazem e suas horas de lazer. **Efdeportes revista digital**, Buenos Aires, ano 10, n. 92, 2006.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papirus, 2012

PADILHA, Valquíria. **Tempo Livre e Capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Alinea, 2000.

PADILHA, Valquíria. Apontamentos para um Estudo Crítico sobre as Políticas Públicas de Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.65-82, 2004.

PAIM, Maria Cristina Chimelo; Strey Marlene Neves. O que mulheres e homens fazem e suas horas de lazer. **Efdeportes revista digital**, Buenos Aires, ano 10, n. 92, 2006.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade Acadêmica Durante a Pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade**. 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acessado em: 23/09/2024.

PESSOA, Amanda Raquel Rodrigues; MOURA, Marla Maria Moraes; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. A Composição do Tempo Social de Mulheres Professoras Durante a Pandemia. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, mar. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo de Segunda Onda: corpo, prazer e trabalho. In PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, Jéssica Bruna Borges. **A Influência do Gênero no Lazer**: ideologias e práticas. Trabalho de Conclusão de Curso Mestrado (Dissertação), Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

PEREIRA, Maria Claudia Medeiros. **Costurando o lazer na Singer (CampinasSP): um estudo de caso**. Monografia de Especialização, Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 1992.

PEREIRA, Maria Elizabeth Roza; BUENO, Sônia Maria Villela. Lazer – Um caminho para aliviar as tensões no ambiente de trabalho em UTI: uma concepção da equipe de enfermagem. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 4, p. 75-83, outubro 1997

PEREIRA, Valeria Brandão; LEITÃO, Heliane de Almeida Lins. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. **Pesquisas e Práticas psicossociais**,15(1). São João del-Rei, janeiro-março de 2020.

PIMENTEL, Giuliano. Educação Física escolar e lazer: ações e reflexões. In MOREIRA, Evandro Carlos (Org.). **Educação Física Escolar**: propostas e desafios. Jundiaí (SP): Fontoura Editora, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Regina Jardim Pinto. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

PONTES, Denise; DAMASCENO, Patrícia. As Políticas Públicas para Mulheres no Brasil: Avanços, conquistas e desafios contemporâneos. In Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, **Anais**, 2017.

PONTES, Amélia Raquel Lima de *et al.* Sofrimento Mental de Mulheres em Isolamento Social durante a pandemia da covid-19. **Rev Enferm Atual In Derme** ;97(4), 2023.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio Social e Experiência a Maternidade. **Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum**. 16 (1), 2006.

RIBEIRO, Regina Martins; DE JESUS, Rosilene Soares. A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista De Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 42-56, jan./jun. 2018.

ROBERTO, Fátima Maria da Costa; MACEDO, Ana Paula Pereira; MORAIS, Normanda Araújo de. A vivência do lazer em família. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 97-110, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. Conceituando gênero. In. RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Org.). **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

SALLES-COSTA, Rosana; HEILBORN, Maria Luiza; WERNECK, Guilherme Loureiro; FAERSTEIN, Eduardo; LOPES, Claudia S. Gênero e Prática de Atividade Física de Lazer. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2003.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e Lazer: Um binômio instigante. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e Sociedade, múltiplas relações**. Campinas: Alínea, 2008.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. O Processo Educativo do Lazer: vivência de um grupo de mulheres. In: SAMPAIO, Tânia Mara Vieira; SILVA, Junior Vagner Pereira (Orgs.). **Lazer e Cidadania**: horizontes de uma construção coletiva. Brasília: Universa, 2011.

SAMPAIO, Fernando. **Por que as passagens aéreas estão tão caras? Veja 3 fatores!**. Disponível em: <https://blog.tourhouse.com.br/por-que-as-passagens-aereas-estao-tao-caras/>. Acessado em: 13/01/2025

SANTOS, Norberto Pinto dos; GAMA, Antônio (Coor.). **Lazer: da libertação do tempo a conquista das práticas**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

SANTOS, Ellen Jane Barbosa dos; ROCHA, Nicolás; KISHIMOTO, Simone Thiem. A Influência das Práticas de Lazer na Saúde Mental da População Brasileira Durante a Pandemia da Covid-19. **Licere**, Belo Horizonte, v.27, n.1, mar/2024.

SAWITZKI, Rosalvo Luis. Políticas Públicas para Esporte e Lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar/2012.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As Quatro Ondas do Feminismo: Lutas e Conquistas. **Revista de Direitos Humanos e Perspectivas**. v. 7, n.1, p.101-122, jan./jul. 2021.

SILVA, Nayara Suze Souza; LEÃO, Luana Lemos; PEREIRA, Ester Liberato; Souza neto, Georgino Jorge de; ALVES, Rogério Othon; SILVA, Luciano Pereira da; SILVA, Rosângela Ramos; HAIKAL, Desirée Sant'Ana. Pandemia da Covid-19: prática de lazer entre professores brasileiros. **Licere**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, jun/2023.

SILVA, Luciene Ferreira da; MORENO, José Carlos de Almeida; VERALDO, Katyucia Cardoso. Relações com o Trabalho. In STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas/SP: Autores Associados, 2017.

SILVA, Juliana Marcia Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente; ABREU, Kamila Eulálio; SILVA, Lívia Souza. A Feminização do Cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, UFBA, vol.8, n.3, Set./Dez. 2020

SILVA, Inácio Crochemore Mohnsam da. *et al.* Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Rev. Brasileira Atividade Física e Saúde**, Pelotas/RS • 20(1):82-92 • Jan/2015

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris – RTJ**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

SILVESTRE, Bruno Modesto; FERREIRA, Olívia Cristina Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. O tempo de não trabalho e o lazer dos trabalhadores da vigilância da Unicamp: uma análise comparativa entre os gêneros. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 24, n. 4, p.110-120, 2016.

SOARES NETO, Raimundo Nonato de Araújo. A Importância do Lazer no Contexto Social: Elementos Para o Desenvolvimento e Consolidação de Políticas Públicas. **Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 13, n. 1, p. 96-111, jan./jun. 2018.

SCOTT, Joan. GÊNERO: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 1995.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na maternidade e nas relações de gênero. **Interface- Comunicação, saúde, educação**, v.5, n.8, 2001.

SOUZA, Thainá Moraes; NICOLOSI, Raquel Marrafon; SILVA, André Luís Mattos. Diferenças na Prática do Lazer em Função do Gênero: o caso dos servidores do IFSP (CAMPUS AVARÉ). In 8º CONGRESSO DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFSP. Cubatão- SP 06-09 nov. 2017, **Anais**, 2017.

SOUSA, Eustáquia Salvadora; ALTERMAN, Helena. Meninos e Meninas: Expectativas corporais e implicações na Educação Física Escolar. **Cadernos Cedex**, ano XIX, n. 48. 1999.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006.

SOUSA, Maria Eliana Alves; TAVARES, Maria de Fátima Lobato; ROCHA, Rosa Maria da. Dimensões do Direitos Fundamentais no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit.** Brasília, v. 8, n.2, p. 1-132, abr./jun. 2019

SOUZA, Lorena Francisco de; MACHADO, Luiza Helena Barreiras. Casa, Maternidade e Trabalho no Distanciamento Social: A “pandemia” da sobrecarga de trabalho para as mulheres. **Revista da ANPEGE**. v. 17. nº. 32, p. 282 - 308, 2021.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cassia Pereira. Violência Doméstica no Contexto de Isolamento Social Pela Pandemia de covid-19. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 144, p. 213-232, maio/set. 2022.

SOUZA, Alex Sandro Rolland; SOUZA, Gustavo Fonseca de Albuquerque; PRACIANO, Gabriella de Almeida Figueredo. A saúde mental das mulheres em tempos da COVID-19. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, 20 (3): 663-665, jul. / set., 2020.

STASCXAK, Francinalda Machado; SANTANA, Juliana Silva; BARBOSA, Tereza Cristina Lima. A Inserção e Atuação da Mulher no Magistério: um estado da questão. In: VI Congresso Nacional de Educação, 2019, **Anais VI CONEDU**, Campina Grande: Realize Editora, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TEJERA, Daniel Bidia Olmedo; DE SOUSA, Ioranny Raquel Castro; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. As relações de gênero na opção de lazer de pessoas atuantes em cooperativas de trabalho. **Licere**, Belo Horizonte v. 16, n. 4, 2013.

TESTA, Saulo; CÂNDIDO, Fernando Pereira; VIEIRA, Suelen Vicente; BOTH, Jorge. Saúde e Estilo de Vida de Docentes considerando a Atividade Física no Lazer na Pandemia de Covid-19. **Revista Educere Et Educare**, v. 18, n. 45, 2023.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em Comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

TOITIO, Rafael Dias. O trabalho feminino frente ao domínio do capital. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. **Anais** do III Simpósio, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VAZ, Marta Rosani Taras; MASSON, Gisele. Influências da política educacional no sindicalismo docente brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e89369, 2024.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; MAUDA, Fernanda. Maternidade em Tempos de Pandemia: uma Análise sobre Mães do Município de Ponta Grossa em fins de 2020. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 5779, 2022.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: **Dicionário crítico de gênero**. 2.ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

VIEGAS, Moacir Fernando. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e244193, 2022.

VICENTE, Tereza Aracena. **As Mulheres e seus Tempos**: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde. 2018, 247f. Tese (doutorado em Ciências), Universidade de São Paulo, 2018.

WERLE, Verônica. **Questões de Gênero nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis**. 2011, 150f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. 2017, 276f. Tese (doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016

ZANELLO, Valeska et al . Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 30, n. 2, maio 2022.

APÊNDICE 1- Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO

Atenção: Este questionário pertence à pesquisa de mestrado de Márcia Kelly Fonseca da Costa, que tem como tema “**Trabalho Pedagógico e Lazer de Mulheres Professoras Durante e Pós Ciclo Pandêmico**”, cujo objetivo é identificar as atividades de lazer mais vivenciadas pelas professoras de escolas públicas de Macapá durante e pós-ciclo pandêmico.

I. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Nome:

1. Qual sua idade? _____ anos

2. Como você autodeclara a cor da sua pele?

Parda Preta Branca Amarela Indígena

3. Qual seu estado civil atualmente?

Solteira União Estável Casada Viúva Divorciada

4. Você tem filhos (as):

Não Sim, Quantos? _____

5. Você conta com alguma rede de apoio para o cuidado com os filhos (as)?

Não Sim

SE NÃO for mãe, pule para questão 6

6. Qual sua renda mensal bruta?

R\$ 1.320 a R\$ 3.960

R\$ 3.961 a R\$ 6.600

R\$ 6.601 a R\$ 9.240

R\$ 9.240 ou mais

7. Renda família mensal?

R\$ 2.640 a R\$ 5.280

R\$ 5.281 a R\$ 7.920

R\$ 7.921 a R\$ 10.560

10.561 ou mais

8. Qual o tipo de moradia em que você reside?

Casa em bairro comum

<input type="checkbox"/> Casa em condomínio/loteamento fechado <input type="checkbox"/> Apartamento em bairro comum <input type="checkbox"/> Apartamento em prédio residencial/condomínio <input type="checkbox"/> Outros _____	
9. Qual seu grau de formação concluído? <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado	
10. Está cursando pós-graduação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não SE NÃO pule para questão 11.	11. Qual nível de pós-graduação está cursando? <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
12. Há quanto tempo você leciona no magistério? <input type="checkbox"/> 1 a 5 anos <input type="checkbox"/> 6 a 9 anos <input type="checkbox"/> 10 a 19 anos <input type="checkbox"/> 20 anos ou mais	
13. Você possui mais de um vínculo empregatício? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, qual? _____	
14. Qual sua carga Horária semanal como professora? <input type="checkbox"/> 20h <input type="checkbox"/> 40h <input type="checkbox"/> 60h <input type="checkbox"/> 80h <input type="checkbox"/> Dedicção Exclusiva	
II. HÁBITOS RELACIONADOS AO USO DO TEMPO LIVRE DURANTE E PÓS-PANDEMIA DE COVID-19	
15. Para as atividades culturais de Lazer abaixo realizadas ANTES do período pandêmico, atribua um valor de 0 a 4, sendo (0) Nunca (1) Raramente/às vezes (2) Frequentemente/ Sempre. <input type="checkbox"/> Turístico (passeios, viagens nacionais e internacionais) <input type="checkbox"/> Físico-esportivo (caminhada, corrida, ginástica, esportes etc) <input type="checkbox"/> Artístico (shows, cinema, teatro, ouvir música, televisão) <input type="checkbox"/> Intelectual (cursos de aperfeiçoamento, leituras informais, jogos cognitivos e de salão, internet, redes sociais) <input type="checkbox"/> Social (festas, sair com amigos, namorar, ir ao Shopping, fazer compras, ir à igreja) <input type="checkbox"/> Manual (bordados, artesanatos, culinária, jardinagem, pintura, bricolagem) <input type="checkbox"/> Ócio (descansar, dormir, não fazer nada)	
16. Atribua um valor de 0 a 4 para as atividades que você realizava em seu cotidiano durante a primeira fase da pandemia, sendo (0) Nunca (1) Raramente/às vezes (2) Frequentemente/ Sempre. <input type="checkbox"/> Trabalho remoto <input type="checkbox"/> Cuidar dos filhos <input type="checkbox"/> Cuidar da casa/afazeres domésticos <input type="checkbox"/> Estudar/fazer cursos <input type="checkbox"/> Compromissos sociais ou políticos (reunião de associação, sindicais ou de condomínio) <input type="checkbox"/> Outros. Qual? _____	

17. Qual das atividades culturais de lazer abaixo você conseguiu manter em sua rotina na primeira fase da pandemia da covid-19?

17.1. Turístico (passeios, viagens nacionais e internacionais)

Nunca Raramente/às vezes Frequentemente/ Sempre

17.2. Físico-esportivo (caminhada, corrida, ginástica, esportes etc)

Nunca Raramente/às vezes Frequentemente/Sempre

17.3. Artístico (shows, cinema, teatro, ouvir música, televisão)

Nunca Raramente/às vezes Frequentemente/ Sempre

17.4. Intelectual (cursos de aperfeiçoamento, leituras informais, jogos cognitivos e de salão, internet, redes sociais)

Nunca Raramente/ às vezes Frequentemente/ Sempre

17.5. Social (festas, sair com amigos, namorar, ir ao Shopping, fazer compras, ir à igreja)

Nunca Raramente/ às vezes Frequentemente/ Sempre

17.6. Manual (bordados, artesanatos, culinária, jardinagem, pintura, bricolagem)

Nunca Raramente/ às vezes Frequentemente/ Sempre

17.7. Ócio (descansar, dormir, não fazer nada)

Nunca Raramente/ às vezes Frequentemente/ Sempre

18. Com qual frequência você conseguia realizar atividades de lazer durante a segunda fase da pandemia com a reabertura dos espaços públicos e privados para atividades culturais de lazer?

diariamente

uma a três vezes por semana

mensalmente

somente aos finais de semana

Outros_____

19. Na sua opinião, quais são os principais motivos que dificultaram a pratica do lazer durante a pandemia da covid-19?

Falta de companhia

Falta de tempo

Falta de dinheiro

Falta de locais apropriados

Cansaço

- Preguiça
 Outros. Qual? _____

20. Atualmente, excluindo as atividades que são obrigatórias, o que você faz durante seu tempo livre?

21. Você costuma fazer essas atividades _____ (nome das atividades) em quais lugares?

- No trabalho
 Em casa
 Em ambiente virtual
 Na rua/locais públicos
 Locais privados para finalidade
 Outros. Qual? _____

22. O que você busca ao realizar estas atividades _____ (nome das atividades)?

- Divertimento
 Desenvolvimento pessoal
 Desenvolvimento social
 Descanso
 Outro. Qual? _____.

23. Com qual frequência você realiza estas atividades?

- diariamente
 uma a três vezes por semana
 somente aos finais de semana
 mensalmente
 Outros _____.

24. Para você esta atividade é lazer? Por quê?

**25. Você considera o lazer importante na sua vida neste atual contexto pós-pandemia?
Justifique.**

APÊNDICE 2 - Entrevista**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Atenção: Esta entrevista pertence à pesquisa de mestrado que tem como tema “**Trabalho Pedagógico e Lazer de Mulheres Professoras Durante e Pós-Ciclo Pandêmico**, que objetiva descrever os impactos ocasionados ao lazer das professoras nas diferentes fases da pandemia; analisar as estratégias utilizadas pelas professoras para manter em seu cotidiano as atividades de lazer.

NOME: _____

DATA: ___/___/___

HORA: ___ : ___

1. Durante a primeira fase da pandemia de covid-19 como era sua rotina, do momento que você acordava ao momento que você ia dormir em relação às suas atividades obrigatórias?
2. Após a realização de suas atividades obrigatórias, você conseguia reservar um tempo livre para a prática de atividades culturais de lazer?
3. Você tinha alguma rede de apoio em casa durante a pandemia que contribuía com seu trabalho, afazeres domésticos e/ou cuidados com os filhos?
4. Em algum momento durante o período pandêmico, você se sentiu sobrecarregada? Se sim, você acha que isso afetou suas atividades culturais de lazer?
5. Quais atividades de culturais de lazer você realizava com mais frequência durante a pandemia de covid-19?
6. O que você gostaria de fazer em seu tempo livre e não conseguiu realizar durante a pandemia de covid-19?
7. Durante a pandemia, você conseguia tirar um tempo livre para o seu lazer individual além do familiar/grupo?
8. Você acha que a pandemia trouxe impactos ao seu tempo dedicado às atividades culturais de lazer?
9. O que você gostaria de fazer em seu tempo livre e atualmente não faz?
10. Por quais razões você não consegue realizar essas atividades culturais de lazer atualmente?
11. Teve alguma atividade cultural de lazer que você começou a realizar somente na pandemia? Se sim, você conseguiu manter esta atividade atualmente?
12. Hoje você consegue priorizar o lazer em seu cotidiano?
13. Você utiliza alguma estratégia para manter suas atividades culturais de lazer?
14. Defina, na sua opinião, o que você entende por lazer?
15. Você acha que sua concepção sobre o lazer mudou nesse contexto pós-pandemia?

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- PPGED
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

A Sra. está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado **“TRABALHO PEDAGÓGICO E LAZER DE MULHERES PROFESSORAS DURANTE E PÓS-CICLO PANDÊMICO”**. O objetivo deste trabalho é compreender as atividades de lazer que vêm sendo realizadas por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e pós-ciclo pandêmico. Para realizar o estudo, será necessário que a Sra. se disponibilize a participar de questionários e entrevista, previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar de que forma o lazer vem sendo realizado por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e após o ciclo pandêmico da covid-19. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são desconforto, vergonha, cansaço e disponibilidade de tempo para responder, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, do qual a Sra. receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são a possibilidade de compreender a importância da vivência do lazer no cotidiano das mulheres professoras e propor debate e reflexão no meio científico e social com o intuito de chamar a atenção para as políticas públicas que garantam o direito, participação e permanência efetiva das mulheres nas diferentes atividades de lazer.

A Sra. terá o direito e a liberdade de se negar a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (96) 981307797 (celular). A senhora também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009-2805. Desde já agradecemos!

Eu _____(nome por extenso) declaro que, após ter sido esclarecida pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo

o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa intitulada “O Lazer de Mulheres Professora da Rede Pública de Ensino durante e pós-Ciclo Pandêmico”.

Macapá, _____ de _____ de 20____.

Assinatura da Pesquisadora

Nome: MÁRCIA KELLY FONSECA DA COSTA

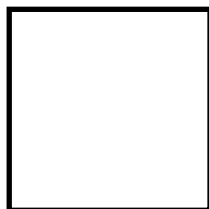
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP

Cel: (96) 981307797, e-mail: marciakelly.costap@gmail.com

Assinatura da participante da pesquisa

Caso a participante da pesquisa esteja impossibilitada de assinar:

Eu _____, abaixo-assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para a participante _____, a qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha n°1: _____

Testemunha n°2: _____

ANEXO 2 – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LAZER DE MULHERES PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DURANTE E PÓS CICLO PANDÊMICO

Pesquisador: MARCIA KELLY FONSECA DA COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73146823.0.0000.0003

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.262.047

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa parte da seguinte problemática, de que forma o lazer vem sendo realizado por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e pós o ciclo pandêmico da COVID 19? E como objetivo geral a pesquisa tende a, compreender as atividades de lazer que vêm sendo realizadas por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e pós ciclo pandêmico. E como objetivos específicos, identificar as atividades de lazer mais vivenciadas pelas professoras de escolas públicas de Macapá durante e "pós" ciclo pandêmico; descrever os impactos ocasionados ao lazer das professoras nas diferentes fases da pandemia; analisar as estratégias utilizadas pelas professoras para manter em seu cotidiano as atividades de lazer. Na metodologia terá como abordagem de pesquisa será mista de caráter qualitativo-quantitativo. Quanto ao objetivo de pesquisa será do tipo descritiva, o local da pesquisa será realizada na Escola Estadual Mário Quirino da Silva, que é uma escola de periferia situada na zona sul do município de Macapá no Estado do Amapá. O público alvo da pesquisa será formado por professoras de diferentes disciplinas atuantes em sala de aula no ensino fundamental 2. Vale ressaltar que será realizado também uma pesquisa bibliográfica, para os instrumentos de coleta de dados será dividido em duas fases, na primeira contará com número de aproximadamente 29 participantes que abrange o universo total de professoras da escola, será utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas e na segunda fase uma entrevista semi-estruturada com um número menor de professoras após a análise do questionário por uma amostragem por conveniência. A

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

Continuação do Parecer: 6.262.047

análise dos dados se dará por meio da análise de conteúdo para os dados qualitativos e para os quantitativos será utilizado análise estatística descritiva a partir do programa de pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences – SPSS 20.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender as atividades de lazer que vêm sendo realizadas por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e pós ciclo pandêmico.

Objetivo Secundário: Identificar as atividades de lazer mais vivenciadas pelas professoras de escolas públicas de Macapá durante e “pós” ciclo pandêmico; descrever os impactos ocasionados ao lazer das professoras nas diferentes fases da pandemia; analisar as estratégias utilizadas pelas professoras para manter em seu cotidiano as atividades de lazer.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Entre os riscos que podem ocorrer com as professoras participantes da pesquisa no momento da aplicação dos instrumentos estão desconforto, vergonha, cansaço, disponibilidade de tempo para responder. Como medidas minimizadoras será proposto as participantes a garantia do sigilo de suas respostas, e uso destas somente para fins científicos, possibilidade de interromper o processo quando desejado a qualquer momento, sem danos ou prejuízos à pesquisa ou a si próprios, será garantido informações necessárias para que respondam as questões tanto do questionário quanto na entrevista, será garantido um acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta além de um tratamento humanizado, escuta atenta além da atenção a sinais verbais e não verbais de desconforto. A coleta de dados se adequará com os horários disponíveis pelas participantes.

Benefícios: A possibilidade de compreender a importância da vivência do lazer no cotidiano das mulheres professoras e propor debate e reflexão no meio científico e social com o intuito de chamar a atenção para as políticas públicas que garantam o direito, participação e permanência efetiva das mulheres nas diferentes atividades de lazer.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa exequível. A pesquisa é relevante para a obtenção de informações que poderão auxiliar na compreensão sobre as atividades de lazer que vêm sendo realizadas por mulheres professoras de uma escola pública de Macapá durante e pós ciclo pandêmico.

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP**



Continuação do Parecer: 6.262.047

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE atende às exigências da Resolução CNS n. 466/12, visto que esclarece os objetivos e os procedimentos da pesquisa, garantindo o sigilo e assegurando a privacidade dos sujeitos, além da possibilidade da desistência em qualquer momento da pesquisa, assim como consta a informação referente ao CEP (endereço, telefone, e-mail), entretanto, precisa de ajustes na redação conforme será especificado no item recomendações deste Parecer.

Apresenta folha de rosto. Termo de Anuência da escola para Execução de Pesquisa, local onde será realizada parte da pesquisa.

Recomendações:

Seguintes ajustes no TCLE:

1. Inserir no cabeçalho o nome do programa ao qual a pesquisa é vinculada;
2. Por se tratar de um público específico – professoras – ajustar a redação para o gênero feminino;
3. Não se trata de paciente, mas de sujeito/participante de pesquisa, portanto, ajustar a redação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO. Porém proponente deve proceder aos ajustes redacional no documento TCLE e quanto ao gênero feminino.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2186795.pdf	31/07/2023 16:50:57		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoo_Marcia_assinado.pdf	31/07/2023 16:48:11	MARCIA KELLY FONSECA DA COSTA	Aceito
Outros	CurriculoLattespesquisadora.pdf	27/07/2023 19:15:03	MARCIA KELLY FONSECA DA COSTA	Aceito
Outros	curriculoLattesorientador.pdf	27/07/2023 19:12:52	MARCIA KELLY FONSECA DA COSTA	Aceito
Declaração de concordância	carta_anuencia.pdf	27/07/2023 18:55:02	MARCIA KELLY FONSECA DA	Aceito

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.262.047

Declaração de concordância	carta_anuencia.pdf	27/07/2023 18:55:02	COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	27/07/2023 18:41:56	MARCIA KELLY FONSECA DA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA_DETALHADO.docx	27/07/2023 18:40:55	MARCIA KELLY FONSECA DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 25 de Agosto de 2023

Assinado por:

Cecilia Maria Chaves Brito Bastos
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br